



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE
NA AMAZÔNIA

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PERSPECTIVA DA
SUSTENTABILIDADE: ESTUDO A PARTIR DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS
CECFS EM MANAUS/AM

ELIZABETH CRISTINA CASTRO GOMES

MANAUS/AM
2020

ELIZABETH CRISTINA CASTRO GOMES

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PERSPECTIVA DA
SUSTENTABILIDADE: ESTUDO A PARTIR DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS
CECFS EM MANAUS/AM

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM), como requisito para obtenção do título de Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Linha de Pesquisa 2: Gestão Social, Desenvolvimento, Ambiente, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade Socioambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues

MANAUS/AM
2020

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

G633s Gomes, Elizabeth Cristina Castro
Segurança Alimentar e Nutricional na Perspectiva da
Sustentabilidade: Estudo a Partir do Programa Bolsa Família nos
CECFs em Manaus/AM / Elizabeth Cristina Castro Gomes . 2020
152 f.: 31 cm.

Orientadora: Débora Cristina Bandeira Rodrigues
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na
Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Segurança Alimentar e Nutricional. 2. Sustentabilidade. 3.
Assistência Social. 4. Programa Bolsa Família. 5. Intersetorialidade.
I. Rodrigues, Débora Cristina Bandeira. II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título

ELIZABETH CRISTINA CASTRO GOMES

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PERSPECTIVA DA
SUSTENTABILIDADE: ESTUDO A PARTIR DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS
CECFS EM MANAUS/AM

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM), como requisito para obtenção do título de Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Linha de Pesquisa 2: Gestão Social, Desenvolvimento, Ambiente, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade Socioambiental.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues - Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves - Membro
Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. Susy Rodrigues Simonetti - Membro
Universidade do Estado do Amazonas

Dedico este trabalho com muito amor, gratidão e saudade, aos meus avós maternos Laura e Libanio e ao meu avô paterno Antônio. Gostaria de tê-los fisicamente ao meu lado neste momento, mas sei que o plano de Deus para vocês nesta terra foi cumprido e hoje guardo as lembranças de tudo o que vivemos em meu coração.

AGRADECIMENTOS

- ✚ *Neste momento tão especial na minha vida, me fogem as palavras para expressar o tamanho da gratidão e alegria que sinto em realizar este sonho, mas não posso deixar de agradecer a confiança e apoio que recebi de tantas pessoas que estiveram ao meu lado no decorrer desta trajetória.*
- ✚ *Ao Deus Eterno, autor da minha vida, da minha história e de todas as minhas vitórias, agradeço por toda a sabedoria, proteção e discernimento, graças a Tua misericórdia e bondade fui capacitada e persistente ao longo deste processo e hoje consagro a Ti este trabalho e tudo o que foi e será construído a partir dele.*
- ✚ *Aos meus pais, Maria Zilda e Paulo Roberto, e ao meu padrasto Edvandro Basílio, agradeço por todo o amor, incentivo, proteção e por sempre acreditarem em mim e nos meus sonhos, o que parecia tão distante hoje se torna realidade e me sinto honrada em cumprir esta etapa tão importante. Todas as conquistas alcançadas até aqui são nossas.*
- ✚ *Aos meus irmãos, Esdras Pastore e David Roberto, a quem tento inspirar e motivar, agradeço a Deus pela vida de vocês e peço a Ele que vocês alcancem seus sonhos e jamais deixem de acreditar que tudo pode ser melhor.*
- ✚ *Ao meu noivo, Wellington Lima, presente lindo enviado por Deus, agradeço pela paciência e coragem de enfrentar tantos desafios ao meu lado, sei que não foi fácil, mas você sempre acreditou no meu potencial e hoje está partilhando comigo esta alegria.*
- ✚ *Aos demais membros da minha família, em especial à família da minha prima querida Verônica Castro, agradeço por todo o carinho e apoio que recebo, tenho certeza que a emoção sentida por mim neste momento é a mesma que vocês sentirão ao ler estes singelos agradecimentos.*
- ✚ *À minha querida orientadora, Profa. Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues, agradeço por todos os ensinamentos transmitidos, pela confiança e parceira de respeito e admiração que construímos, para mim é uma honra ter recebido suas orientações.*
- ✚ *À minha grande amiga Suelane Alves, minha eterna supervisora de estágio, agradeço a Deus pela sua vida e por ter cruzado nossos caminhos, sou muito grata pela nossa amizade e peço a Deus que continue nos mantendo unidas, mesmo distantes fisicamente.*
- ✚ *Aos colegas da turma do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS-UFAM) 2018, agradeço por todos os momentos que vivemos juntos e aproveito para expressar a minha admiração em conviver com pessoas tão maravilhosas.*
- ✚ *Ao Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Inter-Ação), em especial à Profa. Dra. Maria Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, agradeço pela acolhida, confiança e oportunidade de aprender tantas coisas, por vocês sinto uma profunda admiração.*
- ✚ *À Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), agradeço imensamente por ter sido a fonte financiadora da minha pesquisa ao longo dos últimos 02 anos.*

- ✚ *À Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), agradeço por ter autorizado a realização da pesquisa e conseqüentemente contribuído com o alcance dos resultados demonstrados nesta dissertação.*

- ✚ *Aos informantes da pesquisa, agradeço pela disponibilidade, paciência e sinceridade no momento da coleta de dados, graças a vocês a realidade da Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito da Política Pública de Assistência Social na cidade de Manaus/AM foi desenhada, na certeza que os resultados alcançados serão analisados e utilizados pela gestão para promover melhorias aos demandatários de serviços sociais.*

- ✚ *À Universidade Federal do Amazonas (UFAM), agradeço pela oportunidade única de ingresso no mestrado em uma instituição pública tão conceituada, me sinto realizada por concretizar esta etapa em um momento tão desafiador para a educação pública brasileira.*

Teus, ó Senhor, são a grandeza, o poder, a glória, a majestade e o esplendor, pois tudo o que há nos céus e na terra é teu. Teu, ó Senhor, é o reino; tu estás acima de tudo. A riqueza e a honra vêm de ti; tu dominas sobre todas as coisas. Nas tuas mãos estão a força e o poder para exaltar e dar força a todos. Agora, nosso Deus, damos-te graças, e louvamos o teu glorioso nome.

1 Crônicas 29:11-13

RESUMO

O paradigma da sustentabilidade, pautado no ecodesenvolvimento, contempla a articulação entre as dimensões social, econômica, cultural, política, geográfica, ambiental e ecológica, recebendo destaque de modo mais expressivo nos debates políticos globais, a partir da década de 1970, considerando o surgimento das propostas do desenvolvimento sustentável, o qual relaciona a satisfação de necessidades básicas, dentre outras práticas pautadas na incorporação da dimensão ambiental às políticas de desenvolvimento, e do ecodesenvolvimento, que prevê a articulação de diferentes visões e interesses de países, povos e classes sociais. Visando o atendimento dos princípios da sustentabilidade, especialmente no âmbito social e econômico, o Estado brasileiro tem adotado estratégias de enfrentamento às múltiplas expressões da pobreza, enfatizando neste contexto, a implementação de um conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais, com destaque à Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN, 2010), as quais pretendem atuar na ótica da sustentabilidade. Tendo em vista a relevância social, acadêmica e profissional da temática proposta, reconhecendo a alimentação na condição de direito humano e social primordial de todos e como pressuposto para o alcance dos demais direitos e satisfações básicas, o estudo objetivou analisar o direito à segurança alimentar e nutricional (SAN) sob a perspectiva da sustentabilidade social e econômica, a partir do atendimento dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) nos Centros Estaduais de Convivência da Família (CECFs) em Manaus/AM. No tocante aos procedimentos metodológicos, cabe pontuar a definição da pesquisa social, assim como da triangulação enquanto concepção de método adotada neste estudo, haja vista a possibilidade de incorporação de um conjunto de informações no processo de descrição, explicação e análise do objeto de estudo. A materialização da coleta de dados ocorreu no Centro Estadual de Convivência (CECF) Padre Pedro Vignola e na Secretaria de Estado de Assistência Social do Amazonas (SEAS), mais precisamente no Departamento de Proteção Social Básica (DPSB). Participaram da pesquisa 26 (vinte e seis) sujeitos, sendo 22 (vinte e dois) beneficiários e/ou pessoas com membros familiares beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e 04 (quatro) trabalhadores vinculados às políticas públicas de assistência social e de SAN. Os instrumentos e técnicas utilizados na coleta de dados foram o formulário com perguntas abertas e fechadas, aplicado aos beneficiários, e o roteiro de entrevista, executado com os profissionais. Dentre os principais resultados da pesquisa destacam-se: o perfil socioeconômico dos informantes, sendo 68% do sexo feminino, 36% com idade igual ou superior acima de 60 anos, 36% com escolaridade em ensino médio completo e 18% ensino fundamental incompleto, 77% de naturalidade amazonense e destes 82% consideram a sua alimentação saudável. Concernente ao mapa de SAN construído com base nas informações dos sujeitos da pesquisa enfatiza-se que: 32% afirma utilizar o recurso do PBF com alimentação; 45% realiza de 03 a 04 refeições diárias; 59% consome mais arroz e feijão; e 55% possui membros familiares com hipertensão, além de outras doenças. De acordo com os informantes, o valor da transferência de renda do PBF não tem sido suficiente para a manutenção da alimentação dos beneficiários, dentre outros motivos, em função dos altos preços dos alimentos na capital amazonense, apontando ainda para a necessidade de reajuste nos valores do PBF, pois a utilização deste recurso contempla um conjunto de despesas para além da alimentação. Com relação à execução das políticas públicas em análise sob a perspectiva da sustentabilidade e da intersetorialidade, o estudo identificou: o quantitativo insuficiente de profissionais atuantes nas políticas públicas debatidas; o entendimento parcial dos profissionais acerca da política pública de SAN e da sua articulação com a PNAS (2004); a participação mínima dos profissionais em atividades afetas à SAN; e o reconhecimento de que as políticas públicas em questão ainda não são operacionalizadas de forma plena na perspectiva da sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Alimentar e Nutricional, Sustentabilidade, Assistência Social, Programa Bolsa Família e Intersetorialidade.

ABSTRACT

The sustainability paradigm, based on ecodevelopment, contemplates the articulation between the social, economic, cultural, political, geographical, environmental and ecological dimensions, receiving prominence in a more expressive way in global political debates, starting in the 1970s, considering the emergence of the sustainable development proposals, which relate the satisfaction of basic needs, among other practices based on the incorporation of the environmental dimension to development policies, provides for the articulation of different visions and interests of countries, peoples and social classes, and aims to satisfy the needs population without compromising future generations. Aiming to comply with the principles of sustainability, especially in the social and economic sphere, the Brazilian State has adopted strategies to face the multiple expressions of poverty, emphasizing in this context, the implementation of a set of actions, services, programs, projects and assistance benefits, with emphasis on the National Social Assistance Policy (PNAS, 2004) and the National Food and Nutrition Security Policy (PNSAN, 2010), which intend to act from the perspective of sustainability. In view of the social, academic and professional relevance of the proposed theme, recognizing food as a fundamental human and social right for everyone and as a precondition for the achievement of other basic rights and satisfactions, the study aimed to analyze the right to food security and nutritional (SAN) from the perspective of social and economic sustainability, from the assistance of beneficiaries of the Bolsa Família Program (PBF) at the State Centers for Family Living (CECFs) in Manaus/AM. With regard to methodological procedures, it is worth pointing out the definition of social research, as well as triangulation as a method conception adopted in this study, given the possibility of incorporating a set of information in the process of description, explanation and understanding of the object of study. The materialization of the data collection took place at the Pedro Vignola State Social Center (CECF) and at the Amazonas State Secretariat for Social Assistance (SEAS), more precisely at the Department of Basic Social Protection (DPSB). 26 (twenty-six) subjects participated in the research, 22 (twenty-two) beneficiaries and/or people with family members benefiting from the Bolsa Família Program (PBF) and 04 (four) workers linked to public social assistance and SAN policies. The instruments and techniques used in the data collection were the form with open and closed questions, applied to the beneficiaries, and the interview script, performed with the professionals. Among the main results of the research, the following stand out: the socioeconomic profile of the informants, being 68% female, 36% aged 60 or over, 36% with completed high school education and 18% with incomplete elementary education, 77% were born in the Amazon and 82% of them considered their diet to be healthy. Concerning the SAN map built based on information from the research subjects, it is emphasized that: 32% say they use the PBF resource with food; 45% have 03 to 04 daily meals; 59% consume more rice and beans; and 55% have family members with hypertension, in addition to other diseases. According to the informants, the value of the PBF income transfer has not been sufficient to maintain the beneficiaries food, among other reasons, due to the high prices of food in the capital of Amazonas, also pointing to the need to readjust the values PBF, since the use of this resource includes a set of expenses in addition to food. Regarding the implementation of public policies under analysis from the perspective of sustainability and intersectorality, the study identified: the insufficient number of professionals working in the public policies discussed; the professionals partial understanding of the public policy of SAN and its articulation with PNAS (2004), the minimum participation of professionals in activities related to SAN; and the recognition that the public policies in question are not yet fully operational from the perspective of sustainability.

KEY WORDS: Food and Nutritional Security, Sustainability, Social Assistance, Bolsa Família and Intersectorality Program.

LISTA DE BOXES

Box 01 - Concepção Teórica de Proteção Social	51
Box 02 - Conceituando a Soberania Alimentar	62
Box 03 - Elementos da Questão Social	88
Box 04 - Sistemas Alimentares Sustentáveis e Sensíveis à Nutrição	102
Box 05 - O Papel do IGDSUAS no Aprimoramento da Gestão de Políticas Públicas	128

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Estado Civil dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF	73
Gráfico 02 - Cor/Raça dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF	74
Gráfico 03 - Idade dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF	75
Gráfico 04 - Naturalidade dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF	76
Gráfico 05 - Nível de Escolaridade dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF	77
Gráfico 06 - Bairros em que Residem os Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF	78
Gráfico 07 - Acesso dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF à Política Pública de Saúde	80
Gráfico 08 - Acesso dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF ao Mercado de Trabalho	84
Gráfico 09 - Renda Familiar dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF	85
Gráfico 10 - Principais Despesas dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF Custeadas Com o Recurso do Programa	95
Gráfico 11 - Quantidade de Refeições Diárias Realizadas pelos Beneficiários e/ou por Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF	99
Gráfico 12 - Tipos de Alimentos mais Consumidos pelos Beneficiários e/ou por Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF	100
Gráfico 13 - Principais Doenças/Problemas de Saúde dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF	104
Gráfico 14 - Formação Profissional dos Informantes do Grupo 02 da Pesquisa	107
Gráfico 15 - Funções Profissionais dos Informantes do Grupo 02 da Pesquisa	108

LISTA DE SMARTS

Smart 01 - Dimensões da Sustentabilidade	37
Smart 02 - Instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil	49
Smart 03 - Principais Marcos Legais da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil ...	56
Smart 04 - Componentes da Segurança Alimentar e Nutricional	59
Smart 05 - Dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional	60
Smart 06 - Principais Finalidades do SCFV	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Principais Eventos/Marcos internacionais da Sustentabilidade	34
Quadro 02 - Área de Abrangência dos CECFs de Manaus/AM	69
Quadro 03 - Indicadores Sociais e Econômicos Utilizados na Análise da Perspectiva de Sustentabilidade	79
Quadro 04 - Principais Programas/Ações de Enfrentamento à Pobreza e Extrema Pobreza no Brasil	90
Quadro 05 - Cobertura de Atendimento do CadÚnico e PBF no Amazonas e em Manaus	92
Quadro 06 - Total de Famílias de Grupos Populações Tradicionais e Específicas (GPTE) Inseridas no CadÚnico e Beneficiárias do PBF em Manaus/AM	93
Quadro 07 - Tipos de Benefícios e Valores do PBF	98
Quadro 08 - Entendimento dos Profissionais sobre a SAN	118
Quadro 09 - Compreensão dos Profissionais acerca da Intersetorialidade entre a Assistência Social e a SAN	121
Quadro 10 - Principais Limites e Possibilidades na Garantia do Direito à SAN no Âmbito da Política Pública de Assistência Social em Manaus/AM	123
Quadro 11 - Entendimento dos Profissionais sobre a Perspectiva de Sustentabilidade Presente nas Políticas Públicas Assistência Social e de SAN	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Área de Abrangência do CECF Padre Pedro Vignola	70
Tabela 02 - Organização da Etapa de Campo Junto ao Grupo 01 da Pesquisa	71
Tabela 03 - Sexo dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF	72
Tabela 04 - Acesso dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF à Política Pública de Educação	79
Tabela 05 - Inserção Efetiva dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF na Política Pública de Educação	80
Tabela 06 - Acesso dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF na Política Pública de Saneamento Básico	82
Tabela 07 - Indicadores de Saneamento Básico na Cidade de Manaus/AM	82
Tabela 08 - Beneficiários e/ou Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF que Possuem ou Não uma Profissão	84
Tabela 09 - Síntese das Ações dos Eixos do PBF	91
Tabela 10 - Concepção dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF Sobre a Suficiência do Benefício com as Despesas Alimentares ...	96
Tabela 11 - Prática de Aproveitamento dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF de Sementes, Cascas e Demais Partes dos Alimentos ..	102
Tabela 12 - Organização da Etapa de Campo Junto ao Grupo 02 da Pesquisa	107
Tabela 13 - Tempo que os Profissionais do Grupo 02 da Pesquisa Exercem suas Funções	109

LISTA DE SIGLAS

ABRANDH	Associação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CEAS	Conselho Estadual de Assistência Social
CECF	Centro Estadual de Convivência da Família
CECFs	Centros Estaduais de Convivência da Família
CECIs	Centros Estaduais de Convivência do Idoso
CEP/UFAM	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
GPTE	Grupo População Tradicional e Específico
GSAN	Gerência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGDSUAS	Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Ministério da Cidadania
NIS	Número de Inscrição Social
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
PBE	Programa Bolsa Escola
PBF	Programa Bolsa Família
PESAN	Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
PIB	Produto Interno Bruto
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PSB	Proteção Social Básica
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEAS	Secretaria de Estado de Assistência Social
SEMASC	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
SEMMASDH	Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos
SESAN	Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
SICON	Sistema de Condicionalidades
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISREG	Sistema Nacional de Regulação
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento
UNEA	Assembleia Ambiental das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I - SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: NOVOS PARADIGMAS DE ABORDAGEM	25
1.1. Sustentabilidade: Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável	25
1.2. Sustentabilidade no Contexto das Políticas Públicas Brasileiras	45
1.3. Sustentabilidade das Políticas Públicas de Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional	48
CAPÍTULO II - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE	68
2.1. Sustentabilidade Social e Econômica do direito à Segurança Alimentar e Nutricional: Estudo dos Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) dos Centros Estaduais de Convivência da Família (CECFs) em Manaus/AM	69
2.2. Estratégias Governamentais de Combate às Situações de (In)segurança Alimentar e Nutricional: Programa Bolsa Família (PBF) nos Centros Estaduais de Convivência da Família (CECFs) em Manaus/AM	86
2.3. Mapa de Segurança Alimentar e Nutricional dos Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) atendidos nos Centros Estaduais de Convivência da Família (CECFs) em Manaus/AM	99
CAPÍTULO III - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MANAUS/AM: INTERSETORIALIDADE NA EFETIVAÇÃO DO DHAA	106
3.1. Trabalho Social da Segurança Alimentar e Nutricional nos Centros Estaduais de Convivência da Família (CECFs) de Manaus/AM junto aos Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF)	106
3.2. Política Pública de Assistência Social no Campo da Segurança Alimentar e Nutricional em Manaus/AM: Intersetorialidade na Garantia do DHAA	115
3.3. Limites e Possibilidades na Garantia do Direito à Segurança Alimentar e Nutricional na Lógica da Política Pública de Assistência Social em Manaus/AM	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	136
APÊNDICES	142
ANEXOS	148

INTRODUÇÃO

A retomada a importantes eventos de ordem internacional ocorridos no século XX, nos permite situá-lo num cenário de transformações significativas afetas à existência humana. Como afirma Bellen (2006), ao lado do visível avanço do desenvolvimento tecnológico, se encontra no mesmo nível, a sua capacidade de autodestruição. Dentre as principais faces das consequências provocadas por este intenso movimento, merece destaque a disparidade dos padrões de vida e de consumo entre as populações de diferentes países.

A crise ambiental instaurada de forma mais evidente a partir da década de 1960, resultante da expansão do modo de produção capitalista e do consumo dominante, marcou na ótica de Chaves e Santiago (2014), os limites do crescimento econômico. Este momento representou o início dos debates teóricos e políticos em torno da construção de mecanismos e instrumentos legais capazes de oferecer respostas eficazes às demandas da nova ordem mundial.

Consoante Ribeiro (2001), a dimensão ambiental internacional é complexa, o que permite a empregabilidade de alternativas distintas acerca de sua interpretação. Prova desta ausência de consenso tanto no âmbito acadêmico-científico, como no político, está no entendimento sobre as concepções de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. No entanto, é válido ressaltar a concordância da existência de inúmeros desafios para o estabelecimento de políticas públicas pautadas nas perspectivas de ambas as propostas.

De acordo com Bellen (2006), a origem da compreensão em torno do desenvolvimento sustentável é recente, tendo como ponto de partida o próprio conceito. Em termos simplificados, o autor situa esta discussão enquanto uma reavaliação do desenvolvimento articulado à ideia do crescimento. O foco do conceito definido pelo Relatório Brundtland é atender as necessidades das gerações presentes sem comprometer as futuras. Nesta direção, a concepção de desenvolvimento sustentável pode ser visualizada na relação dinâmica entre o sistema econômico e um sistema maior, com taxa de mudança mais lenta, o ecológico.

Em 1973, surge pela primeira vez o termo ecodesenvolvimento, o qual se coloca como alternativa à proposta clássica de desenvolvimento. Assim como tantos teóricos dedicados aos estudos e debates sobre a sustentabilidade, Bellen (2006) situa Ignacy Sachs como o precursor na formulação de aspectos deste novo modelo, os quais priorizaram naquele momento a questão da educação, da participação e da preservação de recursos naturais aliada à satisfação de necessidades básicas. Segundo o autor, a questão ambiental ao invés de ser resumida ao

aspecto ecológico, deve ser problematizada do ponto de vista social, pois não se configura como neutra, estando envolvida no contexto dimensional do desenvolvimento.

Ao apontar o conceito do ecodesenvolvimento, Sachs (1986) sinaliza este modelo enquanto estratégia viável de implementação na América Latina, incluindo o Brasil e, por conseguinte a Amazônia neste cenário. É importante enfatizar que a mudança de paradigma proposta pelo referido teórico, prevê a utilidade dos princípios da sustentabilidade em planejamentos regionais, nos quais se propõe a adoção de novas atitudes e tecnologias, sendo estas adequadas às condições do ambiente natural e social, observando os potenciais de cada região.

Diante disso, ao analisar as áreas de possível aplicabilidade do ecodesenvolvimento, Sachs (1986) evidencia os campos de nutrição, habitação, energia, exploração industrial de recursos renováveis, conservação de recursos, dentre outros, os quais se configuram como terrenos propícios à execução dos princípios da sustentabilidade.

Desde o Clube de Roma (1968) até a recente Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (2019), foram muitos os impactos, discussões, avanços e retrocessos causados no interior da questão socioambiental, constituída na visão de Leff (2009), num processo histórico dominado pela expansão do modo de produção capitalista, pelos padrões tecnológicos guiados pela racionalidade econômica, bem como pelos excedentes econômicos em curto prazo.

Na visão do autor em questão, os inúmeros problemas societários decorrentes da crise estrutural mundial representam um momento propício para repensar os rumos seguidos pela sociedade e as reais possibilidades de alcance da tão almejada sustentabilidade, concebendo-a como a preocupação com a garantia mínima de manutenção dos padrões de bem-estar para as gerações presentes e futuras, evidenciando como uma das prioridades globais, a efetivação do estado de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população, sendo este o objeto analisado e discutido neste estudo.

A erradicação da fome face à garantia de SAN, assim como o incentivo à agricultura sustentável está prevista no 2º objetivo da “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, a qual representa de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Além de 17 (dezessete) objetivos, o documento compreende 169 (cento e sessenta e nove) metas a serem atingidas pelos países e organismos interessados que objetivam:

- ✚ Eliminar a pobreza e a fome em todas as suas formas e dimensões, bem como garantir que todos os seres humanos desenvolvam suas potencialidades em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável;
- ✚ Proteger o globo da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, visando o atendimento de necessidades das gerações presentes e futuras;
- ✚ E, assegurar à população o direito a uma vida próspera e de plena realização pessoal, em harmonia com a natureza.

Debater a articulação entre a SAN e a sustentabilidade no âmbito da política pública de assistência social em Manaus/AM configura, portanto, um grande desafio, pois além da escassez de material escrito sobre a temática, se percebeu através da busca por literaturas bibliográficas e documentais, um conjunto de entraves postos à operacionalização transversal e sustentável das referidas políticas.

Neste sentido, elencou-se como objetivo geral desta pesquisa, analisar o direito à SAN sob a perspectiva da sustentabilidade social e econômica, a partir do atendimento dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) nos Centros Estaduais de Convivência da Família (CECFs) em Manaus/AM, e como específicos:

- ✚ Discutir o paradigma da sustentabilidade na contemporaneidade, considerando a dimensão social e econômica intrínseca ao direito à SAN;
- ✚ Caracterizar o estado de SAN dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) atendidos nos CECFs em Manaus/AM;
- ✚ Identificar intersetorialidade entre as políticas públicas de SAN e de assistência social, no processo de garantia de alimentação regular e saudável dos beneficiários do PBF atendidos nos CECFs em Manaus/AM.

Embora as categorias definidas nesta pesquisa estejam sendo trabalhadas, quais sejam, sustentabilidade, SAN e política pública de assistência social, poucas produções as abordam de forma relacionada, particularmente no contexto amazônico, o qual agrega no entendimento de Teixeira (2013), riquezas naturais e culturais peculiares, bem como grupos e populações tradicionais e específicos.

Neste contexto, a temática abordada nesta Dissertação de Mestrado assume relevância no âmbito acadêmico, haja vista a identificação de escassos estudos científicos nesta ampla área do conhecimento, em especial no contexto local, o qual tem sido pouco explorado em função dos inúmeros desafios postos ao processo de execução de pesquisas.

Quanto ao mérito profissional, se justifica em função do caráter transversal das políticas públicas analisadas na pesquisa e das categorias profissionais articuladas à temática,

com ênfase à força de trabalho do assistente social, que atua nas situações de (in)segurança alimentar e nutricional, pois estas representam expressões da questão social e por sua vez, ilustram o objeto de estudo e intervenção deste profissional.

Concernente ao âmbito social se fundamenta considerando 01 (um) dos grupos definidos como amostra, quais sejam os beneficiários do PBF atendidos no CECF Padre Pedro Vignola. A referida amostra representa uma importante parcela da sociedade brasileira e amazonense, as quais em decorrência da exposição a situações de vulnerabilidades e riscos sociais foram incorporadas ao programa supracitado, o qual visa garantir renda mínima aos seus usuários, combater a fome e incentivar a SAN.

Salienta-se ainda, que a referida temática está inserida no projeto guarda-chuva intitulado “Sustentabilidade das Práticas de Economia da Cultura dos Moradores do Puraquequara”, financiado pelo CNPq - Bolsa Produtividade, o qual é desenvolvido pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Inter-Ação) e vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Reconhecendo as contribuições científicas de todos os paradigmas no âmbito do conhecimento, a concepção de método adotada neste estudo parte da triangulação, o qual na compreensão de Triviños (1987), tem o objetivo de contemplar o máximo de informações no processo de descrição, explicação e análise do objeto de estudo.

Isto porque, a triangulação enquanto método e técnica, sustenta a impossibilidade de conceber a existência de um fenômeno social, sem raízes históricas, significados culturais e/ou vinculações estreitas e essenciais, estando as possíveis situações de (in)segurança alimentar e nutricional identificadas no decorrer desta pesquisa, vinculas à realidade dinâmica e complexa investigada por este método (TRIVIÑOS, 1987).

Considerando o entendimento do referido autor, destaca-se que a utilização do método da triangulação nesta pesquisa reconhece a possibilidade de aplicação da pluralidade e não do ecletismo, porquanto este abrange múltiplos ângulos de um mesmo objeto. Neste sentido, a utilização deste na pesquisa favoreceu o exercício constante da descoberta de um conjunto complexo de limites e possibilidades postos ao processo de operacionalização das políticas públicas em foco, sob a perspectiva da sustentabilidade e intersetorialidade. Na esteira deste debate, um universo de questionamentos foi potencializado, os quais indicam o todo e as partes como elementos necessários e determinantes no ato da investigação social.

No que tange ao tipo de pesquisa, foi definida para este trabalho a pesquisa social, em função de esta segundo Marconi e Lakatos (2002), utilizar a metodologia científica na

obtenção de novos conhecimentos no contexto da realidade social, abrangendo de forma geral a compreensão e análise acerca dos grupos e instituições sociais.

Com relação à abordagem definida para este estudo configura-se enquanto qualitativa e quantitativa, evidenciando de acordo com Chizzotti (2001), o reconhecimento da existência de relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito por parte da primeira, e a possibilidade de mensuração de variáveis preestabelecidas e de influência destas sobre outras variáveis por parte da segunda.

Articulando o significado da abordagem qualitativa e quantitativa ao método da triangulação, se ressalta ainda a relação dinâmica entre o sujeito e o objeto no processo de conhecimento, caracterizando o pesquisador nos dizeres de Chizzotti (2001), como um descobridor do significado das ações e relações ocultas nas estruturas sociais.

O universo desta pesquisa foi delimitado nos CECFs localizados na cidade de Manaus/AM, que atualmente contabilizam 06 (seis) unidades. Concernente à amostra, foram definidas inicialmente 02 (duas) unidades para a realização da etapa de campo, entretanto, se identificou a inviabilidade de aplicação dos instrumentais da pesquisa em 01 (um) dos equipamentos em função de as atividades não estarem funcionando na ocasião deste processo, bem como os profissionais não terem manifestado interesse em participar do estudo. Por esta razão, a coleta de dados ocorreu somente no CECF Padre Pedro Vignola, localizado na zona norte de Manaus/AM.

Quanto aos sujeitos da pesquisa, foram divididos em 02 (dois) grupos. O primeiro está representado por 22 (vinte e dois) beneficiários do PBF atendidos no CECF definido como amostra da pesquisa, e o segundo por profissionais de nível superior responsáveis respectivamente pela Gerência Estadual de SAN (GSAN) e pela Coordenação Estadual do Cadastro Único e PBF da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) e 02 (dois) profissionais de nível superior atuantes na Diretoria e nas equipes sociais do CECF Padre Pedro Vignola, sendo 01 (um) Diretor, e 01 (um) Assistente Social que atua na assessoria da unidade em pauta.

No intuito de alcançar um volume qualitativo de informações em torno das condições alimentares das referidas famílias por meio da articulação entre as políticas de SAN e de assistência social, se objetivou através do trabalho de campo, a identificação da perspectiva de sustentabilidade social e econômica no trabalho realizado no âmbito dos CECFs em Manaus/AM, particularmente em relação às famílias beneficiárias do PBF selecionadas como amostra.

A presente Dissertação de Mestrado contempla 03 (três) capítulos, construídos por meio da articulação entre as categorias analíticas trabalhadas. No Capítulo I, foram tecidas considerações acerca do conceito, das dimensões e da empregabilidade do paradigma da sustentabilidade nas políticas públicas, com ênfase à Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e Política Nacional de SAN (PNSAN, 2010).

No Capítulo II, constam os resultados alcançados mediante a etapa de campo com relação aos indicadores de sustentabilidade social e econômica do direito à SAN, cuja análise partiu dos beneficiários do PBF atendidos no CECF Padre Pedro Vignola, às estratégias governamentais de combate às situações de (in)segurança alimentar e nutricional, enfatizando o PBF, e ao mapa de SAN dos beneficiários definidos como amostra.

No Capítulo III, estão ilustrados os resultados da etapa de campo relacionados à intersetorialidade entre as políticas públicas de SAN e assistência social no processo de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) em Manaus/AM, tendo como parâmetros o debate em torno do trabalho social da SAN junto aos beneficiários do PBF atendidos nos CECFs, a política pública de assistência social no campo da SAN em Manaus/AM, assim como os limites e possibilidades postos à garantia da SAN na lógica da assistência social em Manaus/AM.

CAPÍTULO I

SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: NOVOS PARADIGMAS DE ABORDAGEM

O paradigma da sustentabilidade tem sido objeto de inúmeras agendas nacionais e internacionais, especialmente por apresentar à sociedade uma nova proposta de desenvolvimento por meio da articulação entre homem e natureza. Tendo como referência a concepção da ecologia como a união de um todo organizado, o pensamento ecológico caracteriza-se segundo Pena-Vega (2005) enquanto complexo, multidimensional e radical.

Partindo do reconhecimento da sustentabilidade enquanto ferramenta que perpassa as mais diversas dimensões da vida humana, o debate em torno de sua influência no âmbito das políticas públicas brasileiras torna-se fundamental, considerando a proposta de oferta de condições básicas de vida à população como a materialização de seus objetivos.

No primeiro capítulo deste estudo, far-se-á a discussão acerca do paradigma da sustentabilidade e suas dimensões, evidenciando as contribuições trazidas pelo ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável ao longo dos principais eventos de cunho socioambiental realizados em escala mundial, tendo como marco a Cúpula da Terra no ano de 1992, a qual será verbalizada no decorrer deste capítulo. Posteriormente, será apresentada a articulação entre sustentabilidade e desenvolvimento no âmbito das políticas públicas brasileiras, enfatizando os pilares social e econômico presentes em suas estruturas. Ao final desta seção, a perspectiva de sustentabilidade intrínseca às políticas públicas de assistência social e de SAN será debatida.

1.1. Sustentabilidade: do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável

Segundo Bellen (2006), a trajetória do século XX compreende transformações significativas em todas as dimensões da vida humana, especialmente ao se retratar o desenvolvimento tecnológico. Ao passo que as grandes descobertas científicas corroboram para a evolução da expectativa de vida dos seres humanos, ao mesmo tempo intensificam a sua capacidade de autodestruição, particularmente em função dos níveis de disparidades entre as populações tidas como desenvolvidas e as ditas em desenvolvimento.

Considerando o pensamento de Leff (2009), o surgimento de debates sobre a crise ecológica mundial em meados da década de 1970, passa a exigir a demarcação de limites ao crescimento econômico e demográfico e à utilização de recursos por parte da humanidade, revelando o mito do desenvolvimento.

Em consonância com Leff (2009), aliados ao processo de degradação ambiental encontram-se os efeitos econômicos, sociais e culturais, os quais afetam drasticamente as populações empobrecidas. Além disso, articulada à crise ambiental, a crise financeira dos países latino-americanos acentuou o cenário de empobrecimento e marginalização social, tendo em vista a implantação de modelos tecnológicos inadequados a estes territórios.

O fato de a crise financeira e até mesmo ambiental ser majoritariamente referenciada ao modelo de desenvolvimento e não ao modelo de acumulação, representa para Silva (2010) a incapacidade do sistema capitalista e conseqüentemente do Estado de resolver ou pelo menos amenizar as inúmeras expressões da questão socioambiental. A pobreza, considerada uma das suas mais evidentes expressões, a partir da década de 1990, passa a ser incorporada ao discurso ambiental e tratada pelo Estado por meio de políticas compensatórias, enfatizando no ano de 2004, a implantação do Programa Bolsa Família (PBF) no Brasil, o qual será abordado posteriormente.

As experiências latino-americanas, com destaque ao território brasileiro demonstram que a elevação de indicadores sociais depende de um conjunto de fatores, os quais envolvem, dentre outros elementos, a efetiva transversalidade das políticas públicas e não somente investimentos em políticas compensatórias. Neste século XXI, a execução de políticas públicas a partir da perspectiva de sustentabilidade requer, portanto, a efetiva articulação de todas as dimensões relacionadas à vida e ao desenvolvimento das sociedades.

Diante da constatação de incompatibilidade entre os padrões de vida insustentáveis e o processo de regeneração do meio ambiente, consoante Bellen (2006) a partir da década de 1970, as discussões acerca da temática do desenvolvimento passam a incorporar os problemas socioambientais, processo este responsável pelo surgimento dos conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, os quais cada um a sua maneira preconizam propostas de desenvolvimento aos grupos da sociedade.

Sachs (2002) enfatiza o Encontro Founex, realizado em 1971, e implementado pela mesma comissão organizadora da Conferência realizada em Estocolmo, como um importante evento no âmbito da questão ambiental, sobretudo por tratar em primeira instância, as discussões em torno da relação de dependência entre desenvolvimento e meio ambiente, sendo debatidas em uma reunião com elevado grau de relevância.

Conforme Ribeiro (2001), o primeiro grande evento da Organização das Nações Unidas (ONU) direcionado ao diálogo sobre as problemáticas socioambientais a nível mundial, foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em 1972, na cidade de Estocolmo, Suécia. O evento reuniu representantes de 113 (cento e treze) países,

os quais segundo o referido autor, além de discutirem em nível de alerta diversas temáticas relacionadas ao meio ambiente, haja vista a possibilidade de futuros conflitos internacionais, tiveram a oportunidade de debater os resultados apontados no relatório apresentado pelo Clube de Roma, divulgado no mesmo ano de execução da referida conferência.

A principal proposta presente no documento elaborado pelo Clube de Roma, composto em conformidade com Ribeiro (2001) por cientistas políticos e empresários de fato preocupados com as questões socioambientais globais, está representada na necessidade de estabelecimento de limites para a exploração dos recursos naturais, contrapondo-se de forma clara ao pensamento dominante de crescimento contínuo próprio da sociedade capitalista.

Entretanto, foram as pautas do crescimento populacional, do processo de urbanização e da tecnologia na industrialização que de acordo com Bellen (2006), ocuparam o espaço das prioridades neste importante encontro, sendo as contribuições do relatório supracitado deixadas para segundo plano.

Neste contexto, as discussões promovidas pela Conferência de Estocolmo foram concentradas no aspecto desenvolvimentista e de crescimento econômico. Por esta razão, o sentido do desenvolvimento foi e continua sendo articulado aos investimentos financeiros diretos, sendo as demais dimensões que perpassam a vida humana e a evolução das sociedades deixadas à margem deste debate (RIBEIRO, 2001).

Como resultados mais expressivos do crescimento econômico, pautado no modo de produção capitalista, Leff (2009) destaca os intensos processos migratórios, o desemprego, a aglomeração em assentamentos precários, a segregação social e a desvalorização das identidades culturais de grupos populações tradicionais e específicos. Diante deste complexo cenário, a sustentabilidade emerge como um novo paradigma a ser discutido, construído e executado pela humanidade.

À vista disso, Giansanti (1998) chama a atenção para a aliança estabelecida entre o desenvolvimento e o crescimento econômico na sociedade capitalista, sustentada por meio da acumulação do capital e do sistema de divisão de classes sociais, sendo fundamental a partir deste entendimento o rompimento com ideias pautadas em interesses individuais, no intuito de fortalecer o caráter coletivo da relação entre os homens e o próprio meio ambiente.

Para Ribeiro (2001), a Conferência de Estocolmo representa então, a base do conceito do desenvolvimento sustentável, sobretudo ao se identificar a defesa da visão conservadora pela maioria de seus participantes. Assim, a proposta do desenvolvimento sustentável será efetivada na década de 1980, salientando a ênfase à dimensão econômica.

É importante destacar que o debate a respeito da proposta de um desenvolvimento com sustentabilidade tem início com a apresentação do Ecodesenvolvimento, o qual começa a ser trabalhado em 1973, pelo primeiro diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) durante a primeira reunião do Conselho de Administração, ocorrida em Genebra (LEFF, 2009). O teórico responsável pela definição deste conceito é Ignacy Sachs, o qual em conformidade com Chaves e Santiago (2014) discute as condições societárias do presente e passado, visando a oferta de possibilidades sustentáveis às populações futuras, apontando na perspectiva de Leff (2009), a necessidade de introdução da problemática ecológica ao processo econômico. Desse modo, o ecodesenvolvimento

[...] trata do desenvolvimento e dos seus efeitos ambientais, discute a satisfação das necessidades básicas (materiais, psicossociais), preocupa-se com a promoção da autonomia das populações envolvidas [...]. Preconiza que é preciso dotar a população de capacidade de gestão para a sustentabilidade tomando como referência a dignidade dos povos envolvidos, os valores sociais e culturais, a criação de oportunidade, a conquista de cidadania e a soberania dos estados, pela construção de um sistema social voltado para a garantia de emprego, segurança social e respeito às outras culturas (CHAVES E SANTIAGO, 2014, p. 49).

Na leitura das referidas autoras, o ecodesenvolvimento prevê a necessidade de empoderar a população e as gestões, sejam elas públicas ou privadas, em relação à aplicação conjunta das dimensões da sustentabilidade no desenvolvimento das sociedades, envolvendo neste processo a dignidade dos grupos e populações tradicionais e específicos, os valores sociais e culturais, a criação de oportunidades, a conquista da cidadania e soberania por parte dos estados, e especialmente a construção de um sistema social voltado para a garantia de emprego, segurança social e respeito às culturas.

Nesta direção, a proposta elaborada e discutida por Ignacy Sachs, almeja uma mudança radical no modelo econômico difundido em escala mundial, sendo consideradas a partir da alteração de paradigma, a articulação entre as esferas social, ecológica, ambiental, política, cultural, geográfica e econômica.

Para Sachs (1986), o paradigma da sustentabilidade depreendido a partir do ecodesenvolvimento, está inserido em um campo de ações práticas, as quais incorporam as suas dimensões às políticas de desenvolvimento, com destaque ao pilar ambiental, tendo em vista a dependência do homem em relação à natureza. Diante desta reflexão, dentre tantas legislações que primam pela realização de direitos humanos e sociais básicos, as Políticas Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN, 2010) e de Assistência Social (PNAS, 2004), são evidenciadas neste estudo enquanto propostas governamentais alicerçadas na perspectiva de sustentabilidade, particularidade a ser aprofundada mais adiante.

De acordo com o pensamento de Leff (2009) os objetivos do ecodesenvolvimento visam oferecer respostas às necessidades de reajuste da ordem internacional, partindo do entendimento da gênese das problemáticas socioambientais como consequência da hegemonia do sistema de produção capitalista. As estratégias desta corrente buscam então, ressignificar a dimensão econômica por meio da incorporação dos pilares da sustentabilidade às políticas de desenvolvimento.

Na perspectiva apresentada por Bellen (2006), o ecodesenvolvimento se coloca como alternativa à concepção clássica de desenvolvimento, porquanto este novo modelo busca a articulação entre a educação, participação, preservação e conservação¹ de recursos naturais, satisfação de necessidades básicas, dentre outros aspectos para além da esfera econômica.

Como afirma Giansanti (1998), a discussão em torno do desenvolvimento econômico na sociedade capitalista também deve incorporar a compreensão de um processo desigual e expandido em escala mundial, no qual determinadas regiões e setores produtivos concentram mais riquezas frente a outros, tanto em nível local como internacional.

Neste sentido, o termo sustentabilidade nos dizeres de Giansanti (1998) está pautado na ideia daquilo que se pode sustentar, relacionando estabilidade e equilíbrio de modo durável. Partindo deste entendimento, a garantia de sustentabilidade do ponto de vista ecológico, aliada ao desenvolvimento econômico e social pleno, pressupõe inúmeros desafios.

O paradigma da sustentabilidade emerge no contexto da globalização econômica como uma nova visão do processo de civilização da humanidade, sendo compreendida enquanto sinônimo do bem-estar global. Assim, a sustentabilidade se refere “ao reconhecimento da função da natureza como suporte, condição e potencial do processo de produção” (LEFF, 2009, p. 207).

A partir das concepções apresentadas, evidencia-se o entendimento acerca do paradigma da sustentabilidade, como condição para a sobrevivência humana mediante o estabelecimento de respeito e cuidado do homem com a natureza, sendo necessária para a efetivação de um desenvolvimento qualitativo, equitativo e durável, a real mudança de postura em relação à atual ordem econômica, o que significa problematizar as bases do sistema de produção capitalista.

Em conformidade com Cavalcanti (2002), a sustentabilidade remete a orientação de conservação do capital natural para futuras gerações. Nesta perspectiva de abordagem, a

¹ Partindo do entendimento de Diegues (2001), depreende-se por conservação a relação ou vínculo entre o homem e a natureza, visualizado, por exemplo, na habitação de grupos e populações tradicionais e específicos em parques, reservas e/ou áreas naturais. Concernente à preservação verifica-se a perspectiva de intocabilidade da natureza por parte do homem, no intuito de proteger a diversidade biológica e cultural.

clareza em torno da filosofia de finitude e restrição torna-se essencial. Para o autor supracitado, a visão de progresso nas sociedades sustentáveis deve apreender de modo central, aspectos relacionados à qualidade de vida, articulando a este processo, a saúde, educação, um meio ambiente limpo e o espírito de comunidade e longevidade.

No âmbito deste debate, Jacobi (2002) ressalta que o cenário contemporâneo, marcado pela crescente exclusão social, exige uma sociedade motivada e mobilizada para assumir um caráter de fato propositivo na consolidação do binômio sustentabilidade e desenvolvimento, no intuito de promover a inclusão social.

Isto porque, as dimensões da sustentabilidade estão inseridas num contexto de lutas sociais em defesa da natureza, partindo do reconhecimento da simbiose entre o homem e o meio ambiente. Para Leff (2009), a sustentabilidade emerge como um novo paradigma produtivo, onde a produção de novos conhecimentos científicos e o resgate dos saberes e das práticas tradicionais para descobrir novos usos potenciais dos recursos naturais, ocupam espaço determinante. Tendo como referência a democracia ambiental, a execução desta estratégia conceitual e política, a qual é contrária às formas de capitalização da natureza, representa uma possibilidade real para organização de uma sociedade global estruturada em bases sustentáveis.

Posterior à execução da Conferência de Estocolmo, Bellen (2006) ressalta a formulação da Declaração de Cocoyok em 1974, a qual traduz o resultado de uma reunião da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e do PNUMA. O conteúdo presente no documento é tido como inovador no debate em torno do desenvolvimento e meio ambiente em função das afirmações nele contidas, dentre estas, a parcela de culpa a ser atribuída aos países desenvolvidos com relação aos problemas socioambientais globais.

Diante da possibilidade de enfraquecimento dos argumentos e propostas trazidas pelo ecodesenvolvimento, em 1987, a concepção de Desenvolvimento Sustentável conforme Giansanti (1998) ganha reconhecimento efetivo a partir da aplicação do Relatório Nosso Futuro Comum, mais conhecido como Relatório ou Informe Brundtland. Nesta formulação, o conceito busca a relação entre economia e meio ambiente, esvaziado de um debate político aprofundado na leitura de críticos a esta corrente, partindo do reconhecimento da crise socioambiental vivenciada no mundo. À vista disso, o desenvolvimento sustentável é definido enquanto proposta que

[...] atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. Ele contém dois

conceitos-chave: o conceito de necessidades, sobretudo as necessidades dos pobres no mundo [...]; e a noção das limitações. (RELATÓRIO BRUNDTLAND APUD GIANANTI, 1998, p. 10).

Diante da reflexão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, Giansanti (1998) enfatiza a essência desta proposta em uma visão crítica em torno da exploração de recursos naturais, da orientação dos investimentos, como também das compatibilidades entre desenvolvimento e conservação.

Para Dahl (1997), a concepção de desenvolvimento sustentável agrega valores e concentra forte conexão entre os princípios, a ética e as crenças intrínsecas às sociedades e/ou comunidades. O autor sinaliza que um dos problemas deste termo se refere ao fato de a sociedade de modo geral, não possuir clareza do caminho a ser percorrido e dos objetivos a serem alcançados no sentido de um futuro confortável às gerações atuais e futuras, sendo uma grande tarefa para este modelo envolver os diferentes atores sociais articulados a este processo.

Na leitura de Leff (2009), a ideologia do desenvolvimento sustentável desencadeia o crescimento econômico de forma incontrolável, convertendo o sentido crítico do conceito de meio ambiente num discurso voluntarista, haja vista a concepção do neoliberalismo ambiental. Para o referido autor, a proposta apresentada pelo desenvolvimento sustentável encontra-se direcionada à sustentabilidade do capitalismo. Em outras palavras, a base de racionalidade econômica deste modelo impulsiona o crescimento, porém não apresenta estratégias capazes de deter a degradação ambiental por ele mesmo gerada.

Na ótica de Giansanti (1998) a perspectiva de crescimento econômico possui sentido específico, caracterizando-se pelo aumento da capacidade produtiva da economia de um país ou setor. Por outro lado, o desenvolvimento econômico envolve aspectos econômicos e de melhoria nos padrões de vida das populações, abarcando neste processo a combinação entre as diversas dimensões da sustentabilidade.

Esta contradição pode ser explicada em função da resistência da racionalidade econômica frente à mudança proposta pelo paradigma da sustentabilidade. O discurso do desenvolvimento sustentável pauta-se, destarte, numa política de representação, constituída pela estratégia de poder, a qual concebe a natureza como meio de produção (LEFF, 2009).

O posicionamento do autor supracitado retrata a fase ecológica do capital, a qual transita das formas tradicionais de apropriação primitiva dos recursos das comunidades e dos mecanismos econômicos, às estratégias legítimas de usurpação dos recursos naturais. Nesta relação, a biodiversidade passa a ser concebida enquanto patrimônio comum da humanidade e

as populações residentes no chamado Terceiro Mundo, como parte do capital humano do planeta.

Enfatiza-se neste contexto, a apropriação do conceito de sustentabilidade por parte da racionalidade econômica, visualizada na ampla difusão do desenvolvimento sustentável a partir de 1992. Segundo Leff (2009), o fato de o referido modelo estar pautado numa proposta de política consensual capaz de incorporar as diferentes visões e interesses de países, povos e classes sociais, garantiu a sua rápida disseminação e instituição em âmbito global.

As contradições inerentes ao desenvolvimento sustentável são vistas particularmente na proposta de incorporação de aspectos ambientais na atividade produtiva, assegurando de acordo com Silva (2010), o crescimento econômico e não o desenvolvimento. Neste contexto, os princípios da sustentabilidade no âmbito do desenvolvimento sustentável passam a concentrar diferentes interesses econômicos e sociais, inclusive por parte do Estado.

De acordo com Ribeiro (2001), a segunda grande reunião realizada pela ONU com a temática ambiental ocupando o centro das discussões foi deliberada na sua assembleia em 1988. Diante da necessidade de implementação de uma nova conferência, o autor sinaliza o interesse do Brasil em sediar o evento, sendo este de fato escolhido em 1989. Os principais motivos que culminaram para a escolha do país como sede do evento dizem respeito aos índices de devastação da Amazônia e ao assassinato de Chico Mendes, um dos mais conhecidos e atuantes sindicalistas e ambientalistas da história brasileira.

As fortes razões expostas para justificar a escolha deste território para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) em 1992, também conhecida como Eco-92 ou Cúpula da Terra, representaram ainda uma grande estratégia da ONU para pressionar a diminuição das queimadas, assim como a prisão e julgamento dos responsáveis pela morte de Chico Mendes. Desta forma, a conferência empreendida no Rio de Janeiro, representou um momento propício ao arranjo das relações internacionais acerca da temática socioambiental.

Ribeiro (2001) pontua o estabelecimento de acordos internacionais mediadores das ações do homem sobre o meio ambiente como o principal objetivo da Eco-92. Como resultados alcançados a partir deste evento, podem-se pontuar a elaboração de 02 (duas) declarações, a do Rio, a qual versa acerca de princípios pela preservação da vida na Terra e a Declaração de Florestas. Além disso, a Agenda 21 também reflete como resultado desta reunião internacional, tendo em vista a previsão de um plano de ação para a virada do século com a finalidade de minimizar os problemas socioambientais do globo.

No decorrer do século XXI, observa-se o caminhar das discussões sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento em nível mundial. Desde o Relatório Brundtland, no qual o termo desenvolvimento sustentável foi consolidado, verificam-se outros eventos relacionados à temática socioambiental.

Posterior à Cúpula da Terra, Ribeiro (2001) sinaliza uma série de reuniões em torno das mudanças climáticas, as quais simbolizam importantes intenções de mudanças na ordem socioambiental internacional. A mais representativa reunião, haja vista a elaboração de um Protocolo, teve como palco a cidade de Kyoto em 1997, a qual ganhou destaque pela apresentação de 02 (duas) ideias.

A primeira ideia, expressa pelos Estados Unidos, previa a transformação da emissão de gases estufa em negócio e a segunda, indicada pelo Brasil, propunha a criação de um fundo para pesquisas ambientais, tendo em conta os altos índices de poluição dos países desenvolvidos. Considerando as evidências científicas como base da proposta brasileira e os interesses econômicos da proposta norte-americana, Ribeiro (2001) evidencia a derrota dos Estados Unidos nesta reunião. Importante ressaltar que embora sua sugestão não tenha sido contemplada no Protocolo de Kyoto, esta não foi totalmente descartada.

Passados 05 (cinco) anos da realização da Eco-92, ocorreu em 1997, também na cidade do Rio de Janeiro a Rio+5, evento organizado por Organizações Não-Governamentais (ONGs) no intuito de avaliar as possíveis mudanças executadas na esfera socioambiental internacional desde 1992. Não obstante, de acordo com Ribeiro (2001) identificou-se a partir deste encontro a realidade de um processo operacional lento concernente ao cumprimento dos acordos pactuados.

Como avanços identificados na Rio+5, tem-se a execução de vários debates em torno da biossegurança, das mudanças climáticas, dentre outras temáticas, destacando estas reuniões como frutos dos documentos firmados na Cúpula da Terra. Deste modo, a Rio+5 contempla o primeiro ciclo de avaliação dos resultados a partir da Conferência realizada em 1992 (RIBEIRO, 2001).

Posterior à realização da conferência em terras brasileiras, enfatiza-se consoante Sachs (2009) a ocorrência dez (10) anos mais tarde, da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+10. O evento concentrou-se em Johannesburgo, no ano de 2002. Na análise do autor, o encontro supracitado retrata um progresso parcial no que tange ao universo das políticas públicas, porquanto a sua execução coincidiu com o processo de contrarreforma neoliberal.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável ou a Rio+20, ocorrida em 2012, incorpora segundo Sauer e Ribeiro (2012) parte das estratégias para o desenvolvimento dos países, verificando-se nesta perspectiva, o reconhecimento das questões socioambientais especialmente como problemáticas de cunho social, econômico e político.

De acordo com o Comitê Nacional de Organização, o principal objetivo deste encontro foi renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável através da avaliação do progresso e das lacunas na execução dos acordos firmados nos grandes eventos de ordem internacional, dentre estes, a Eco-92.

As informações centrais debatidas na Rio+20, dizem respeito aos graus de preocupação quanto ao desenvolvimento humano e social de base sustentável. Por este motivo, o enfrentamento às expressões da questão socioambiental, a valorização das diferentes culturas dos povos e populações tradicionais e específicos, a mudança nas formas de consumo, assim como a gestão qualitativa dos recursos naturais são essenciais na construção da nova ordem societária.

A Rio+20 ocorreu exatamente 20 (vinte) anos após a Eco-92 e 40 (quarenta) anos posterior à Conferência de Estocolmo. Por esta razão, a reflexão sobre o desenvolvimento societário mundial almejado torna-se indispensável, estando o debate em torno da sustentabilidade intrínseca a este processo.

O quadro 01, construído pela pesquisadora a partir das orientações e do embasamento teórico nos autores supracitados, sintetiza de forma cronológica os principais eventos/marcos internacionais voltados à discussão da sustentabilidade como novo paradigma, os quais conforme foi visto, adotam metodologias distintas no tocante à realização desta proposta.

Quadro 01 - Principais Eventos/Marcos internacionais da Sustentabilidade

Evento/Marco de ordem internacional	Marco Temporal	Principais Ideias
Clube de Roma	1968	Introduz no universo político e científico, discussões em torno da questão ambiental.
Encontro Founex	1971	Discute a relação dependente entre desenvolvimento e meio ambiente.
Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano	1972	Debate as problemáticas socioambientais a nível mundial.
Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA)	1972	Num primeiro momento foi operado como um programa de ação no âmbito ambiental, ganhando peso institucional aos poucos, a começar pela ONU.
Surgimento do Conceito de Ecodesenvolvimento	1973	Articula as condições societárias do presente e passado, apresentando alternativas sustentáveis para o futuro.
Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)	1974	Acentuou as discussões entre meio ambiente e desenvolvimento.

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento	1992	Estabelece o arranjo das relações internacionais acerca da temática socioambiental.
Declaração de Cocoyoc	1974	Inova no debate sobre desenvolvimento e meio ambiente, considerando a previsão de responsabilidade dos países desenvolvidos em relação aos problemas socioambientais.
Declaração de Nairobi	1982	Avalia a atuação do PNUMA e elaborou um novo diagnóstico da situação ambiental no mundo.
Assembleia Geral das Nações Unidas	1983	Cria a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), o que culmina anos depois na elaboração do Relatório Brundtland.
Relatório Brundtland - Primeira abordagem ao Conceito de Desenvolvimento Sustentável.	1987	Pontua a relação entre economia e meio ambiente por meio do reconhecimento da crise ambiental vivenciada no globo.
Congresso Internacional da UNESCO/PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental	1987	Enfatiza os princípios da educação ambiental, assim como da necessidade de pesquisa e formação neste segmento.
Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD)	1992	Estabelecimento de acordos internacionais mediadores das ações do homem sobre o meio ambiente e legitimação do conceito de desenvolvimento sustentável.
Protocolo de Kyoto	1997	Previsão de preocupações em relação ao aquecimento global.
Rio+5	1997	Debates em volta da biossegurança, das mudanças climáticas, dentre outras temáticas evidenciadas na Eco-92.
Rio+10 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	2002	Avalia os avanços do discurso da questão socioambiental, decorridos 10 anos da Cúpula da Terra.
Rio+20 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável	2012	Preocupação quanto ao desenvolvimento humano e social de base sustentável.
Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável	2015	Elaboração da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a ser executada mundialmente a partir de 2015.
Assembleia Ambiental das Nações Unidas (UNEA)	2016	Instrumento utilizado pela ONU na tomada de decisões acerca do meio ambiente, colocado a partir desta no mesmo nível de alerta de temáticas como a segurança, a saúde e a paz mundial.
Conferência dos Oceanos	2017	Apoio à implementação do objetivo de desenvolvimento sustentável 14: conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 25)	2019	Discussão das mudanças climáticas no mundo e das estratégias a serem adotadas pelas nações para reduzir a emissão dos gases de efeito estufa.

Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir das orientações e do embasamento teórico em Giansanti (1998), Ribeiro (2001), Leff (2009), Sachs (1986/2002/2009) e Pedrosa (2017).

Diante dos avanços e desafios apresentados nos grandes eventos internacionais que marcam o delineamento da questão socioambiental mundial, o meio ambiente, reconhecido

como pressuposto à existência humana, mesmo na contemporaneidade ainda é apreendido por muitos instrumentos, apenas como um recurso natural a ser superexplorado.

Considerando o caráter contínuo na realização dos referidos eventos, a Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável representa no século XXI, a busca pelo fortalecimento da paz universal com mais liberdade. Reconhecendo a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões como o maior desafio global, a ONU (2015) pontua o alcance deste complexo desafio enquanto requisito indispensável para o desenvolvimento com sustentabilidade.

Os 17 (dezessete) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as 169 (cento e sessenta e nove) metas anunciadas na nova agenda universal verbalizam a necessidade macro de combate às múltiplas faces da pobreza, o que pressupõe dentre outros amplos aspectos, o enfrentamento à fome e de forma articulada, o alcance à SAN, apontando como possível estratégia o estímulo à agricultura familiar.

A partir da discussão suscitada em torno das principais alternativas postas à construção da nova ordem societária, quais sejam o ecodesenvolvimento, pautado no vínculo entre democracia ambiental e racionalidade social, e o desenvolvimento sustentável, o qual prevê a possibilidade de relação entre questão ambiental e economia, Leff (2009) alerta para a necessidade de estabelecimento de consenso mundial acerca das problemáticas socioambientais.

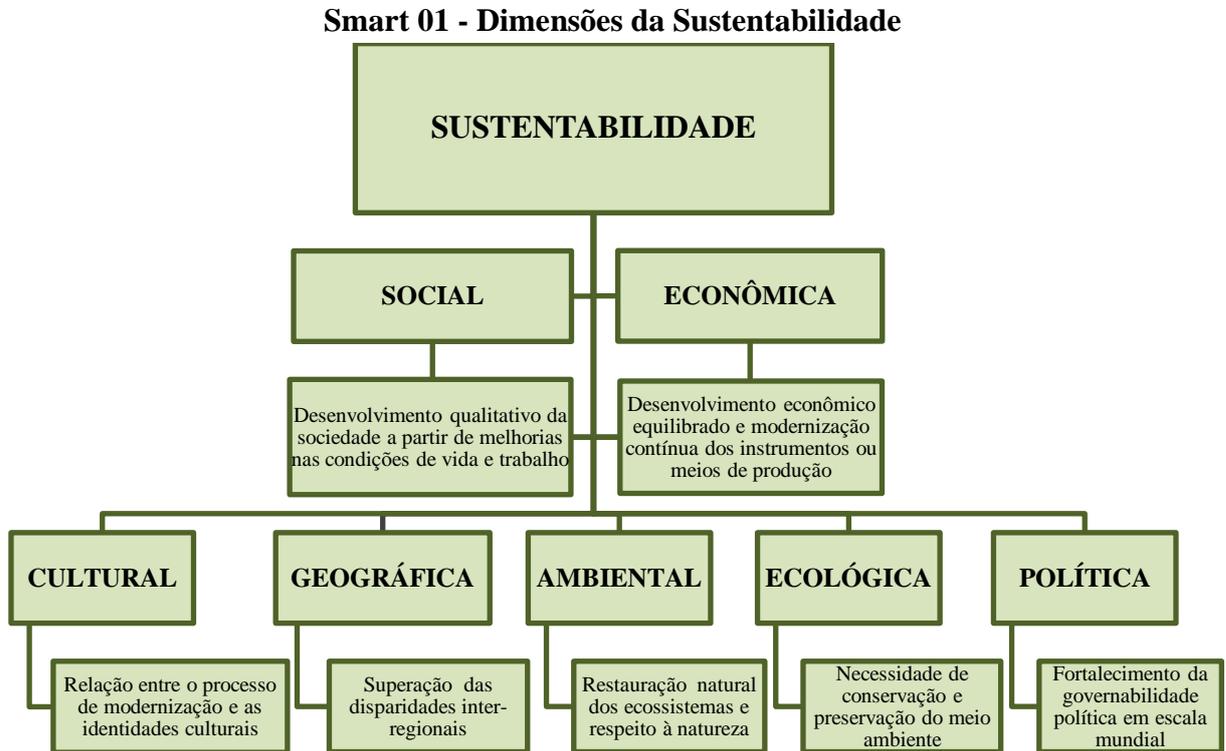
A perspectiva de consenso entre a comunidade mundial não objetiva eliminar as diferentes abordagens teóricas, políticas e/ou jurídicas construídas e difundidas ao longo dos grandes eventos de cunho internacional e nem impor o modelo a ser incorporado pela sociedade, tendo em vista o reconhecimento das contribuições de ambas as correntes apresentadas neste estudo. Ao contrário, busca-se de forma harmoniosa e responsável, a construção de uma nova ordem socioambiental do globo pautada na sustentabilidade.

***Dimensões da Sustentabilidade**

Partindo do entendimento da sustentabilidade como novo paradigma societário, a qual objetiva nos dizeres de Sachs (2002) o aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza, a fim de beneficiar as populações locais e favorecer a conservação e preservação da biodiversidade, depreende-se este modelo sob uma perspectiva dinâmica e articulada, englobando um processo de constantes mudanças.

Neste contexto, a discussão crítica com relação à sustentabilidade exige a apreensão dos aspectos articulados a este paradigma de abordagens. O smart 01, construído pela

pesquisadora mediante as orientações e o referencial teórico utilizado neste estudo, evidencia as contribuições de Sachs (2002) ao definir as 07 (sete) dimensões da sustentabilidade, quais sejam: social, econômica, cultural, geográfica ou territorial, ambiental, ecológica e política (nacional e internacional).



Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir das orientações e do embasamento teórico de Sachs (2002).

Embora existam diversas formulações acerca do conceito da sustentabilidade, bem como de suas dimensões ou pilares, o debate realizado neste estudo pauta-se nas contribuições de Sachs (2002), teórico responsável pela formulação do conceito de ecodesenvolvimento e consequentemente pelas abordagens da sustentabilidade.

Em relação à sustentabilidade social, Sachs (2002) realiza sua análise com base em 04 (quatro) aspectos: o alcance de um patamar social homogêneo, a distribuição justa de renda, o emprego pleno associado à qualidade de vida e a igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais.

Considerando a articulação dos referidos aspectos, Sachs (2009) aponta a sustentabilidade social como pressuposto para o desenvolvimento qualitativo da sociedade, na qual se buscam melhorias nas condições de vida e trabalho das populações. Para Chaves e Santiago (2014) a sustentabilidade social pode ser compreendida como um processo de desenvolvimento pautado na distribuição equitativa de renda, na promoção e acesso aos direitos sociais e na redução das disparidades entre as classes sociais.

Deste modo, o acesso a serviços públicos, tais como, água potável, segurança pública, educação, saúde, alimentação regular e adequada e proteção social torna-se primordial. Na leitura de Bellen (2006) a combinação desses fatores está associada ao desenvolvimento qualitativo da sociedade, tendo em vista a riqueza do ponto de vista material como importante, contudo configura-se apenas enquanto parte do quadro geral da sustentabilidade.

Na perspectiva apresentada pelo referido autor, a sustentabilidade analisada sob a dimensão social engloba a presença do ser humano na ecosfera. Neste sentido, a principal preocupação está direcionada ao bem-estar do homem e aos meios utilizados para ampliar as condições postas à qualidade de vida.

O autor argumenta ainda, a necessidade de conservação do capital social e humano e de forma paralela, de redução das vantagens financeiras perseguidas pelo sistema de produção capitalista, na busca pelo equilíbrio entre as dimensões que perpassam o desenvolvimento, com destaque à social e à econômica.

Partindo do entendimento de Sachs (1986) a efetividade da sustentabilidade social contribui para a redução das desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo por meio da redistribuição de bens, serviços e direitos, evidenciando a garantia do estado de segurança alimentar e nutricional da população enquanto pertencente a este pilar, porquanto a efetivação deste direito requer a transversalidade entre as políticas públicas brasileiras, especialmente no que tange ao sistema de proteção social.

Concernente à sustentabilidade econômica, Sachs (2002) caracteriza a sua relevância a partir da possibilidade de um desenvolvimento econômico equilibrado e da modernização contínua dos instrumentos ou meios de produção, com o intuito de também contribuir na ampliação dos níveis de autonomia das pesquisas científicas e tecnológicas e na construção de uma nova ordem econômica mundial, na qual ocorra o acesso e distribuição igualitária de renda à população.

A concepção de Guimarães (2001) acerca da sustentabilidade econômica pressupõe em primeiro lugar que o crescimento da economia de forma individual, constitui o elemento central da (in)sustentabilidade atual. Para além da simples acumulação de bens e serviços das sociedades vinculadas à perspectiva do desenvolvimento, são indispensáveis mudanças efetivas nas condições de vida das pessoas, incluindo neste contexto a satisfação de necessidades culturais, estéticas e espirituais, assim como o direito da população à alimentação regular e adequada, o qual para ser realizado de forma plena pressupõe a adoção a um modelo econômico capaz de promover o desenvolvimento de todas as dimensões da vida humana e dos ecossistemas.

Na visão de Bellen (2006) a sustentabilidade econômica envolve capitais para além da esfera monetária ou econômica, incluindo nesta visão o capital ambiental e/ou natural, o capital humano e o capital social. Desta forma, compreende-se a abrangência da sustentabilidade econômica na alocação e distribuição dos recursos naturais de maneira apropriada.

Ainda no entendimento de Bellen (2006), a sustentabilidade econômica prevê a formulação e execução de políticas macroeconômicas, as quais devem propiciar o desenvolvimento societário sob um viés sustentável. Para isto, torna-se essencial superar os modelos econômicos tradicionais e introduzir indicadores vinculados à variável ambiental, visão que reforça a primordialidade na interface entre as dimensões do paradigma da sustentabilidade.

Isto porque, se observa o foco político da economia no processo de desenvolvimento. Se o objetivo global é realmente alcançar a sustentabilidade é importante nos dizeres de Bellen (2006), contemplar no planejamento das políticas e demais ações, os aspectos não monetários, quais sejam, os demográficos, os sociais e os ambientais, pois esta postura contribuirá para o desenvolvimento em longo prazo. Nesta linha, considerando que a dimensão social engloba uma série de elementos para assegurar melhoria de qualidade de vida, é imprescindível garantir o direito à SAN, o qual demanda a oferta qualificada e conjunta de serviços sociais públicos, haja vista a convivência da população em situações de riscos e vulnerabilidades sociais para além da dificuldade de acesso à alimentação.

Para Chaves e Santiago (2014) a sustentabilidade econômica diz respeito à ampliação de investimentos nas esferas pública e privada, com a finalidade de ofertar políticas sociais e garantir o manejo eficiente dos recursos naturais. Nesta perspectiva, busca-se a diminuição do acesso restrito dos segmentos mais empobrecidos a uma rede de serviços públicos, assim como às tecnologias.

No entanto, são identificadas a partir da análise contemporânea entre a teoria e a prática das políticas públicas brasileiras, com destaque à PNAS (2004) e à PNSAN (2010), inconsistências a serem enfrentadas no campo da sustentabilidade, particularmente no reconhecimento da necessidade de simbiose entre o homem e a natureza e não de uma relação dominante.

É válido ressaltar também, a necessidade de superação do posicionamento do Estado brasileiro em centralizar a sua atuação junto às problemáticas societárias na oferta de políticas compensatórias, especialmente por meio de programas de transferência de renda, tais como, o Programa Bolsa Família (PBF). Torna-se substancial, a execução articulada de um conjunto

de políticas, serviços, programas e projetos que contemplem não apenas a esfera econômica e sim todas as dimensões vinculadas ao desenvolvimento humano e social.

A partir desta reflexão, verifica-se a importância da articulação entre as dimensões da sustentabilidade, com destaque neste estudo à social e à econômica, em razão nos dizeres de Dahl (1997), da impossibilidade de o mercado atender todas as necessidades humanas e sociais, sendo imprescindível a utilização de indicadores complementares na elaboração, execução e avaliação de serviços públicos e privados.

No que tange à sustentabilidade cultural, Sachs (1997) evidencia a relação entre o processo de modernização e a identidade cultural. Em razão de a sustentabilidade cultural estar profundamente vinculada a contextos particulares, como também a grupos e populações tradicionais e específicos, o autor a define como a mais difícil de ser concretizada, considerando que a proposta de desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade cultural precisa ser adaptada a cada contexto, seja ele local, nacional ou internacional.

A concepção de Chaves e Santiago (2014) acerca da sustentabilidade cultural realça a valorização dos saberes e conhecimentos tradicionais, bem como as habilidades culturais locais. Por esse ângulo, esta dimensão toma como referência o potencial das mais distintas organizações sociais, sendo a construção de novas categorias de socialização, o exercício contínuo da solidariedade e da justiça social, o respeito à diversidade sociocultural e a participação efetiva da população nas decisões políticas, um grande desafio posto à concretização desta dimensão.

Consoante ao debate contemporâneo, Rodrigues (2015) ao abordar sobre a sustentabilidade cultural pressupõe o entendimento do conceito de sociobiodiversidade com ênfase na diversidade cultural, o qual engloba a pluralidade de línguas, crenças, religiões, práticas variadas no manejo de recursos naturais, formas múltiplas de expressões artísticas, tipos de alimentação, dentre tantas outras características socioculturais, influenciadas pelos ambientes físico, social e pelo modo de vida particular construído em cada localidade, denominada de cultura.

Conforme a autora supracitada, o reconhecimento da associação dos saberes e conhecimentos tradicionais articulados ao uso da biodiversidade, requer o estabelecimento de mecanismos de proteção, por entendê-los enquanto um importante elemento na manutenção da sociobiodiversidade do globo, ao mesmo tempo em que são capazes de gerar riquezas às nações detentoras de recursos naturais e com populações com estilo de vida tradicional, gerando riquezas também para estas populações.

Tendo como referência o processo de ampliação do significado da biodiversidade, Diegues (2001) a compreende enquanto sociobiodiversidade. Nesta direção, inserem-se as discussões em torno da relevância dos saberes e conhecimentos tradicionais na utilização da biodiversidade de forma sustentável, estando as práticas das populações tradicionais e específicas no centro deste debate.

Para Sachs (2002) a sustentabilidade cultural incorpora o equilíbrio entre tradição e inovação, a capacidade de autonomia na elaboração de projetos integrados e a autoconfiança. Observa-se, portanto, a variedade de aspectos relacionados a esta dimensão da sustentabilidade, reforçando o viés dinâmico deste paradigma.

Em relação à sustentabilidade geográfica ou territorial Bellen (2006) aponta para o seu alcance por intermédio da melhor distribuição de assentamentos humanos e das atividades econômicas. Nesta direção torna-se importante uma configuração rural-urbana mais adequada, com a finalidade de proteger a diversidade ecológica e conseqüentemente promover melhorias na qualidade de vida das populações.

Desta forma, a sustentabilidade geográfica deve ser pensada na perspectiva de garantia de acesso aos territórios, amparada por ações de cidadania. Trazendo este debate para o cenário amazônico, destaca-se a constituição deste território por uma parcela significativa de habitantes no ambiente rural, onde os grupos e populações tradicionais e específicos da Amazônia residem em sua maioria, nas regiões de várzea e de terra firme², às margens dos rios, lagos, paranás e igarapés (CHAVES E SANTIAGO, 2014).

No contexto diversificado das várias localidades do mundo, muitas são as dificuldades vivenciadas pelas comunidades instituídas nas referidas regiões, desde a escassez de recursos pesqueiros, os conflitos territoriais, a baixa renda, a produtividade mínima, até a ausência ou precariedade de políticas públicas para atender qualitativamente as populações supracitadas, sendo identificada a negação de acesso a bens e serviços sociais básicos nestas áreas.

Diante desta conjuntura, Chaves e Santiago (2014) reforçam a necessidade de alcance da sustentabilidade geográfica, sendo a mobilização das políticas públicas no atendimento de demandas tanto urbanas como rurais, uma grande estratégia para a efetivação do desenvolvimento com sustentabilidade.

² Ao estudar a região do Alto Solimões, Alencar (2005) caracterizou as áreas de várzea enquanto terras de formação instáveis ou terras caídas, sujeitas as modificações constantes com a ocorrência das terras caídas e de formação de praias e ilhas, nas quais ocorrem poucas modificações. Com relação à terra firme, a autora a define como região de terrenos estáveis, férteis e propícios à agricultura e à pecuária. É importante pontuar que ambos os territórios sofrem com os períodos de cheia e seca dos rios, destacando esta oscilação como definidora dos calendários de atividades econômicas e sociais na região amazônica.

Segundo Sachs (2002) a sustentabilidade geográfica prevê a superação das disparidades inter-regionais, melhorias nas condições dos ambientes urbanos e rurais, estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras nas localidades ecologicamente frágeis, assim como configurações urbanas e rurais equilibradas. No contexto amazônico, percebe-se por meio do entendimento da sustentabilidade geográfica, o potencial da região na produção de produtos oriundos desta vasta biodiversidade, ao passo em que se identifica a ausência de políticas públicas condizentes com a região e capazes de oferecer respostas efetivas às demandas da população local.

Concernente à sustentabilidade ambiental, Guimarães (2001) parte do entendimento de manutenção dos ecossistemas e da capacidade de recuperação da natureza, diante da intervenção humana. A partir desta compreensão, o respeito ao meio ambiente configura um critério fundamental para a realização da sustentabilidade ambiental.

Na leitura apresentada por Bellen (2006) a sustentabilidade ambiental se preocupa de forma central com os impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente. Isto porque, na linguagem dos economistas a natureza e toda a sua biodiversidade também são tidos como fontes de obtenção de lucro, sendo a matéria-prima por ela oferecida, a base para a manutenção da espécie humana.

Em consonância com Sachs (2002) a sustentabilidade ambiental enfatiza a capacidade de restauração natural dos ecossistemas do planeta. Neste sentido, o respeito ao meio ambiente e a articulação entre as dimensões da sustentabilidade configuram-se como fatores relevantes para a consolidação do pilar ambiental.

Para Guimarães (2001) a sustentabilidade ambiental está relacionada à manutenção dos recursos naturais, bem como à capacidade da natureza em conviver e se restaurar das constantes agressões provocadas em grande parte pela ação humana. Deste modo, levando em consideração o caráter não renovável de determinados recursos naturais, o teórico pontua a necessidade de limitar o ritmo de utilização dos mesmos.

No entendimento de Jacobi (2002) o principal desafio a ser superado na consolidação da sustentabilidade ambiental está centrado nos ambientes urbanos. Segundo o autor, a previsão de ações educativas capazes de promover o acesso à informação e sensibilizar as populações urbanas quanto ao respeito ao meio ambiente exige um trabalho intenso e contínuo, bem como envolve toda a sociedade.

Considerando a capitalização da natureza como uma estratégia de crescimento (in)sustentável, Leff (2009) pontua que no discurso neoliberal as problemáticas ecológicas não estão vinculadas aos resultados da acumulação do capital, nem por falhas do mercado e

sim por não haver a previsão de direitos de propriedade e preços aos bens comuns. Observa-se então, a negação do discurso dominante às propostas trazidas pela sustentabilidade ecológica a qual consoante Chaves e Santiago (2014) está situada na centralidade de conservação e preservação dos recursos naturais a partir do controle no uso e aproveitamento dos potenciais dos ecossistemas, salientando neste processo um nível mínimo ou nulo de deterioração da natureza.

Sachs (2002) se remete à sustentabilidade ecológica enfatizando a necessidade de conservação e preservação do capital natural, visando a manutenção de recursos renováveis e a limitação na utilização dos recursos não renováveis. Nesta perspectiva, o desenvolvimento não se encontra pautado apenas na dimensão econômica, como também na ecológica, a qual na leitura de Leff (2009) representa a única alternativa para a manutenção do globo e, por conseguinte da espécie humana, haja vista a dependência do homem em relação à natureza.

No tocante à sustentabilidade ecológica Guimarães (2001) a situa no contexto do desenvolvimento, referenciando-a a base física do processo de crescimento, tendo como objetivo a conservação dos recursos naturais, ora incorporados às atividades produtivas. Considerando o caráter não renovável de determinados recursos naturais, o autor sinaliza a necessidade de efetivação de investimentos tanto na utilização quanto na busca de recursos naturais substitutos, mais precisamente por meio da inovação, ciência e tecnologia.

Os princípios da sustentabilidade, especialmente o ecológico, representam nesta linha, critérios essenciais à reconstrução da ordem social e econômica do globo, sendo, portanto, uma condição posta à sobrevivência humana. Todavia, a mudança de paradigma proposta pela sustentabilidade é tida pelo capital como um custo alto e uma ameaça à hegemonia mundial, em decorrência de sua postura contrária com relação à racionalidade econômica (LEFF, 2009).

Em consonância com Sachs (1997), dentre as medidas a serem tomadas no processo de efetivação da sustentabilidade ecológica destacam-se a redução da emissão de substâncias poluentes, a elaboração e implementação de políticas de conservação e preservação de recursos naturais e a opção pelo uso de recursos renováveis. Assim, a racionalidade ecológica vislumbra na sustentabilidade novos sentidos civilizatórios.

Pautando-se na identificação da ausência de governabilidade política em escala mundial, Sachs (2002) atribui ênfase à sustentabilidade política, a qual deve estar intrínseca ao processo de reconciliação das propostas de desenvolvimento aliadas à conservação e preservação da biodiversidade.

Conforme o autor referenciado, a sustentabilidade política possui 02 (duas) variáveis, a nacional e a internacional. Com relação à nacional, o teórico pontua como características fundamentais a capacidade de desenvolvimento do Estado na execução de projetos nacionais de atendimento às populações, o nivelamento adequado à coesão social e a definição de termos democráticos baseados na universalização dos direitos humanos, estando esta perspectiva acerca da política vinculada às demais dimensões da sustentabilidade.

Quanto à abordagem internacional da sustentabilidade política, o referido autor chama a atenção para a necessidade de eficácia do sistema preventivo de guerras da Organização das Nações Unidas (ONU) visando a garantia da paz e da cooperação internacional; o princípio da igualdade no compartilhamento de responsabilidades e no favorecimento dos países de norte a sul; a gestão do patrimônio global como herança comum da humanidade; e a instituição de um sistema internacional de cooperação científica e tecnológica.

Na interpretação de Guimarães (2001) em torno da sustentabilidade política, esta dimensão incorpora-se ao processo de aprofundamento da democracia e de construção da cidadania. Segundo esta linha de abordagem, o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, os subsídios para a tomada de decisões, dentre outros aspectos, caracterizam os objetivos centrais do fundamento político da sustentabilidade.

O autor evidencia ainda, a essencialidade de abertura do aparelho estatal ao controle cidadão, a qual deve ser concretizada por meio da reforma dos partidos políticos e dos processos eleitorais e pela incorporação da responsabilidade política na agenda pública. Diante deste entendimento, identifica-se a participação social efetiva na esfera política como um dos desafios a ser superado através da sustentabilidade política.

A partir da discussão em torno das dimensões da sustentabilidade, ressalta-se a importância de se pensar em mecanismos sustentáveis de desenvolvimento pautados na garantia do bem-estar das gerações atuais e futuras. Ao retratar a região amazônica, se observa a existência de inúmeras localidades demandantes de políticas públicas regionais capazes de atender as necessidades rurais e urbanas, haja vista o conjunto de especificidades próprios deste território.

O fortalecimento do sistema de proteção social a nível local pressupõe, portanto, a oferta de políticas públicas transversais aos direitos humanos e sociais básicos, os quais mediante a sua realização atuam no enfrentamento às múltiplas expressões da pobreza, com destaque às situações de (in)segurança alimentar e nutricional, inseridas nas agendas de trabalho no âmbito da assistência social e da SAN sob o viés da sustentabilidade,

considerando a proposta de articulação entre os demais direitos e dimensões que perpassam a vida humana.

Na seção a seguir, serão tecidas considerações acerca da proposta de desenvolvimento com sustentabilidade no contexto das políticas públicas brasileiras, particularmente da PNAS (2004) e da PNSAN (2010), as quais por meio de seu caráter transversal configuram-se como protagonistas no processo de erradicação das múltiplas expressões da pobreza e na garantia do estado de SAN das populações vulnerabilizadas.

1.2. Sustentabilidade no Contexto das Políticas Públicas Brasileiras

Na realidade complexa das sociedades humanas, a qual contempla modos de vida, organizações econômicas, culturas, crenças, condições de trabalho, dentre tantas outras características diversificadas, a listagem isolada de recomendações e/ou comportamentos a serem adotados pelo globo não se torna suficiente para atingir a sustentabilidade.

Na ótica de Cavalcanti (2002) antes de qualquer atitude é preciso compreender a existência de desafios próprios em todas as sociedades. Por outro lado, este reconhecimento não se configura como empecilho à adoção de princípios que orientem o processo de tomada de decisões no âmbito das políticas públicas, considerando a natureza como elemento primordial em cada contexto específico.

Trazendo o debate para o cenário brasileiro, o autor supracitado salienta o grande desafio de erradicar a pobreza e de forma paralela gerir qualitativamente os recursos naturais, sendo estes objetivos basilares no processo de elaboração e execução das políticas de desenvolvimento. Nesta direção, a questão ambiental apreendida por Mandel apud Silva (2010), como o resultado da acentuação das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, deve ocupar o centro das discussões relacionadas às iniciativas de desenvolvimento.

No âmbito do sistema de produção capitalista, a apropriação desenfreada de recursos naturais visando a sua conversão em mercadorias, aliada a superexploração da força de trabalho culmina no aumento das disparidades sociais, econômicas, políticas, culturais e ecológicas. Importante destacar que o referido sistema promove um processo de apropriação do trabalho humano e ambiental, porquanto para os detentores dos meios de produção a natureza é concebida como mercadoria e conseqüentemente como fonte de obtenção de mais-valia. Esta visão apresenta-se de forma contrária à abordagem trazida pela sustentabilidade, a qual concebe a natureza e os seus ecossistemas enquanto condição para a

sobrevivência humana e manutenção do globo, determinando assim, uma relação de respeito e dependência do homem (SILVA, 2010).

Em função do posicionamento exploratório e dominador assumido pelo capital com relação à natureza, o qual prioriza o crescimento econômico e oferece subsídios mínimos para a esfera social, os inúmeros desdobramentos deste processo especialmente no âmbito social, permitem a apreensão desta complexa e dinâmica questão enquanto socioambiental.

No entendimento de Guimarães (2001) a incorporação da dimensão ambiental ao processo de decisões políticas e econômicas representa na cena contemporânea uma necessidade. Neste sentido, torna-se pertinente reconhecer a associação entre as consequências ecológicas vivenciadas em escala mundial e o sistema de produção capitalista.

Partindo desta perspectiva de análise, identifica-se na realidade de muitas sociedades “um estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo” (GUIMARÃES, 2001, p. 51). Diante da complexidade intrínseca ao processo de desenvolvimento, evidencia-se a necessidade na mudança de paradigma. Em outros termos, a adoção da sustentabilidade como proposta de desenvolvimento societário compreende o ser humano na qualidade de pertencente à natureza e não como algo à parte desta.

Considerando a relação entre homem e natureza no regime de desenvolvimento, Guimarães (2001) pontua a essencialidade de adoção a um estilo de sociedade:

- ✚ Ambientalmente sustentável em relação ao acesso e uso dos recursos naturais;
- ✚ Socialmente sustentável no combate à pobreza e às inúmeras desigualdades sociais, visando a promoção da justiça e da equidade;
- ✚ Culturalmente sustentável quanto à manutenção de valores, práticas e símbolos identitários das sociedades;
- ✚ Politicamente sustentável concernente ao exercício da democracia e à garantia de acesso e participação de todos os cidadãos nas decisões públicas;
- ✚ E eticamente sustentável, no sentido de subordinar os objetivos econômicos às leis de funcionamento dos sistemas naturais e aos critérios de respeito à dignidade humana.

Na leitura de Guimarães (2001) acerca da sustentabilidade como paradigma de desenvolvimento, este modelo encontra-se situado no âmbito das políticas públicas, remetendo a ética na relação homem e natureza como pilar central.

Para Cavalcanti (2002), o ponto de partida posto à elaboração e oferta de políticas públicas refere-se à incorporação de propostas verdadeiramente inteligentes, ao ponto de estas corroborarem para a elevação dos padrões de vida das populações mais pobres, sem impactar

o meio ambiente. Em outras palavras, as políticas de desenvolvimento contemporâneas devem considerar a relação homem e natureza.

Neste contexto, o autor em pauta chama a atenção para a análise em torno de princípios que perpassam o universo das políticas públicas elaboradas com a finalidade de promover o desenvolvimento sob a perspectiva da sustentabilidade, destacando a necessidade de reconhecimento de articulação entre crescimento e processo econômico. Na leitura do teórico, em função das reais perdas do meio ambiente, a natureza deve ser utilizada de modo sustentável e duradouro, além de ser pensada de forma articulada ao desenvolvimento humano e social.

Levando em consideração as inúmeras situações de vulnerabilidades e riscos sociais vivenciadas pela população do território brasileiro, a discussão do direito à SAN através da estratégia de oferta do PBF, envolve a consolidação do caráter transversal de várias políticas públicas, tais como, a PNAS (2004) e a PNSAN (2010), visando estimular a tão almejada articulação entre desenvolvimento humano e social.

Diante desta reflexão, se enfatiza que as políticas públicas construídas sob o paradigma da sustentabilidade, dentre estas, a PNAS (2004) e a PNSAN (2010) precisam de fato estar alicerçadas ao bem-estar humano, social e ambiental, bem como incorporar estratégias de desenvolvimento econômico. Neste sentido, a capacidade de suporte dos ecossistemas não pode ser ignorada pelo capital, nem pelo Estado.

Isto porque, de acordo com Pereira (2008) historicamente o Estado realiza suas intervenções de modo estratégico e político, priorizando os interesses capitalistas e atendendo parcialmente as necessidades trabalhistas. Neste contexto, a autora enfatiza que a perspectiva compensatória presente em inúmeras políticas públicas, dentre estas, a PNAS (2004) e a PNSAN (2010), são utilizadas pelo poder público com a finalidade de exercer o controle ideológico sobre as classes sociais e na base desta relação estão os programas de transferência de renda.

Na leitura de Pereira (2008), o Estado enquanto instituição constituída por interesses diversos, tem se caracterizado pela ausência de neutralidade na administração e prioridade de intervenções à classe dominante. A arena de forças na qual o a esfera estatal e as classes sociais encontram-se inseridas enfraquece então, a sociedade democrática e todos os direitos por ela conquistados.

Como afirma Vieira (2009), a sociedade brasileira se encontra afastada do viés democrático, considerando dentre outros fatores o cenário de distribuição não igualitária de renda e do caráter não coletivo das classes sociais. O equilíbrio entre os objetivos

econômicos, estatais, leis de funcionamento dos ecossistemas e critérios de respeito à dignidade humana faz-se necessário, portanto, para garantir condições dignas de vida e trabalho às populações, bem como o acesso a direitos básicos, como é o caso a alimentação.

A partir da reflexão em torno do papel do Estado no âmbito das políticas públicas brasileiras, é possível afirmar de acordo com Guimarães (2001) que ao privilegiar a sua democratização em relação ao mercado, o Estado oferece fortes subsídios ao crescimento e não ao desenvolvimento do capital.

Neste sentido, a consolidação do paradigma da sustentabilidade torna-se indispensável no cenário contemporâneo, pois segundo o referido autor corre-se o risco de as políticas públicas de cunho social, amparadas pelo Estado, serem transformadas em meras ambulâncias de recolhimento e descarte dos feridos pelo processo das relações sociais dominantes. Reafirma-se novamente a necessidade de uma nova ética no desenvolvimento, a qual deve vincular dentre outros aspectos, os elementos morais, culturais, estéticos e espirituais.

A adoção a esta nova ética visa materializar a justiça distributiva a todos os indivíduos, satisfazendo verdadeiramente suas necessidades básicas por meio do atendimento aos direitos sociais, previstos no caso brasileiro em inúmeras legislações. Diante do debate sobre a proposta de desenvolvimento com sustentabilidade no âmbito das políticas públicas brasileiras, far-se-á a seguir uma breve contextualização das políticas públicas de assistência social e de SAN, enfatizando as perspectivas sustentáveis apresentadas por ambas as políticas.

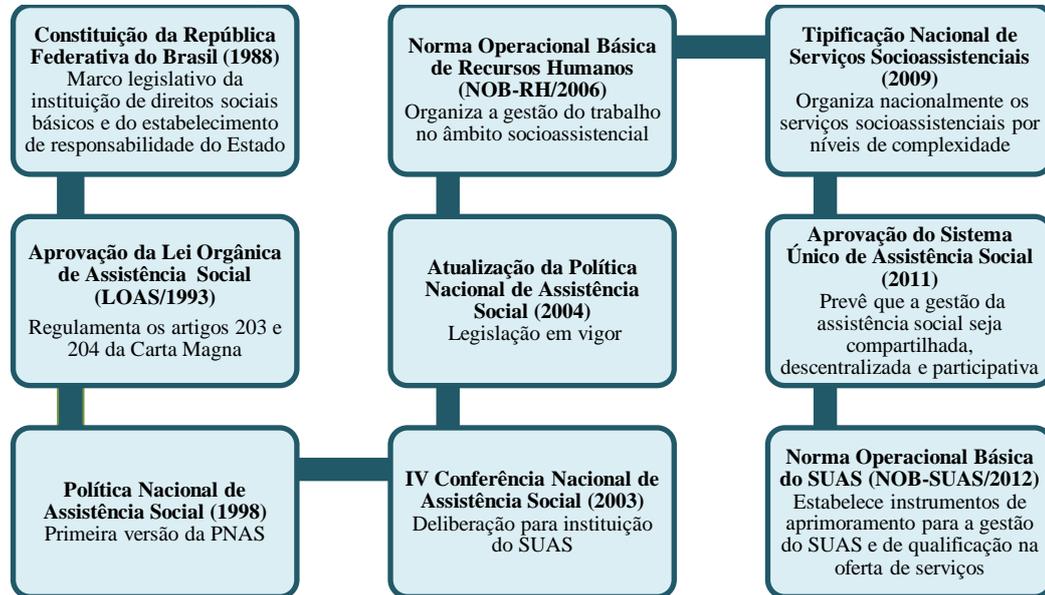
1.3. Sustentabilidade das Políticas Públicas de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional

O final do século XX representa um importante período para a sociedade brasileira, considerando os avanços conquistados no âmbito dos direitos sociais a partir da Constituição da República Federativa do Brasil (1988). A garantia dos referidos direitos, pautada no fortalecimento dos cidadãos e da própria democracia está presente no Art. 6º da Carta Magna (1988), o qual assegura: “São direitos sociais a educação, a saúde, a *alimentação*, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Considerando a relevância da proposta ampla em torno dos direitos sociais trazida pela legislação supracitada, torna-se necessário evidenciar a alimentação regular e saudável como direito humano e social, o qual aliado a outros fatores, dentre estes, saúde, educação, segurança pública e assistência social, é compreendido como um requisito para a sobrevivência e bem-estar da população.

A contextualização proposta nesta seção iniciará com a política pública de assistência social, tendo como referência os principais marcos históricos e legais inerentes ao seu processo de instituição e fortalecimento no cenário brasileiro. O smart 02, construído pela pesquisadora mediante as orientações e o embasamento nas legislações oficiais, apresenta esta dinâmica.

Smart 02 - Instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil



Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir das orientações e do embasamento na CF (1988), LOAS (1993), PNAS (1998/2004), NOB-RH (2006), SUAS (2011) e NOB-SUAS (2012).

A última década do século passado significa de forma expressiva, um marco para o reconhecimento da responsabilidade do Estado junto às necessidades básicas dos brasileiros, evidenciando no contexto social a aprovação da LOAS (1993) e 11 (onze) anos depois da PNAS (2004).

A LOAS (1993) inovou ao conferir à assistência social o status de política pública, direito do cidadão e dever do Estado, assim como, ao garantir a universalização dos direitos sociais e introduzir o conceito dos mínimos sociais, propiciando o acesso dos usuários aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Além disso, estabeleceu os objetivos, princípios e diretrizes da política pública de assistência social, organizou sua gestão e sinalizou que a responsabilidade de sua execução é compartilhada entre os entes federados.

Após 05 (cinco) anos de regulamentação da LOAS (1993), a primeira versão oficial da PNAS foi aprovada em 1998, apontando em consonância com Couto (2014), a apresentação insuficiente do Estado para responder sozinho às inúmeras demandas apresentadas pela população brasileira naquele período. Decorridos 06 (seis) anos da aprovação da primeira política no âmbito assistencial, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a

atual PNAS, por meio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, sendo esta, um marco na história da assistência social no país, porquanto neste período, ainda eram marcantes as influências do assistencialismo por meio da prática do favor.

A Política Nacional de Assistência Social, aprovada pelo CNAS, promove, sobretudo, a defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais, particularmente das famílias, seus membros e indivíduos mais empobrecidos e socialmente excluídos (SIMÕES, 2010, p. 309).

A atual PNAS (2004) expressa segundo Couto (2014), a materialidade da assistência social enquanto política pública de direito e não de governo, presente no Sistema de Proteção Social brasileiro. Trata-se de uma normativa que visa transformar em ações práticas, os pressupostos da Carta Magna (1988) e da LOAS (1993), por meio da execução de objetivos, princípios e diretrizes, assim como de um processo de descentralização e municipalização.

Mesmo diante do cenário de avanços, a consolidação da política pública de assistência social como direito ainda exige o enfrentamento de inúmeros desafios, dentre estes, o próprio fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), deliberado e instituído a partir da IV Conferência Nacional de Assistência Social (2003).

Por meio da Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, o SUAS foi instituído para regular em todo o território nacional, a rede de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, tendo como foco prioritário o atendimento às famílias, seus membros e indivíduos. As referidas ações são executadas conjuntamente através dos equipamentos da assistência social, com destaque aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), responsáveis pela oferta dos serviços de Proteção Social Básica, a qual em conformidade com a PNAS (2004) objetiva prevenir a ocorrência de situações de risco pessoal e social.

Nesta linha, a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) aprovada pela Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, estabelece que a gestão deste sistema se fundamente na cooperação entre os entes federados para o cumprimento de responsabilidades comuns e específicas, visando o aprimoramento da gestão e a qualificação da oferta de serviços sob a ótica do planejamento e monitoramento.

A concepção da assistência social aponta para o direito à proteção social com a finalidade de propiciar o desenvolvimento das capacidades e autonomias dos usuários, exigindo a aproximação do Estado do cotidiano das pessoas, porquanto nele estão inseridos os riscos e vulnerabilidades. Tendo em vista o entendimento de proteção social presente na política pública de assistência social, demonstrar-se-á no box 01, a caracterização deste importante conceito, o qual contempla a perspectiva da sustentabilidade.

Box 01 - Concepção Teórica de Proteção Social

No entendimento de Di Giovanni apud Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2009), a proteção social pode ser definida enquanto formas institucionalizadas adotadas pelas sociedades com o intuito de proteger parte ou o conjunto de seus membros. A constituição dos Sistemas de Proteção Social decorre das desigualdades naturais e/ou sociais vivenciadas pela população, sendo necessária a efetivação de formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais, destacando a alimentação e a renda, a valorização dos bens culturais com ênfase nos conhecimentos e saberes tradicionais, dentre outros aspectos intrínsecos à sobrevivência e ao desenvolvimento da espécie humana.

De acordo com o MDS (2009), o sentido de proteção social supõe de forma central, a concepção de defesa, de impedimento de destruição e alteração. Neste sentido, a proposta da proteção social no âmbito da política pública de assistência social imprime um caráter preservacionista, no sentido da vida, do apoio e do amparo, garantindo a articulação entre a segurança e os direitos sociais.

Nesta direção, o modelo público brasileiro de proteção social não contributiva, representa um novo caminho para a sociedade demandante de mudanças, bem como de estratégias de enfrentamento aos obstáculos postos ao desenvolvimento, dentre estes, a dificuldade de materialização do caráter transversal das políticas públicas em curso.

Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir do embasamento no MDS (2009).

Tendo como parâmetro a concepção teórica de proteção social apresentada pelo próprio MDS (2009), identificam-se aspectos relevantes da perspectiva de sustentabilidade intrínsecos à política pública de assistência social, considerando a relação estabelecida entre proteção social e desenvolvimento humano e social. Esta visão torna-se ainda mais inovadora ao reconhecer que o desenvolvimento, em seu sentido amplo, depende da capacidade de acesso da população aos bens e serviços públicos, reforçando assim, o sentido da redistribuição de renda e de oferta de serviços básicos suscitadas por Sachs (2002), mais especificamente em relação à sustentabilidade social e econômica.

Analisada sob o paradigma da sustentabilidade, a política pública de assistência social não remete uma postura tutelada, assistencialista ou somente de ajuda à população em situações de vulnerabilidades e riscos sociais. Seu alcance objetiva tornar visíveis os atores tradicionalmente tratados como invisíveis na dinâmica complexa do real.

Diante da face inovadora materializada na PNAS (2004) identificada na perspectiva de acesso a direitos, a qual prevê o efetivo desenvolvimento humano e social, surge um

questionamento: A política pública de assistência social de fato está pautada no paradigma da sustentabilidade, o qual prima pela construção de uma nova ordem societária?

No entendimento de Vieira (2009), apesar do acolhimento presente na Carta Magna (1988), concernente ao direito à educação, à saúde, à assistência social, à previdência social, ao trabalho, ao esporte, ao lazer e a tantas outras dimensões aliadas ao desenvolvimento humano e social qualitativo, poucos têm sido de fato efetivados. Além disso, se enfatizam os constantes ataques atribuídos pela ordem do capital e pelo próprio Estado aos direitos sociais arduamente conquistados pela população.

Isto porque, para o referido autor as políticas públicas brasileiras percorrem 02 (dois) momentos distintos no século XX: o primeiro período corresponde à ditadura do governo de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) e ao populismo nacionalista; e o segundo constitui a época de instituição da Ditadura Militar em 1964, até a promulgação da Carta Magna em 1988.

Analisando os referidos períodos, identifica-se nos dizeres de Vieira (2009) a composição e recomposição do caráter fragmentado, setorial e emergencial das políticas públicas no Brasil, sustentado pela necessidade de legitimação dos governos, os quais historicamente buscam a perpetuação do poder.

No caso da política pública de assistência social, embora tenha se constituído uma rede de atendimento voltada à população em situações de riscos e vulnerabilidades sociais, as limitações na ampliação de sua cobertura são reconhecidas, particularmente em função da adoção de critérios de renda per capita como condição de elegibilidade aos benefícios socioassistenciais.

Em um país marcado pela diversidade nos mais diversos aspectos da vida social, bem como por um contingente expressivo de populações detentoras de rendimentos insuficientes para prover todas as necessidades humanas básicas, com ênfase à alimentação, o estabelecimento de critérios restritivos no âmbito desta importante política pública se configura como estratégia estatal de regulação dos gastos neste segmento, haja vista a estrutura comprometida do financiamento em relação aos bens e serviços públicos.

Partindo do reconhecimento dos inúmeros desafios postos à política pública de assistência social no que tange ao enfrentamento das situações de vulnerabilidades e riscos sociais presentes na sociedade brasileira, especialmente no interior das classes menos favorecidas social e economicamente, a complexidade da fome e da pobreza passou a exigir a articulação entre os setores públicos atuantes no âmbito da garantia de direitos humanos básicos, sendo a alimentação a base desta cadeia.

Nesta perspectiva, se observa mais especificamente a contar do início dos anos 2000, a movimentação do governo brasileiro na criação e articulação de um conjunto de políticas públicas destinadas à melhoria das condições de vida dos grupos mais vulneráveis, incluindo para além da PNAS (2004) o campo da SAN.

A discussão em torno do conceito e execução da SAN concentra um processo dinâmico e de permanente construção, uma vez que a questão alimentar envolve diferentes interesses e aspectos, justificando neste cenário, a sua participação em debates nacionais e internacionais, especialmente no âmbito da intersectorialidade entre as políticas públicas. Por esta razão, torna-se relevante introduzir à concepção de SAN, os elementos históricos pertencentes a esta construção, considerando-os enquanto subsídios para compreender o papel das legislações brasileiras neste segmento.

De acordo com a Associação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH, 2013), a estruturação do conceito em pauta iniciou a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e da instituição da ONU em 1945. Neste período, a questão da alimentação a nível mundial, era tratada e reduzida à ótica da insuficiência de alimentos, sendo executadas como forma de garantir o acesso à alimentação, iniciativas de promoção de assistência alimentar por meio dos excedentes produzidos pelos países ricos. Até então, o conceito de SAN utilizado fazia referência somente à segurança alimentar.

Partindo do entendimento da relação entre (in)segurança alimentar e produção insuficiente de alimentos nos países mais pobres foi lançada em meados da década de 1960, uma experiência para alavancar a produtividade alimentar, conhecida como Revolução Verde. Segundo a ABRANDH (2013), a ampliação da oferta de alimentação promovida pela referida iniciativa, infelizmente não foi acompanhada pela redução da fome mundial como se almejava. Tal constatação se explica mediante a identificação de um conjunto de fatores relacionados à perpetuação da fome, os quais vão desde a ausência e/ou dificuldade de acesso à terra para a produção até a insuficiência de renda para a compra de alimentos.

A crise mundial na produção de alimentos culminou na realização da Conferência Mundial de Alimentação em 1974, a qual discutiu de forma expressiva a necessidade de instituição de uma política de armazenamento e oferta de alimentos, intensificando no contexto da Revolução Verde, a produção de soja no Brasil. Entretanto, a estratégia de ampliação da produção de alimentos colaborou contraditoriamente para o crescimento da fome e dos excluídos, porquanto o aumento da produção não articulou a garantia de acesso aos alimentos (ABRANDH, 2013).

Dada a complexidade pertencente à questão da alimentação, difundiu-se a partir da década de 1990, o conceito de SAN, o qual incorporou o acesso a alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente) e de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável.

O entendimento em questão foi consolidado na Conferência Internacional de Nutrição, realizada em 1992, pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)³ e pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Este evento marca, portanto, a introdução da dimensão nutricional ao conceito de SAN, até então reduzido ao aspecto alimentar.

Além da inclusão da questão nutricional ao conceito de SAN, se verifica no decorrer da década de 1990, um forte movimento em direção à reafirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), previsto dentre outros documentos, na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

“[...] os direitos humanos existem para proteger o ser humano da tirania e da injustiça e garantir a dignidade de direitos entre homens e mulheres, com a finalidade última de promover o progresso da sociedade, o bem comum e a paz, em um estado de ampla liberdade” (LEÃO APUD ABRANDH, 2013, p.25).

O DHAA, aliado a um conjunto de direitos como a vida, a liberdade, a saúde, a terra, o trabalho, a educação e a moradia constitui um importante direito humano e social, o qual sofre influências por parte de costumes e valores determinados pelos diferentes momentos históricos, além de estar passível a mudanças, de acordo com as regras e necessidades de cada grupo e/ou população.

Em conformidade com a ABRANDH (2013), o DHAA se caracteriza como o direito de todas as pessoas a terem acesso regular, permanente e irrestrito, diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas, respeitando as tradições culturais dos povos e garantindo uma vida plena nas dimensões física, mental, individual e coletiva.

Nesta perspectiva, o DHAA representa um fator indispensável à sobrevivência humana e um pré-requisito para a realização de outros direitos humanos fundamentais, os

³ A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) configura-se numa liderança internacional de erradicação da fome e da insegurança alimentar. Criada em 16 de outubro de 1945, a referida Organização atua como um fórum neutro, onde os países desenvolvidos e em desenvolvimento, se reúnem para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas de combate à fome e à pobreza.

quais em conjunto atuam no combate às desigualdades existentes no país, refletidas dentre outras situações, nos elevados indicadores da fome. Compreende-se assim, que o direito de estar livre da fome e da má nutrição aliado ao direito à alimentação adequada refletem dimensões indivisíveis do DHAA.

Dentre os importantes passos para o fortalecimento das discussões acerca do DHAA se destacam a realização da Conferência Internacional de Direitos Humanos em 1993, e da Cúpula Mundial da Alimentação em 1996, tendo em vista o esforço de ambos os eventos em demonstrar a articulação do DHAA à garantia de SAN.

No Brasil, posterior aos debates desenvolvidos na I e II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994 e 2004 respectivamente, se adotou o seguinte conceito de SAN consolidado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, 2006):

“A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, **tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis**” (Art. 3º da Lei 11.346/2006 - LOSAN, grifo nosso).

A materialização deste conceito e a sua articulação a um conjunto de legislações brasileiras reflete além de significativos avanços, uma série de desafios intrínsecos à promoção e garantia do DHAA, dentre estes a efetivação do caráter intersetorial entre as políticas públicas afetas aos objetivos trazidos pela PNSAN (2010), conforme será discutido ao longo deste trabalho. Visando contribuir com o entendimento acerca do processo de instituição da política pública de SAN no Brasil, a pesquisadora construiu a partir das orientações e dos principais aparatos legais em torno da referida política, o smart 03, que ilustra seus principais marcos.

Smart 03 - Principais Marcos Legais da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil



Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir das orientações e do embasamento nas legislações citadas.

Desde a criação do Projeto Fome Zero em 2003, se observa no Brasil um movimento intenso de responsabilização da esfera estatal na garantia do DHAA. Na leitura do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2010) responsável por esta estratégia à época, a alimentação de qualidade representa um direito inalienável de todo cidadão brasileiro, sendo dever do Estado criar condições propícias ao seu usufruto por parte da população. O acesso à alimentação configura-se, portanto, como pressuposto à sobrevivência e desenvolvimento qualitativo das pessoas. Em outras palavras, a dignidade humana depende da alimentação, porquanto por meio dela, os demais direitos sociais apresentam sentido.

O processo de institucionalização desta importante política pública iniciou com a aprovação da LOSAN (2006), a qual subsidiou a criação do SISAN, bem como estabeleceu a formulação e execução da PNSAN (2010) e do I Plano Nacional de SAN (2012/2015).

Em conformidade com a LOSAN (2006), os princípios, diretrizes, objetivos e a composição do SISAN passam a ser determinantes na formulação e implementação de políticas, planos, programas, projetos e ações capazes de assegurar o DHAA, tendo como referência as dimensões ambiental, cultural, econômica, regional e social, entendimento este que confirma a sua perspectiva sustentável e o seu caráter intersetorial.

Nesta ótica, o estado de SAN se constitui como componente essencial conjuntamente aos demais direitos sociais previstos na Carta Magna (1988), tais como, saúde, educação, trabalho, assistência social, segurança pública, moradia e lazer, destacando em consonância com o Art. 4º da PNSAN (2010) os seguintes objetivos específicos para a sua garantia no Brasil:

- ✚ I - Identificar, analisar, divulgar e atuar sobre os fatores condicionantes da insegurança alimentar e nutricional no Brasil;
- ✚ II - Articular programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam, promovam e provejam o direito humano à alimentação adequada, observando as diversidades social, cultural, ambiental, étnico-racial, a equidade de gênero e a orientação sexual, bem como disponibilizar instrumentos para sua exigibilidade;
- ✚ III - Promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitada a diversidade da cultura alimentar nacional; e
- ✚ IV - Incorporar à política de Estado o respeito à soberania alimentar e a garantia do direito humano à alimentação adequada, inclusive o acesso à água, e promovê-los no âmbito das negociações e cooperações internacionais.

Dentre os aspectos determinantes para a incorporação das dimensões da sustentabilidade ao campo da SAN, se destaca além da necessidade de produção alimentícia de qualidade e em quantidade suficiente a todas as populações do globo, a importância da conservação dos recursos naturais e da adoção de hábitos que respeitem a capacidade de produção e renovação do planeta. Nesta direção, a nova proposta de desenvolvimento trazida pelo paradigma da sustentabilidade está exposta na PSAN (2010), a qual propõe a operacionalização da pasta de modo sustentável e intersetorial.

A erradicação da fome face à garantia de SAN, assim como a promoção da agricultura sustentável estão previstas também no 2º objetivo da “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, a qual representa de acordo com a ONU (2015) um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Além de 17 (dezessete) objetivos, o documento compreende 169 (cento e sessenta e nove) metas a serem atingidas pelos países e organismos que buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas.

Os novos objetivos do milênio são, portanto, integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável, a econômica, a social e a ambiental, enfatizando a garantia da SAN de todos como partícipe do processo de realização da referida agenda global.

Partindo do entendimento de Sachs (1986) quanto ao paradigma da sustentabilidade, o qual em linhas gerais encontra-se referenciado a um processo de desenvolvimento global capaz de promover a igualdade, a equidade, a redistribuição de renda, a diminuição das

disparidades sociais, a valorização das culturas, a proteção dos grupos populações tradicionais e específicos, dentre outros objetivos, depreende-se o estado de SAN a partir da interpretação sobre o texto trazido pela LOSAN (2006), enquanto necessidade integrante desta alternativa posta à sociedade.

Diante da identificação do conjunto de fatores relacionados à consolidação da SAN da população brasileira, com ênfase à necessidade de participação ativa das demais políticas públicas em curso, se ressalta a perspectiva de sustentabilidade presente na PNSAN (2010), considerando-a a partir dos dizeres de Chaves e Coelho (2014), na condição de proposta pautada no desenvolvimento, o qual prima pela articulação entre o bem-estar do homem e da natureza.

Na leitura do MDA (2010) um dos motivos explicativos para o estado de (in)segurança alimentar e nutricional de tantas famílias brasileiras se refere ao crescimento do desemprego e das demais despesas básicas, tais como, moradia, transporte e educação, o que compromete o acesso à alimentação regular e adequada. Diante desta concepção, a transversalidade das políticas públicas brasileiras pautadas particularmente em perspectivas sociais e econômicas equitativas assume um papel elementar.

Ainda segundo o MDA (2010) os agricultores brasileiros assumem uma posição relevante neste contexto, porquanto dispõem de condições para produzir todos os alimentos demandados pela população, afirmando a potencialidade das iniciativas de produção local, como também a necessidade de investimentos contínuos neste importante setor. Tendo como base este entendimento do MDA (2010) tem-se uma indagação: Porque tantas famílias brasileiras ainda convivem com a fome?

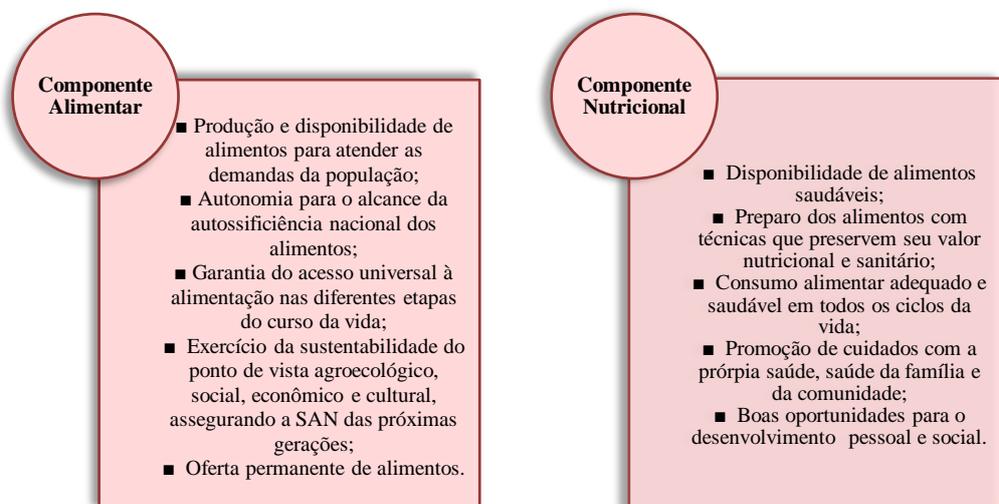
A resposta é expressa pelo próprio MDA (2010), ao afirmar que a manutenção da fome no Brasil se dá dentre outros fatores em função da ausência e/ou escassez de recursos materiais dos trabalhadores para comprar alimentos e não somente pela sua ausência, e sobretudo, pelo não acesso ao pleno emprego, conforme estabelecido na Constituição Cidadã (1988). Aliada ao processo da má distribuição de renda, salienta-se também a prática do desperdício de alimentos, haja vista o não conhecimento por grande parte da população acerca da possibilidade de utilização de determinadas partes destes, com destaque às cascas e sementes, situação a ser amenizada mediante a execução efetiva da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nos equipamentos públicos onde a política de SAN está presente, sendo um dos espaços possíveis para o desenvolvimento das ações, programas e projetos, nesta área, os CRAS e os Centros de Convivência.

A alimentação regular e de qualidade como elemento primordial à vida também está evidenciada na base da Pirâmide de Maslow ou Hierarquia das Necessidades de Maslow. De acordo com o conceito criado por Abraham H. Maslow, o objetivo da teoria supracitada é determinar o conjunto de condições necessárias para o alcance das satisfações dos indivíduos, sejam elas pessoais e/ou profissionais. O conceito aponta a busca constante dos seres humanos em torno da satisfação de determinadas necessidades, sendo a alimentação a base deste processo. Nesta ótica, a realização de necessidades humanas básicas se configura como o fator responsável pela motivação dos indivíduos.

Na leitura do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA (2009), a alimentação adequada e saudável configura-se além da consolidação de um direito humano e social básico, como uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, aos ciclos de vida e as necessidades alimentares especiais, pautadas nos referenciais de cada localidade. Deste modo, deve atender aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação, prazer (sabor), às dimensões de gênero e etnia e às formas de produção ambientalmente sustentáveis.

O conceito de SAN estabelecido na LOSAN (2006) destaca além do paradigma da sustentabilidade, 02 (dois) elementos distintos e complementares: a dimensão alimentar, pautada na produção e disponibilidade de alimentos; e a dimensão nutricional, voltada às relações entre o ser humano e o alimento. No smart 04, organizado pela pesquisadora, é possível visualizar as características relevantes das dimensões em análise.

Smart 04 - Componentes da Segurança Alimentar e Nutricional



Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir dos apontamentos da ABRANDH (2013).

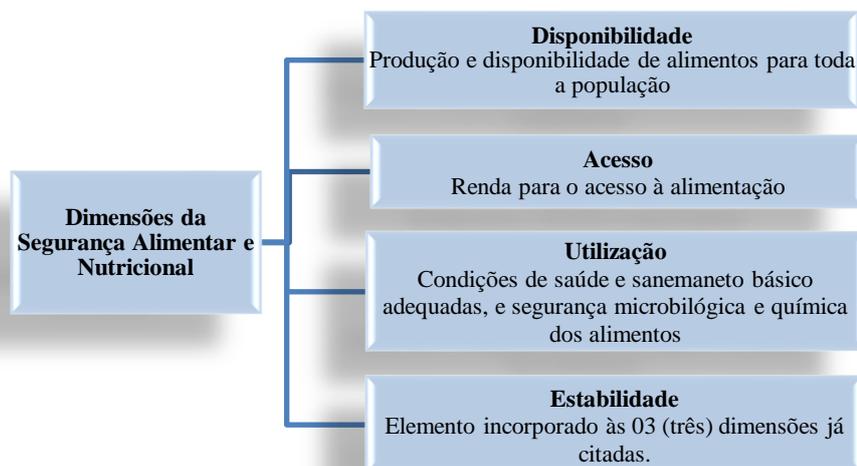
Enfatiza-se que mesmo com um importante encontro realizado no Brasil, em uma Sessão Plenária no ano de 2012, no qual foi recomendada a incorporação do aspecto nutricional ao conceito de SAN, no entendimento da FAO (2014) existe uma distinção entre as duas dimensões, e por esta razão, o conceito não se tornou homogêneo, sendo difundidas outras nomenclaturas além da SAN.

Segundo a Organização supracitada, a segurança alimentar se refere ao acesso físico, social e econômico ao alimento seguro e suficiente para suprir as necessidades nutricionais. Quanto à segurança nutricional, envolve o acesso à água, ao saneamento básico e aos serviços de saúde, além de práticas alimentares que garantam o consumo adequado de macro e micro nutrientes.

A riqueza dos debates executados por inúmeras instituições, grupos, organizações e pesquisadores a nível mundial em torno da SAN, denota este conceito como político e não técnico, o qual tem sido construído com intensa participação social, considerando a perspectiva dinâmica e de totalidade intrínseca ao tema alimentação.

A adoção à terminologia de SAN por parte do Brasil tem, portanto, o objetivo integrado de desenvolver políticas intersetoriais e ações efetivas de combate às situações de (in)segurança alimentar e nutricional. Partindo deste entendimento, a discussão sobre a SAN demanda o reconhecimento da incorporação do componente nutricional, como também o conhecimento das 04 (quatro) dimensões a ela articuladas, as quais atualmente são utilizadas na esfera internacional. No smart 05, organizado pela pesquisadora, estão apresentadas as definições das referidas dimensões, quais sejam: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade.

Smart 05 - Dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional



Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir dos apontamentos da ABRANDH (2013).

Segundo o Relatório da FAO (2014), intitulado “O Estado de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil - Um retrato multidimensional”, o primeiro passo para a efetivação da SAN se refere à disponibilidade de alimentos, envolvendo questões de produção, comércio nacional e internacional, abastecimento e distribuição de alimentos.

Nesta ótica, a **disponibilidade** de alimentos pode se realizar por meio da: concessão de terras produtivas direcionadas à agricultura e à criação de animais, por exemplo; incentivo a atividades naturais como a pesca, a caça e a coleta de alimentos; e valorização das redes de comércio local e/ou ações de provimento alimentar, como é o caso das entregas de cestas básicas às famílias que se encontram em situações de vulnerabilidades e riscos sociais.

Concernente ao **acesso**, o documento mencionado ressalta a complexidade desta dimensão, a qual concentra as condições física e econômica de acesso aos alimentos, por intermédio da compra, produção, caça ou troca. Ao retratar a **acessibilidade econômica**, o Relatório da FAO (2014) chama a atenção para o acesso aos recursos necessários à obtenção de alimentação adequada com regularidade. Com relação à **acessibilidade física**, se pontua a primordialidade na aquisição de todos os grupos sociais à alimentação, sejam lactantes, crianças, idosos, pessoas com deficiência, pessoas encarceradas, vítimas de desastres e/ou conflitos armados, povos indígenas, dentre outros grupos mais vulneráveis socialmente.

Neste sentido, além de envolver os preços dos alimentos, esta dimensão também compreende as despesas com as necessidades básicas relativas à alimentação, fator que afeta o conjunto de recursos disponíveis nas famílias brasileiras. Outro importante fator relacionado a esta dimensão, se refere ao acesso ao sabor, variedade e cor dos alimentos, aceitabilidade cultural e respeito a questões religiosas, étnicas e particulares dos grupos e populações tradicionais e específicas, reforçando a perspectiva de sustentabilidade articulada à SAN.

No tocante à **utilização** dos alimentos e de seus nutrientes, o Relatório da FAO (2014) destaca o uso biológico, influenciado dentre outras questões, pela saúde. Esta dimensão, também abrange o conhecimento tradicional e nutricional das pessoas, as escolhas e hábitos alimentares e o papel social da alimentação nas famílias e comunidades. Neste cenário, a referida dimensão situa o consumo apropriado dos alimentos desde o aleitamento materno, como fator essencial para o alcance de bem-estar nutricional, sendo importante o controle dos níveis de substâncias adversas contidas nos alimentos, como é o caso dos hormônios.

A respeito da **estabilidade**, se constata o vínculo entre as 03 (três) dimensões supracitadas, em razão da possibilidade de os problemas na disponibilidade, acesso e utilização dos alimentos serem crônicos ou transitórios, sendo necessária a definição de ações às famílias e às políticas públicas intersetoriais, pois assim a estabilidade se torna efetiva.

Partindo da compreensão de articulação entre as dimensões da SAN na busca pela estabilidade, a soberania alimentar representa um conceito de grande relevância no debate relativo à alimentação. Para a ABRANDH (2013), a soberania alimentar está associada ao direito dos povos de decidir sobre a produção e consumo de alimentos, importando dentre outros fatores, a autonomia e as condições de vida e trabalho dos agricultores e camponeses, refletindo na produção de alimentos de qualidade e diversos.

O box 02, organizado pela autora mediante as informações e o entendimento da ABRANDH (2013) sobre a soberania alimentar, retrata este importante conceito para a discussão da SAN, o qual envolve dentre outros fatores, a necessidade de implementação de modelos de desenvolvimento sustentáveis, com destaque à agricultura familiar.

Box 02 - Conceituando a Soberania Alimentar

O conceito de soberania alimentar surgiu na década de 1990, como resposta dos movimentos sociais camponeses liderados pela Vila Campesina, uma liderança internacional composta por organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras, às políticas agrícolas desenvolvidas mundialmente.

Durante o Fórum Mundial de Soberania Alimentar em 2007, o conceito foi afirmado como o direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo, baseado em alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e ecológica.

Diante desta percepção, a soberania alimentar inclui a prioridade da produção local para a alimentação da população; o acesso dos camponeses à terra, à água, às sementes e ao crédito para produção; o direito em torno da produção e das escolhas; e a participação dos povos na definição da política agrária.

O conceito de soberania alimentar relaciona-se, portanto, à produção e decisão sobre o consumo dos alimentos, não sendo compatível com o modelo hegemônico voltado às necessidades do mercado internacional, o qual prioriza a modalidade agroexportadora e a produção em larga escala, em detrimento ao modelo de agricultura familiar, pautado na produção em pequenas propriedades, com foco no mercado interno.

Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir dos apontamentos da ABRANDH (2013).

Partindo da compreensão sobre os vínculos conceituais entre a SAN e a soberania alimentar, particularmente na ênfase à perspectiva de sustentabilidade, considerando a sua realização como fator fundamental na garantia de alimentação regular e saudável da população, se constata a necessidade de mobilização de inúmeros setores da sociedade na efetivação do DHAA. Neste sentido, o SISAN representa o mecanismo responsável pela

integração de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, como também das instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, atuantes em consonância com a LOSAN (2006).

Como integrantes indispensáveis do SISAN se destacam na LOSAN (2006): a Conferência Nacional de SAN, responsável pela indicação das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de SAN, bem como pela avaliação do SISAN; o CONSEA, responsável dentre outras atribuições por articular, acompanhar e monitorar, a implementação de ações inerentes à Política e ao Plano Nacional de SAN; e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), integrada por Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à SAN.

É relevante ressaltar, que a partir da Medida Provisória nº 870, de 01 de janeiro de 2019, o CONSEA foi retirado das agendas do Governo Federal alusivas ao DHAA, sendo um grande desafio para a política pública de SAN a partir de então, manter a participação da sociedade civil nas discussões pertinentes à alimentação na atual conjuntura brasileira.

A abordagem ao paradigma da sustentabilidade demonstrada no Capítulo I deste trabalho aponta o caráter intersetorial da PNSAN (2010), dada a clareza da necessidade de articulação entre os diferentes setores da sociedade, dentre estes, agricultura, abastecimento, educação, saúde, segurança pública, desenvolvimento e assistência social, na efetivação da SAN. Por esta razão, a materialização desta política pública a nível nacional, também compreende o papel de estimular a formulação e execução de legislações estaduais e municipais, no intuito de fortalecer o DHAA.

Seguindo este preceito, o Governo do Estado do Amazonas aprovou a Lei nº 3.476, de 04 de fevereiro de 2010, a qual dispõe sobre a Política Estadual de SAN (PESAN) e cria o Sistema Estadual de SAN (SESAN). O Art. 2º da legislação em destaque reconhece como fundamental, o direito humano à alimentação, sendo este absoluto, intransmissível, indisponível, irrenunciável, imprescritível e de natureza extrapatrimonial, estabelecendo como dever do Poder Público em todos os níveis, da família e da sociedade em geral, respeitar e garantir a realização deste direito.

O conceito de SAN pactuado na PESAN (2010) adota as mesmas características previstas na LOSAN (2006) e nas demais legislações brasileiras relativas ao DHAA. Além disso, o documento em questão inova ao incorporar às suas diretrizes o respeito às comunidades tradicionais e aos hábitos alimentares locais, bem como a municipalização das ações, cenário este determinante para a responsabilização das gestões locais quanto à execução planejada e articulada desta e de outras políticas públicas.

Como forma de complementar as ações de SAN desenvolvidas nas esferas nacional e estadual, haja vista a aprovação de legislações específicas, o Município de Manaus através da Lei nº 2.275, de 14 de dezembro de 2017, também estabeleceu a criação dos componentes do SISAN a nível municipal, assim como definiu os parâmetros para a elaboração e implementação do Plano Municipal de SAN.

Concebendo a alimentação regular e adequada como direito básico de todo o cidadão manauara, a referida legislação estipula a elaboração e execução de políticas públicas voltadas à garantia da SAN, as quais devem levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas e sociais da capital amazonense, com prioridade para as regiões e populações mais vulneráveis. Diante deste entendimento, percebe-se a ênfase à sustentabilidade no interior desta política pública local.

O documento vai mais além ao afirmar como dever do Poder Público, a avaliação, fiscalização e monitoramento na realização do DHAA, como também a criação e fortalecimento de mecanismos para a sua exigibilidade. Reconhecendo as contribuições da política pública de assistência social no processo de efetivação da SAN, especialmente na oferta de programas de transferência de renda, surge uma indagação: De que forma os equipamentos socioassistenciais locais trabalham a SAN junto aos seus usuários? A partir dos dados coletados no trabalho de campo proposto, se pretende responder este e tantos outros questionamentos.

Outra importante informação contida na legislação em evidência diz respeito ao parágrafo único do Art. 3º, no qual consta que a SAN também envolve o direito de todos a terem acesso a orientações sobre a alimentação, as quais devem contribuir para o enfrentamento do sobrepeso, obesidade, contaminação de alimentos e demais doenças resultantes de hábitos alimentares inadequados.

Considerando o caráter intersetorial da política pública de SAN, depreende-se o apoio de um conjunto de equipamentos públicos e de distintas categorias profissionais no contexto da informatização acerca da alimentação enquanto dimensão humana e social. Nesta direção, se pontua novamente as contribuições da política pública de assistência social e dos profissionais nela atuantes, tendo em vista as designações do Decreto Municipal nº 3.956, de 30 de janeiro de 2018, o qual estabelece os membros da CAISAN.

O conteúdo do documento recentemente publicado na cidade de Manaus prevê que a CAISAN Municipal, será presidida pelo titular da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos (SEMMASDH), atualmente Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC). A aprovação deste Decreto reforça a

parcela de participação da pasta em questão nas ações concernentes a SAN, porquanto o público por ela atendido se encontra em situações de vulnerabilidades e riscos sociais, com destaque às situações de (in)segurança alimentar e nutricional.

Diante do delineamento do conceito de SAN apresentado no conteúdo das políticas públicas de cunho nacional, estadual e regional analisadas nesta seção, constata-se o quanto a dimensão intersetorial se faz necessária no combate à fome, à extrema pobreza e consequentemente na garantia da alimentação regular e saudável dos brasileiros.

Partindo desta concepção, se ressalta a política pública de assistência social como integrante do processo de realização do DHAA das famílias mais vulneráveis, destacando o trabalho desenvolvido na execução de ações, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, dentre estes o PBF, atualmente o principal programa de transferência de renda do país.

Reconhecendo a tarefa de erradicar a fome e assegurar o direito à alimentação de qualidade não apenas como uma proposta de governo e sim enquanto um compromisso efetivo dos órgãos setoriais e da sociedade civil, a evolução do Programa supracitado representa um importante avanço no contexto da SAN no Brasil, particularmente em função da previsão de oferta articulada de serviços públicos à população.

A concretização do DHAA na perspectiva da política pública de SAN envolve, portanto, aspectos relacionados a um conjunto de direitos. Ao retratar a alimentação regular e adequada como necessidade fundamental, se compreende que os direitos sociais não podem ser minimizados ou simplesmente negados, bem como as políticas envolvidas no processo de garantia do DHAA não devem ser executadas de forma setORIZADA.

Ressalta-se como objetivo estratégico desta ampla política pública, a execução contínua e qualificada de ações e políticas públicas permanentes e intersetoriais, enfatizando a PNAS (2004) como uma importante aliada na consolidação deste direito humano e social. Segundo o MDS (2013) mesmo quando as famílias detêm recursos para comprar, sendo facultativa a produção de seus alimentos, torna-se necessária a disseminação de informações no sentido de auxiliar no processo de escolhas saudáveis e seguras. Em outras palavras, independente de as populações brasileiras possuírem características em comum, em determinadas ocasiões, são fundamentais ações específicas para garantir o estado de SAN, o que reflete o caráter dinâmico e complexo próprio deste direito social.

Compreendendo segundo Bellen (2006) a articulação entre a sustentabilidade social e econômica junto ao bem-estar humano e social e aos meios utilizados para a garantia da qualidade de vida, se identifica a perspectiva sustentável inerente ao DHAA previsto na

LOSAN (2006), sendo a oferta de serviços básicos na consolidação deste direito uma tarefa primordial dos poderes públicos.

Diante das dificuldades postas à efetivação do estado de SAN, particularmente em decorrência dos entraves presentes na execução de políticas públicas brasileiras, salienta-se a primordialidade de alcance das esferas intrínsecas ao desenvolvimento sob a perspectiva da sustentabilidade, a qual demanda a adoção de princípios alicerçados na simbiose homem e natureza. Partindo da compreensão da não limitação da sustentabilidade à dimensão ambiental e/ou ecológica, se ressalta a sua influência sobre as relações humanas, sociais, econômicas e no sistema alimentar, tendo em vista a ótica de articulação entre os pilares do desenvolvimento (SACHS, 2002).

Trazendo a discussão para o contexto local, se verifica que as especificidades amazônicas no âmbito das políticas públicas pautadas no combate à pobreza e à fome, perpassam pelo entendimento da complexidade das expressões da questão social próprias deste território. Deste modo, as dificuldades no acesso à alimentação por parte da população deste território demandam intervenções políticas capazes de oferecer respostas efetivas ao problema da (in)segurança alimentar e nutricional.

De acordo com os próprios dizeres contidos em um dos documentos do MDA (2010), garantir SAN das famílias brasileiras significa promover uma verdadeira revolução, a qual envolve além dos aspectos econômicos e sociais, mudanças profundas na estrutura de dominação política. Em muitas regiões do país, especialmente nas regiões norte e nordeste, as condições de pobreza lamentavelmente são mantidas pelo fato de estarem vinculadas à perpetuação das elites conservadoras no poder.

Por esta razão, a tarefa de erradicar a fome e assegurar o direito à alimentação regular e adequada não pode ser concebida simplesmente enquanto proposta de governo, e sim como compromisso de Estado, sendo essencial a eficiência dos órgãos setoriais presentes nos níveis federal, estadual e municipal, assim como o engajamento da sociedade civil organizada, composta por sindicatos, associações, Organizações da Sociedade Civil (OSCs), universidades, escolas, igrejas e entidades empresariais.

A leitura acerca da sustentabilidade como novo paradigma, o qual apresenta propostas de desenvolvimento às sociedades, a garantia do direito à segurança alimentar e nutricional da população brasileira requisita de modo emergente mudanças no atual modelo econômico, que leva dentre outras aspectos, à exclusão social, sendo as situações de (in)segurança alimentar e nutricional apenas mais um dos seus resultados visíveis.

Além da implementação de um sistema econômico segundo Sachs (2002) caracterizado pelo desenvolvimento econômico equilibrado e pela modernização contínua dos instrumentos ou meios de produção, é fundamental a execução de ações emergenciais pautadas no barateamento da alimentação para a população de baixa renda, com vistas ao combate contínuo e efetivo à fome.

Ao discutir políticas públicas que expressam perspectivas sustentáveis de razão social e econômica, é importante reconhecer por meio das contribuições de Guimarães (2001) a responsabilidade do capital em relação ao atual quadro de (in)sustentabilidade, porque este posicionamento de fato apresenta estratégias reais de rompimento ao ciclo perverso da fome. Além disso, é primordial a intervenção do Estado, de modo a incorporar ao mercado do consumo de alimentos, as populações excluídas do mercado de trabalho e/ou os desprovidos de renda suficiente para ter acesso a uma alimentação regular e saudável.

Dada a relevância da proposta da sustentabilidade, a qual se apresenta como defensora de um planejamento estratégico e comprometido com as políticas públicas, haja vista a previsão de desenvolvimento econômico e social equitativo, articulado e acessível a todas as pessoas, serão evidenciados no capítulo a seguir, alguns dos diversos aspectos inerentes à SAN em Manaus/AM, a qual aliada a tantos outros direitos é compreendida como um dos requisitos essenciais para a garantia da manutenção e progresso da população.

CAPÍTULO II

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE

No contexto das discussões acerca da pobreza enquanto uma das expressões de vulnerabilidade e risco social mais latentes na sociedade brasileira, as situações de (in)segurança alimentar e nutricional, se configuram enquanto elementos de análise essenciais. O acesso à alimentação regular e de qualidade, na condição de direito fundamental de todo cidadão, deve, portanto, ser favorecido pelo Estado, o qual precisa implementar estratégias efetivas para a garantia deste direito à população mais afetada pelas desigualdades impostas pelo sistema de produção capitalista.

Na esteira desta compreensão, a oferta qualificada de políticas públicas transversais, com ênfase à de assistência social e à de SAN, as quais são trabalhadas nesta pesquisa, representam grandes estratégias para a consolidação e usufruto deste direito humano e social. Trazendo para o debate contemporâneo a perspectiva de sustentabilidade intrínseca às referidas políticas públicas, considerando que suas bases giram em torno do bem-estar social coletivo, são reconhecidos os entraves existentes acerca das reais possibilidades de implementação das mesmas frente às situações de fome e (in)segurança alimentar e nutricional presentes na cidade de Manaus/AM.

Uma das principais ações implementadas pelo governo brasileiro no combate às múltiplas dimensões da pobreza, a qual concentra dentre outros fatores, a dificuldade de acesso à renda, está representada na criação do PBF, tendo como principal finalidade promover melhorias nas condições de vida e de acesso a uma alimentação adequada às famílias mais pobres e vulneráveis à fome (CAISAN, 2011).

Diante do conjunto de variáveis articuladas ao processo de consolidação do DHAA e da SAN, o presente capítulo abordará inicialmente o direito à SAN na perspectiva da sustentabilidade social e econômica, com base nos beneficiários do PBF atendidos no Centro Estadual de Convivência da Família (CECF) Padre Pedro Vignola. Posteriormente, serão tecidas reflexões em torno do PBF como estratégia governamental de combate às situações de (in)segurança alimentar e nutricional, e por fim, o mapa de SAN dos beneficiários atendidos no CECF supracitado será apresentado.

2.1. Sustentabilidade Social e Econômica do Direito à Segurança Alimentar e Nutricional: Estudo dos Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) dos Centros Estaduais de Convivência da Família (CECFs) em Manaus/AM

A partir do resgate histórico em torno do conceito de sustentabilidade enquanto proposta de desenvolvimento pautada na construção de uma sociedade justa para todos, a qual está presente tanto na PNAS (2004) como na PNSAN (2010), ora debatidas neste estudo, torna-se possível adentrar o universo de análise da perspectiva de sustentabilidade social e econômica do direito à SAN a partir da operacionalização das referidas políticas junto a os beneficiários do PBF atendidos nos CECFs em Manaus/AM.

Tendo como referência a concepção de Lakatos e Marconi (2002), acerca do universo da pesquisa científica como um conjunto de seres que apresentam pelo menos uma característica em comum, a sua delimitação consiste em uma importante etapa do processo de pesquisa no âmbito das ciências humanas e sociais.

Conforme demonstração no quadro 02, o universo definido para esta pesquisa consiste nos CECFs localizados na cidade de Manaus/AM, os quais atualmente totalizam 06 (seis) unidades em funcionamento no território em questão.

Quadro 02 - Área de Abrangência dos CECFs de Manaus/AM

Zona	CECF	Localização
NORTE	Centro Estadual de Convivência da Família Padre Pedro Vignola	Bairro Cidade Nova
LESTE	Centro Estadual de Convivência da Família Teonizia Lobo de Carvalho	Bairro Amazonino Mendes
OESTE	Centro Estadual de Convivência da Família Magdalena Arce Daou	Bairro Santo Antônio
CENTRO-OESTE	Centro Estadual de Convivência da Família Maria de Miranda Leão	Bairro Alvorada
SUL	Centro Estadual de Convivência da Família André Araújo	Bairro Raiz
	Centro Estadual de Convivência da Família 31 de Março	Bairro Japiim

Fonte: Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), 2015.

Com relação à amostra estabelecida, sendo esta compreendida por Lakatos e Marconi (2003), como uma parte representativa do todo, se configura enquanto não probabilística intencional, pois se encontra alicerçada na definição dos elementos a serem analisados e não no uso da seleção de forma aleatória.

Evidencia-se a partir do universo apresentado, que a amostra definida inicialmente representava 02 (dois) CECFs, sendo 01 (um) o CECF Padre Pedro Vignola, localizado na zona norte e 01 (um) o CECF Teonizia Lobo de Carvalho, localizado na zona leste. Entretanto, a partir da articulação junto às direções das referidas unidades, se constatou a

inviabilidade de execução da etapa de campo no CECF Teonízia Lobo de Carvalho, haja vista que na ocasião do estudo, a equipe técnica do equipamento enfrentava um período de transição, bem como as atividades junto ao público estavam em recesso. Por este motivo, a pesquisa foi realizada somente no CECF Padre Pedro Vignola, o qual apresentou condições propícias à aplicação dos instrumentais.

Considerando a organização da tabela 01, se destaca que a unidade de realização do estudo está localizada na zona mais populosa da cidade de Manaus/AM e por esta razão, referencia o maior quantitativo de bairros e usuários, sendo este cenário favorável à coleta quantitativa e qualitativa de dados.

Tabela 01 - Área de Abrangência do CECF Padre Pedro Vignola

Zona	CECF	Área de Abrangência do CECF Definido Como Amostra do Estudo	Total de Bairros e Sub-bairros
NORTE	Centro Estadual de Convivência da Família Padre Pedro Vignola	Agnus Day, Águas Claras, Alfredo Nascimento, Aliança com Deus, Amadeu Botelho, Amazonino Mendes, América do Sul, Américo Medeiros, Bairro do Céu, Bairro Novo, Boas Novas, Campo Dourado, Carlos Braga, Cidade de Deus, Cidade Nova, Colônia Santo Antônio, Colônia Terra Nova, Colônia Cachoeira Grande, Colônia Japonesa, Comagi, Fazendinha, Florestal, Francisca Mendes, Galileia, Gustavo Nascimento, Ismail Aziz, Jardim Canaranas, Jardim Fortaleza, Jardim Independente, José Bonifácio, Lago Azul, Monte das Oliveiras, Nova Cidade, Novo Aleixo, Novo Israel, Santa Etelvina, Luiz Otavio, Manoa, Monte Pascoal, Monte Sinai, Mundo Novo, Mutirão, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Novo Millenium, Núcleos 1 ao 24, Oswaldo Américo, Oswaldo Frota, Parque Canaã, Parque Celebridade, Parque das Garças, Parque das Nações, Parque dos Buritis, Parque dos Ingleses, Parque Senador Jefferson Péres, Raio de Sol, Renato Souza Pinto, Riacho Doce, Ribeiro Júnior, Rio Piorini, Santa Marta, São João, Vale do Sinai, Vila Manaus, Vila Nova e Vitória Régia.	89 Bairros

Fonte: Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), 2020.

Os CECFs configuram-se enquanto unidades públicas estatais regidas pelos princípios da PNAS (2004) e ao disposto na LOAS (1993), tendo como prioridade de atendimento o segmento familiar no âmbito da Proteção Social Básica (PSB)⁴, a qual tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, tendo como público prioritário de atendimento os beneficiários de programas assistenciais, tais como, o PBF.

Os referidos equipamentos surgiram na cidade de Manaus/AM a partir dos anos 2000, posterior à elaboração de projetos de revitalização dos antigos Centros Sociais Urbanos

⁴ Segundo a PNAS (2004), essa proteção destina-se aos indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco social, decorrente da pobreza (ausência de renda, privações políticas, dentre outras), do precário ou nulo acesso aos serviços públicos e/ou fragilização de vínculos afetivos.

(CSUs), a qual subsidiou a construção de novos espaços, nomeados de Centros Estaduais de Convivência da Família (CECFs) e Centros Estaduais de Convivência do Idoso (CECIs).

Estas unidades são vinculadas ao Departamento de Proteção Social Básica (DPSB), da Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS), responsável pela formulação, articulação, monitoramento e avaliação da Política de Assistência Social no Estado do Amazonas. Nesta direção, os CECFs são considerados unidades públicas do SUAS, tidas como referência para o desenvolvimento de serviços socioassistenciais de PSB, com caráter preventivo, protetivo e proativo. Sendo assim, os equipamentos em pauta atuam em conformidade com o preconizado pelo SUAS, enfatizando a prioridade de atendimento ao segmento familiar, considerando a matricialidade sociofamiliar prevista na PNAS (2004).

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelos CECFs no âmbito da PSB, ressalta-se dentre as ações de enfrentamento às situações de vulnerabilidades e riscos sociais vivenciadas pelos usuários da política pública de assistência social, a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, assim como de locais de acolhida, convivência e socialização de famílias e indivíduos, com vistas à superação das situações vivenciadas.

Diante da relevância do trabalho social desenvolvido pelos CECFs na cidade de Manaus/AM, a coleta de dados da pesquisa social foi executada entre os meses de janeiro e fevereiro de 2020, mediante aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFAM (CEP/UFAM), a qual tem como número de Parecer 3.806.092 e número de CAAE 23305019.9.0000.5020. No primeiro momento, a etapa de campo se deu junto aos beneficiários do PBF e/ou de pessoas com membros familiares beneficiários do Programa atendidos no CECF Padre Pedro Vignola, os quais se configuram como o grupo 01. A tabela 02, elaborada pela pesquisadora ilustra a organização deste processo.

Tabela 02 - Organização da Etapa de Campo Junto ao Grupo 01 da Pesquisa

Objetivo	Instrumental	Público-Alvo	Total de Informantes	Total de Bairros em que os Informantes Residem
Identificar os indicadores sociais, econômicos e de SAN	Formulário com Perguntas Abertas e Fechadas	Beneficiários do PBF e/ou pessoas com membros familiares beneficiários do Programa	22 (vinte e dois)	08 (oito) Bairros

Fonte: Projeto de Pesquisa apresentado na qualificação, 2019. Organizado pela pesquisadora.

A partir da aplicação dos formulários com perguntas abertas e fechadas, o qual foi devidamente aprovado pelo CEP/UFAM, foi possível verificar além dos indicadores sociais,

econômicos e de SAN na ótica da sustentabilidade, importantes variáveis do perfil do público em análise, as quais serão expostas como forma de publicizar os dados coletados.

A primeira seção do formulário utilizado nesta etapa da pesquisa, diz respeito à identificação do público em pauta por meio do conhecimento sobre o sexo, estado civil, cor/raça, idade, naturalidade, escolaridade e bairro em que reside. A tabela 03, elaborada pela pesquisadora a partir dos resultados da tabulação dos dados coletados, apresenta informações concernentes ao sexo dos beneficiários do PBF e/ou de pessoas com membros familiares beneficiários do Programa.

Tabela 03 - Sexo dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF

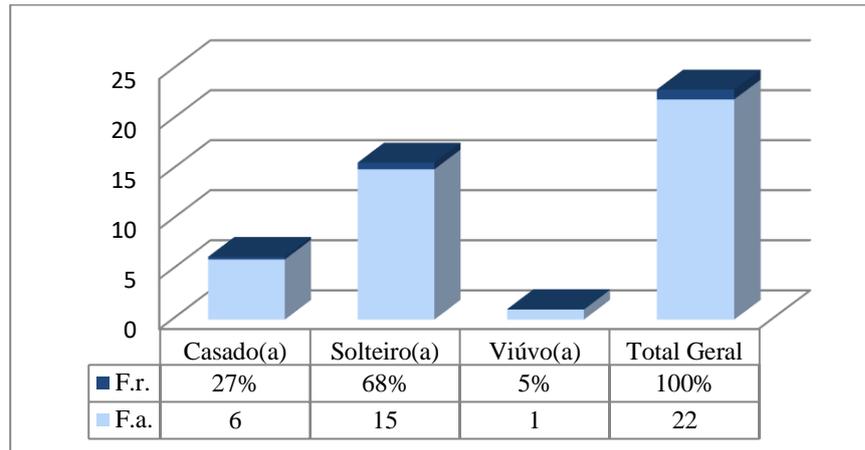
Variável	F.a.	F.r.
Feminino	15	68%
Masculino	7	32%
Total Geral	22	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Conforme informações sinalizadas na tabela 03, 68% do público definido como amostra nesta etapa da pesquisa se identifica como feminino e 32% como masculino. Tal realidade aponta para a participação mais expressiva do grupo feminino nas atividades do CECF Padre Pedro Vignola, sendo relevante a intensificação da busca ativa pelo público masculino, o qual também convive com situações de vulnerabilidades e riscos sociais.

O resultado obtido com a pesquisa somado às percepções construídas pela pesquisadora a partir do contato com os sujeitos, revela o quantitativo elevado de famílias chefiadas por mulheres na cidade de Manaus/AM. A partir de papel assumido pelo público feminino enquanto pessoa de referência das famílias estudadas, destaca-se ainda que em muitos casos este grupo assume de forma individual, as responsabilidades de prover as demandas financeiras e até mesmo afetiva dos grupos nos quais estão inseridas. Outro indicador analisado no decorrer desta etapa da pesquisa se refere ao estado civil do público em evidência, demonstrado através do gráfico 01.

Gráfico 01 - Estado Civil dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF

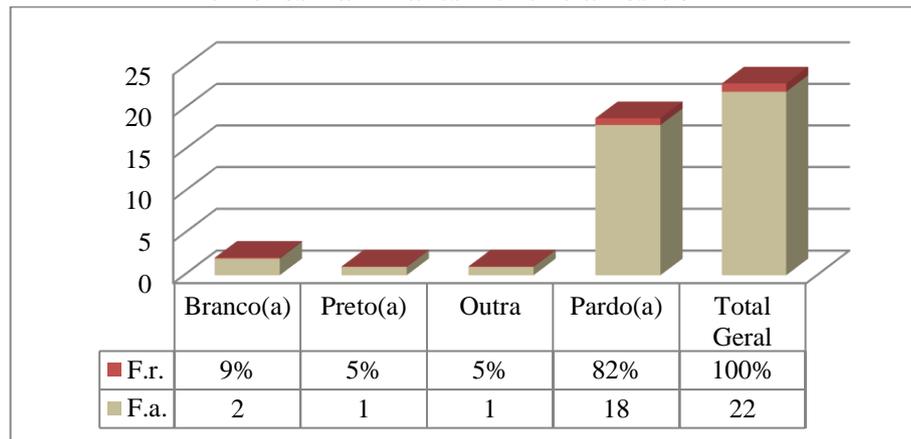


Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Analisando os dados do gráfico 01, se observaram as seguintes questões quanto à variável estado civil: 27% do público participante desta etapa da pesquisa afirma ser casado(a); 68% solteiro(a); e 5% viúvo(a). Haja vista a identificação do quantitativo significativo de pessoas solteiras e do sexo feminino frequentando o CECF Padre Pedro Vignola, se reforça a necessidade de execução de atividades pautadas no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, porquanto este espaço é visto pelo público como um local propício ao desenvolvimento de relações de convivência, amizade e até mesmo afetivas.

Outro indicador incluído na análise sobre o perfil do público em questão diz respeito à cor/raça, a qual é pesquisada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE) com base na autodeclaração. Tendo como referência os critérios adotados pela organização supracitada, os sujeitos participantes desta etapa da pesquisa foram perguntados sobre sua cor/raça de acordo com as seguintes opções: branco(a), preto(a), pardo(a), indígena ou amarelo(a). Os resultados estão expostos no gráfico 02.

Gráfico 02 - Cor/Raça dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

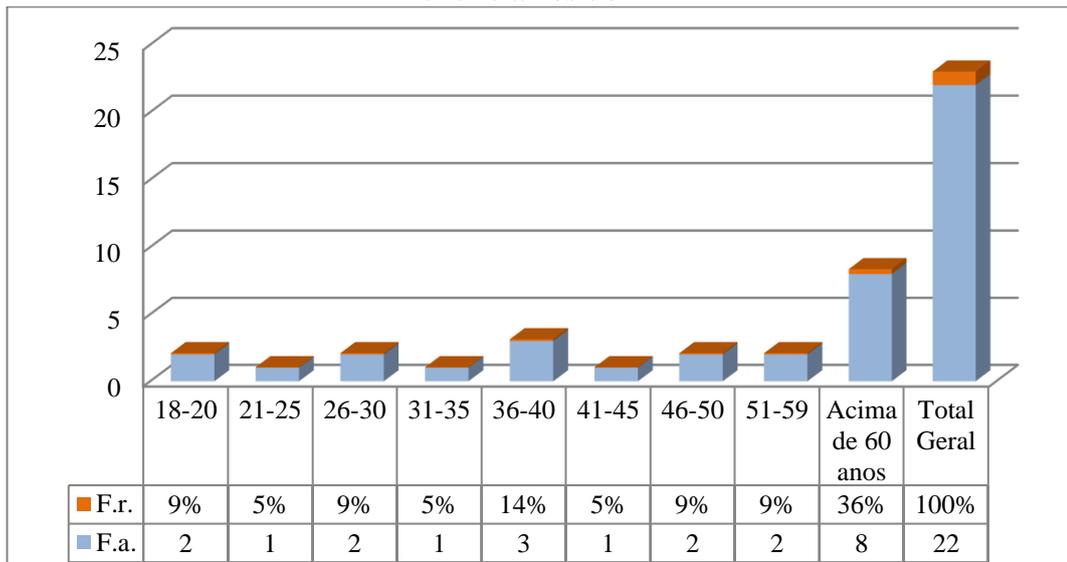
Com relação ao indicador de cor/raça, foram verificadas as seguintes situações: 82% do público se autodeclara pardo(a); 9% branco(a); 5% preto(a) e 5% como outra opção não prevista no formulário. O resultado expressivo de pessoas autodeclaradas pardas obtido por meio da pesquisa, pode ser analisado com base nas informações divulgadas pelo IBGE (2020).

Em consonância com a organização citada, a maior parte dos brasileiros se considera pardo, totalizando 95,9 milhões de pessoas, representadas em 47,7% do total da população. De modo simplificado, o IBGE (2020) sinaliza que se estivéssemos em uma comunidade composta por 100 (cem) pessoas, 45 (quarenta e cinco) se autodeclarariam pardas.

Além disso, é válido ressaltar a participação de diversos povos na composição da população brasileira, processo este responsável pelo estabelecimento de diferentes modos de vida, cultura, política, geografia, economia, religião, afetividade, ambiente e até mesmo de trabalho. Nesta direção, a diversidade dos grupos populacionais tradicionais e específicos está inclusa na discussão acerca do PBF, sendo necessário o fortalecimento dos mecanismos de proteção às identidades dos povos residentes no Brasil e mais especificamente no Amazonas, os quais também estão expostos a situações de vulnerabilidades e riscos sociais.

Tendo em vista as diferentes faixas etárias atendidas no CECF Padre Pedro Vignola, o indicador idade também foi incorporado à composição do perfil dos sujeitos da pesquisa. Os resultados desta variável estão apresentados no gráfico 03.

Gráfico 03 - Idade dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Considerando os dados relativos à idade, se destaca o referenciamento intenso de pessoas acima de 60 (sessenta) anos ao PBF, totalizando 36% dos participantes da pesquisa. Diante deste indicador, 02 (dois) aspectos relevantes para o debate merecem destaque.

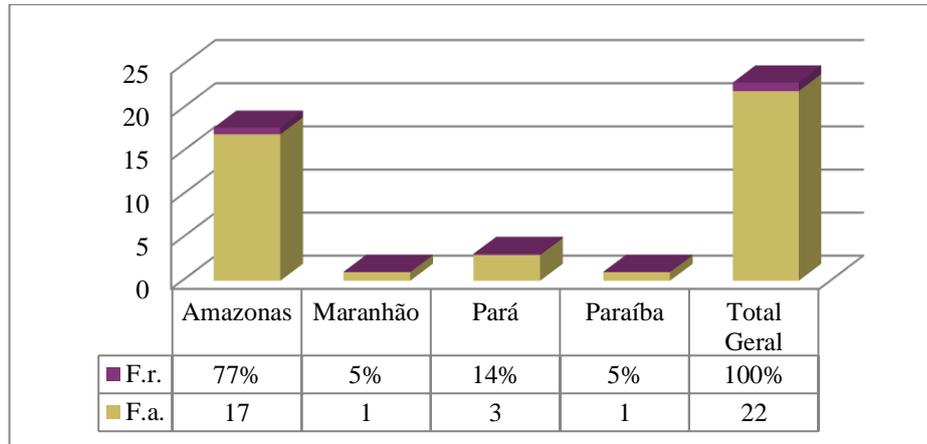
O primeiro diz respeito a importância da matricialidade sociofamiliar prevista na PNAS (2004), a qual compreende a necessidade de atendimento e acompanhamento da instituição social família, composta por membros com idades e perspectivas de vida diferenciadas, sendo o idoso incluso neste processo. Desta forma, a presença deste público nas ações, serviços, programas e projetos executados em equipamentos socioassistenciais, tais como, os CECFs, têm se tornado mais constante, sendo oportuno evidenciar a necessidade de ampliação e fortalecimento do trabalho desenvolvido junto aos demais públicos.

O segundo aspecto enfatizado neste contexto está relacionado ao mérito dos programas sociais na vida do público referenciado. É relevante verbalizar que no decorrer da coleta de dados, se verificou a dificuldade de acesso do público com idade acima de 60 (sessenta) anos à rede de serviços socioassistenciais, com ênfase ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁵. Mesmo nas situações de perfil para inclusão no BPC, grande parcela dos participantes da pesquisa declarou enfrentar dificuldades na sua concessão, especialmente em função da burocracia e da ausência de informações sobre os procedimentos a serem seguidos. Desta forma, o recurso oriundo do PBF configura-se como fator determinante para o custeio de despesas e necessidades básicas, enfatizando a alimentação.

⁵ Em conformidade com o Art. 20º da LOAS (1993), o BPC é a garantia de um salário mínimo mensal, à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Prosseguindo a exposição acerca do perfil dos sujeitos da pesquisa, o próximo indicador a ser explorado corresponde à naturalidade, ilustrada no gráfico 04.

Gráfico 04 - Naturalidade dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF



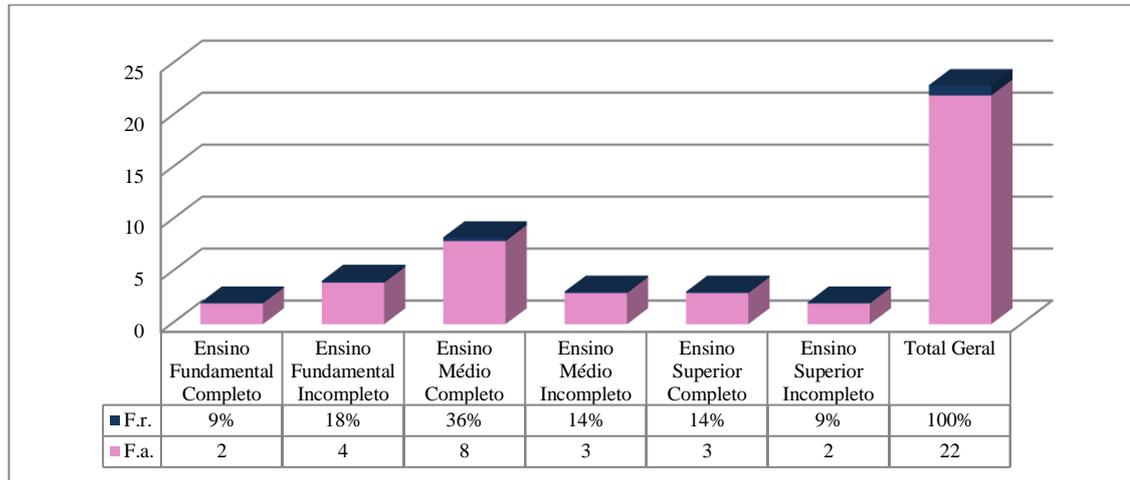
Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Concernente a esta variável foi possível identificar dentre os sujeitos da pesquisa, as seguintes situações: 77% do público é natural do Estado do Amazonas; 14% do Pará; 5% do Maranhão; e 5% da Paraíba. A constatação de pessoas naturais de outros estados das regiões norte e nordeste do país residindo na cidade de Manaus/AM, pode ser explicada dentre outros fatores, pelos ciclos da borracha e pela própria implantação da Zona Franca, haja vista a migração de famílias inteiras para este território, em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Nesta ótica, se verifica de forma constante a presença de imigrantes de outras regiões do Brasil e até mesmo de refugiados de outros países na cidade de Manaus/AM, como é o caso dos haitianos e venezuelanos, situação demandante de atenção por parte das autoridades e do Poder Público, considerando os indicadores de vulnerabilidades e riscos sociais presentes no cotidiano deste público.

Partindo para a análise em torno da escolaridade dos sujeitos participantes desta etapa da pesquisa, 100% do público em foco afirma ter a habilidade de ler e escrever. Por outro lado, quando perguntados sobre o nível de escolaridade, percebeu-se o quantitativo elevado de pessoas que possuem somente o ensino fundamental ou médio incompleto, conforme resultados apontados no gráfico 05.

Gráfico 05 - Nível de Escolaridade dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

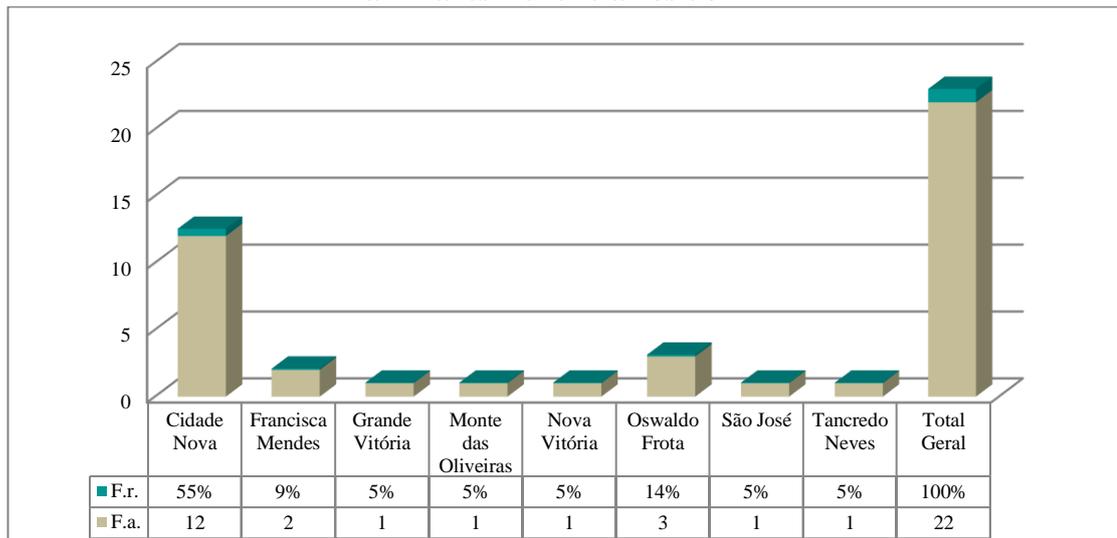
Do total de 22 (vinte e duas) pessoas participantes desta fase do estudo, somente 03 (três) informaram ter concluído o ensino superior, o equivalente a 14%. No tocante ao ensino médio, 36% do público informou o ter concluído e concernente ao ensino fundamental, 9% pontuou o seu término. Os reflexos da dificuldade de acesso à política pública de educação na cidade de Manaus/AM podem ser visualizados na ausência deste público no mercado de trabalho formal, conforme evidenciado pelo informante 05.

“Eu comecei a trabalhar muito cedo para ajudar minha mãe, então parei de estudar e não consegui voltar. Hoje eu quero um futuro diferente para o meu filho, porque sem estudo a gente não consegue um bom trabalho e passa muita dificuldade” (Informante 05).

O relato do informante 05 indica a realidade vivenciada por uma parcela significativa de famílias referenciadas ao PBF, as quais compreendem o direito à educação como algo fundamental para a garantia de melhores condições de trabalho, porém, a persistência e evolução das situações de vulnerabilidades e riscos sociais se coloca como empecilho à superação deste quadro, sendo necessário fortalecer a luta pela garantia da educação efetiva e de qualidade em todo o país.

A última variável a ser debatida na construção do perfil das famílias em análise vinculadas ao PBF, está voltada aos bairros em que estas residem, cujos resultados estão organizados no gráfico 06.

Gráfico 06 - Bairros em que Residem os Beneficiários e/ou Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

A respeito dos bairros em que residem os participantes desta etapa do estudo, das 07 (sete) localidades sinalizadas, se enfatiza o bairro Cidade Nova, onde 55% dos sujeitos informou residir. Outro fator interessante relacionado a esta variável diz respeito à identificação de frequentadores do CECF Padre Pedro Vignola, residentes na zona leste de Manaus/AM, os quais para participar das atividades do referido equipamento, localizado na zona norte, precisam se deslocar na maioria dos casos através do transporte público.

Quando perguntados sobre o motivo de não frequentarem o CECF Teonízia Lobo do Carvalho, localizado na zona leste de Manaus/AM, os informantes residentes nesta zona destacaram maior afinidade com o CECF da Cidade Nova em função do conjunto de atividades nele desenvolvido, razões tidas como decisivas para o referenciamento deste público à unidade em questão.

A partir da apresentação de indicadores acerca do perfil do público estudado e tendo como fundamento a discussão sobre o paradigma da sustentabilidade suscitada no Capítulo I, a qual alicerçada na concepção de Sachs (2002), a compreende na condição de uma nova proposta de desenvolvimento humano e social, se enfatizam a partir deste ponto os indicadores articulados a esta perspectiva, onde foram definidas para análise as dimensões social e econômica.

A delimitação em torno das dimensões indicadas se deu em razão da possibilidade de levantamento de dados relevantes para o debate, como também pelo entendimento sobre a intensa articulação entre ambas no contexto da SAN e da própria política pública de assistência social, porquanto não se pode discutir a temática da alimentação sem considerar os

indicadores sociais e econômicos da população. Ressalta-se ainda, o entendimento quanto ao mérito dos demais pilares da sustentabilidade, os quais se articulam e se complementam, no entanto, em decorrência do tempo e das condições disponíveis para a realização da pesquisa, foi estabelecido este recorte com vistas a qualificar o processo de análise.

Como forma de direcionar a reflexão a respeito da perspectiva de sustentabilidade social e econômica no âmbito da SAN a partir dos beneficiários do PBF atendidos no CECF Padre Pedro Vignola em Manaus/AM, demonstrar-se-ão no quadro 03, os indicadores utilizados neste debate, os quais foram introduzidos no formulário semiestruturado aplicado junto aos informantes.

**Quadro 03 - Indicadores Sociais e Econômicos da PNAS (2004) e PNSAN (2010)
Analisados na Perspectiva de Sustentabilidade**

Dimensão	Indicadores Utilizados
Social	✚ Acesso à Política Pública de Educação
	✚ Acesso à Política Pública de Saúde
	✚ Acesso à Política Pública de Saneamento Básico
	✚ Acesso à Política Pública de Assistência Social
Econômica	✚ Profissão
	✚ Situação no Mercado de Trabalho
	✚ Renda Familiar

Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir do formulário semiestruturado, 2020.

Iniciando o debate por meio dos indicadores vinculados à perspectiva de sustentabilidade social, a primeira variável se refere ao acesso dos beneficiários e/ou de pessoas com membros familiares beneficiários do PBF à política pública de educação. A tabela 04 ilustra os resultados obtidos nesta questão.

**Tabela 04 - Acesso dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares
Beneficiários do PBF à Política Pública de Educação**

Variável	F.a.	F.r.
Sim	18	82%
Não	4	18%
Total Geral	22	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Analisando os dados da tabela 04, verifica-se que 82% do público participante da pesquisa afirma possuir acesso à política pública de educação e 18% não. Por outro lado, é importante frisar o fato de o acesso a esta política não ser sinônimo de inclusão efetiva na mesma, sendo esta realidade visualizada na tabela 05, a qual retrata a situação do público no sistema educacional.

Tabela 05 - Inserção Efetiva dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF na Política Pública de Educação

Variável	F.a.	F.r.
Sim	3	14%
Não	19	86%
Total Geral	22	100%

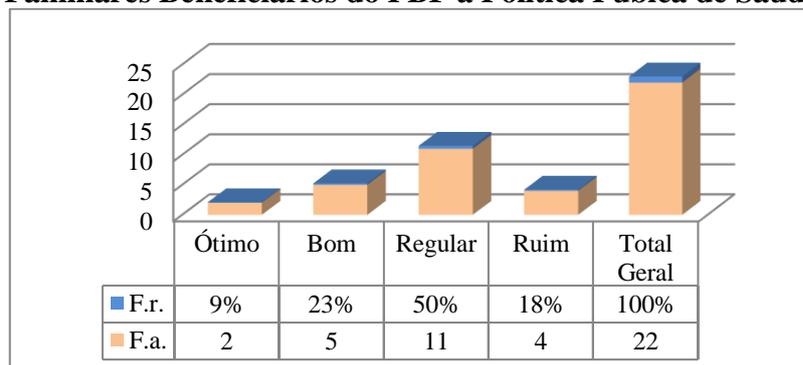
Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

A partir dos dados coletados, se constata a inserção de apenas 14% do público em destaque no sistema educacional, o qual em sua maioria está inscrito em cursos profissionalizantes com a intenção de conquistar uma oportunidade no mercado de trabalho, reconhecidamente mais exigente, seletivo e competitivo a cada dia. Neste sentido, se aponta a necessidade de ampliação na articulação entre as políticas públicas de educação e assistência social, no sentido de garantir o acesso efetivo da população mais vulnerável aos direitos sociais básicos, dentre estes, o trabalho.

Partindo da percepção de Sachs (2002) sobre a sustentabilidade social, pautada dentre outros fatores, na igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais, se identificou no âmbito da política pública de educação a necessidade de fortalecimento do viés sustentável, pois grande parte da população, tendo como base a pesquisa realizada na cidade de Manaus/AM, continua excluída desta política. Além disso, se reforça como item essencial, a garantia na qualidade da educação pública em todos os níveis de ensino, assim como o acesso aos demais direitos sociais que impactam diretamente o processo de ensino e aprendizagem, dentre estes, a alimentação regular e saudável, pois o desenvolvimento do homem em suas mais variadas dimensões perpassa pela alimentação.

Dando prosseguimento à discussão, o acesso à política pública de saúde representa outro importante indicador a ser considerado. O gráfico 07 expressa os resultados desta variável.

Gráfico 07 - Acesso dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF à Política Pública de Saúde



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Tendo como referência os resultados da pesquisa, o público em evidência respondeu como considera o seu acesso à política pública de saúde. De acordo com os resultados da tabulação, 9% do público define seu acesso como ótimo, 23% como bom, 50% como regular e 18% como ruim. Dentre as principais inquietações manifestadas pelos sujeitos da pesquisa, a demora na marcação de consultas é uma das mais verbalizadas.

“Sempre que eu preciso de atendimento é uma burocracia. Primeiro que na maioria das vezes não tem médico na casinha de saúde e segundo porque para conseguir uma consulta naquele sistema tem que ter sorte, nunca tem vaga” (Informante 12).

O cenário de precarização da política pública de saúde não é uma realidade específica da cidade de Manaus/AM, sendo primordial, portanto, a efetiva responsabilização dos entes federados na formulação, execução, monitoramento e avaliação de ações, serviços, programas e projetos integrantes desta política, a qual faz parte do tripé da Seguridade Social e contribui significativamente para a consolidação do estado de SAN da população.

Um dos principais entraves postos ao acesso contínuo e qualitativo da população manauara à política pública de saúde está relacionado em conformidade com o informante 12, ao processo de marcação de consultas e demais serviços por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG). Segundo o Ministério da Saúde (2020), o SISREG é um sistema web criado para o gerenciamento do sistema público de saúde, por meio de módulos que permitem a regulação do acesso de consultas, exames, procedimentos de média e alta complexidade, bem como a regulação das internações de urgência e cirurgias eletivas. Além disso, o referido sistema on-line visa a humanização dos serviços e o maior controle do fluxo e otimização na utilização dos recursos.

Considerando a amplitude e importância do SISREG para a sociedade brasileira e amazonense, o relato do informante 12 chama a atenção para a necessidade de fortalecimento e aprimoramento da política pública de saúde desde à chegada do usuário à rede básica de saúde até o seu efetivo acesso aos serviços disponibilizados por meio do sistema em pauta. É necessário compreender que o desafio de erradicar a fome e garantir a SAN da população também perpassa pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sendo tarefa primordial das gestões, dos profissionais e dos usuários a valorização e a luta por um sistema público cada vez mais preparado para o atendimento das demandas.

Outro item relacionado à análise da perspectiva de sustentabilidade social no contexto da SAN, diz respeito à política pública de saneamento básico, cujos dados estão indicados na tabela 06.

Tabela 06 - Acesso dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF na Política Pública de Saneamento Básico

Variável	F.a.	F.r.
Sim	15	68%
Não	7	32%
Total Geral	22	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Quando perguntados se possuem acesso à política pública de saneamento básico no local em que residem, 32% informou não possuir e 68% sim. O destaque a esta política pública demanda o resgate ao seu conceito, previsto na Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. A referida legislação o concebe enquanto um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como drenagem e manejo das águas pluviais.

Em conformidade com o documento evidenciado, a política pública de saneamento básico se configura como um conjunto de serviços a serem oferecidos à população, entretanto, são reconhecidos os dilemas vivenciados na cidade de Manaus/AM neste segmento. A tabela 07 apresenta alguns dos indicadores de saneamento básico no território em questão.

Tabela 07 - Indicadores de Saneamento Básico na Cidade de Manaus/AM

Variável	Resultados
População urbana atendida com abastecimento de água	91,89%
Volume total de água perdido na distribuição	74,95%
População urbana atendida com esgotamento sanitário	12,50%
Taxa de cobertura de vias públicas com redes ou canais pluviais subterrâneos	4,1%
Volume de materiais recicláveis recuperados em relação à população urbana	4.75 kg/hab/ano

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), 2018.

A partir da demonstração de alguns dos indicadores de saneamento básico da capital amazonense é possível destacar o quantitativo expressivo de 91,89% da população atendida com abastecimento de água, entretanto, 74,95% do volume total de água se perde no momento da distribuição, o que nos leva a compreender os motivos de tantos domicílios urbanos não possuírem acesso efetivo a um direito fundamental. Com relação ao esgotamento sanitário, apenas 12,50% da população é atendida com esse serviço e ao retratar a cobertura de vias públicas com redes ou canais de pluviais subterrâneos os dados são ainda menores, pois somente 4,1% da região urbana em análise conta com o serviço.

Outro indicador incluído no debate em torno do saneamento básico em Manaus/AM diz respeito ao volume de materiais recicláveis recuperados, pois somente 4,75 quilos por

habitante são devidamente tratados anualmente. Diante deste indicador é importante enfatizar a necessidade de divulgação da existência do serviço de coleta seletiva na capital do Estado do Amazonas, bem como o trabalho de grupos e organizações no processo de reciclagem de resíduos sólidos, pois a distinção e o tratamento adequado do lixo e dos resíduos sólidos são componentes da educação ambiental e cidadã.

No que tange ao acesso dos sujeitos em questão aos serviços, programas, projetos e benefícios da política pública de assistência social, se pontua em primeiro lugar, o referenciamento de 100% do público participante desta etapa da pesquisa ao CECF Padre Pedro Vignola, o qual foi definido como lócus do estudo por se caracterizar enquanto equipamento estatal vinculado à política em destaque.

Em contrapartida, se identificou no decorrer da aplicação dos formulários e no desenvolvimento da pesquisa junto aos profissionais lotados na unidade supracitada e na gestão estadual da política pública de assistência social, a dificuldade na efetivação do processo de referência e contrarreferência entre o CECF analisado e as unidades de CRAS, inclusive as mais próximas territorialmente deste, situação verbalizada tanto pelos profissionais quanto pela população usuária desta política.

Além da relação de referência e contrarreferência entre os CRAS e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), a PNAS (2004) aponta que este procedimento também pode acontecer para outros serviços socioassistenciais e/ou outras políticas setoriais, sempre com o objetivo de complementar o serviço oferecido, visando a superação das dificuldades. Deve-se ter clareza, portanto, da necessidade de envolvimento da rede intersetorial e socioassistencial neste processo, ressaltando como elemento fundamental, o fortalecimento da rede de proteção social em Manaus/AM, destacando o trabalho articulado entre os CECFs, CRAS e CREAS como um grande passo.

Um importante indicador utilizado como base para a reflexão acerca do acesso da população em análise à política pública de assistência social, corresponde ao acesso do referido público a outros benefícios socioassistenciais para além do PBF. Quando perguntados se recebem outro benefício, como o BPC, por exemplo, 86% dos sujeitos respondeu não e 14% sim.

O resultado desta questão aponta para a relevância do PBF no enfrentamento às situações de vulnerabilidades e riscos sociais, porém, demonstra o quanto a política pública de assistência social ainda é vista de forma parcializada. Prova disso é a identificação do desconhecimento de grande parte da população acerca do conjunto de serviços por ela oferecido.

Em consonância com o MDS (2020), a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)⁶, garante o acesso a diversos programas sociais, tais como, Tarifa Social de Energia Elétrica, Carteira do Idoso, Bolsa Verde e Programa Minha Casa Minha Vida. Nesta direção, se constata a fragilidade na perspectiva de sustentabilidade social presente na política pública de assistência social, considerando a dificuldade de articulação entre os serviços e políticas afetas aos seus objetivos.

Conforme sinalização realizada no início deste tópico, fez-se também a análise da perspectiva de sustentabilidade econômica do direito à SAN, tendo como primeira dimensão do debate o conhecimento sobre o fato de os sujeitos participantes desta etapa da pesquisa possuírem ou não uma profissão. A tabela 08 aponta os resultados desta questão.

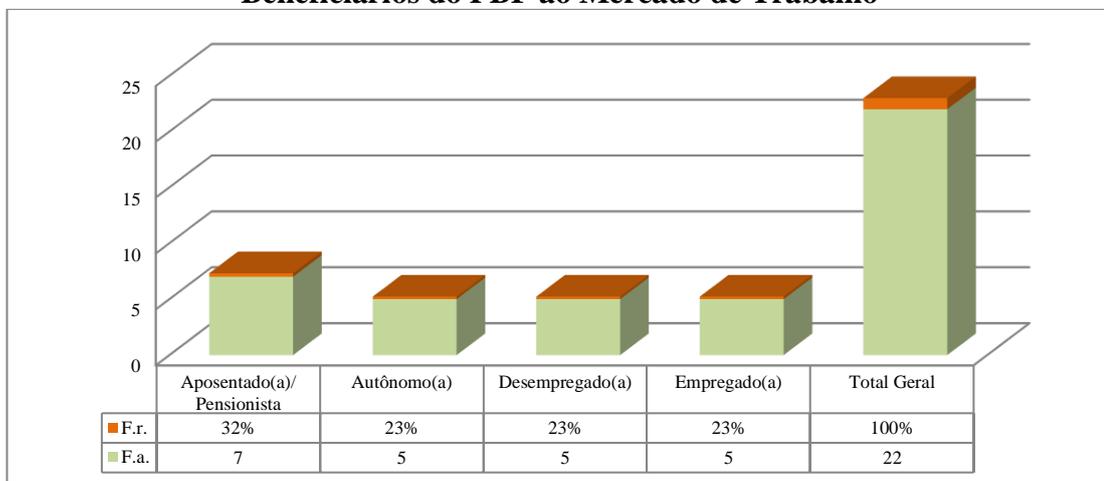
Tabela 08 - Beneficiários e/ou Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF que Possuem ou Não uma Profissão

Variável	F.a.	F.r.
Sim	14	64%
Não	8	36%
Total Geral	22	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Quando perguntados se possuem profissão, 36% do público respondeu não e 64% sim. Diante do indicador expressivo de pessoas que declaram ter uma profissão, se desenhou a identificação de um quantitativo considerável deste público inserido no mercado de trabalho, apesar disso, se verificou outro cenário, de acordo com os dados do Gráfico 08.

Gráfico 08 - Acesso dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF ao Mercado de Trabalho



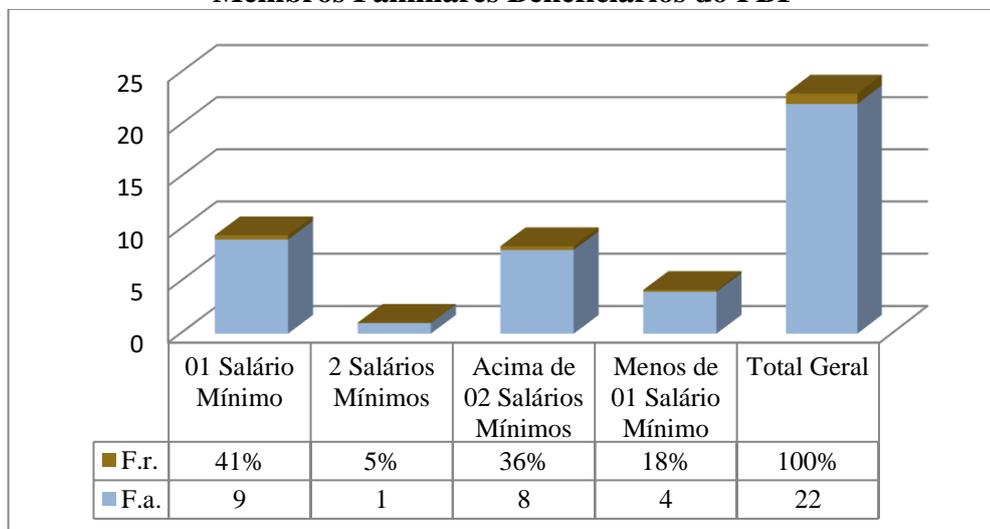
Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

⁶ O CadÚnico foi instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001, com o objetivo de identificar todas as famílias em situação de pobreza no país. Após a inscrição no Cadastro, as pessoas recebem o Número de Identificação Social (NIS).

A partir da apresentação dos resultados, foi possível constatar o vínculo empregatício de apenas 23% do público participante da pesquisa, o equivalente a 05 (cinco) pessoas do total de 22 (vinte e duas). Outra situação evidenciada se refere ao quantitativo de aposentados(as)/pensionistas na composição das famílias referenciadas ao PBF, o qual totalizou 32% nesta pesquisa. Este cenário reforça dentre outros aspectos, a intensa participação da população idosa nas atividades oferecidas pelo CECF Padre Pedro Vignola, bem como na organização econômica de muitas famílias manauaras.

O terceiro indicador empregado na investigação relativa à sustentabilidade econômica no contexto da SAN dos beneficiários do PBF atendidos no CECF Padre Pedro Vignola está representado pela renda familiar, cujos resultados podem ser verificados no Gráfico 09.

Gráfico 09 - Renda Familiar dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Analisando os dados do gráfico 09, se percebe a expressividade de famílias com renda familiar de até 01 (um) salário mínimo, mais precisamente 41% do público participante desta etapa da pesquisa. Tendo como fundamento os indicadores apresentados anteriormente, é possível articular a informação do percentual de pessoas que afirmam possuir apenas 01 (um) salário mínimo como renda, com os dados sobre a forte presença de aposentados(as)/pensionistas na composição familiar deste público.

Diante da discussão a respeito dos indicadores relacionados à perspectiva de sustentabilidade econômica, enfatiza-se que o processo da etapa de campo permitiu a identificação acerca do recurso proveniente da aposentadoria e/ou pensão como a única ou a mais importante parcela do orçamento familiar de grande parte dos sujeitos da pesquisa. A

articulação desta realidade à concepção de Sachs (2002) sobre a sustentabilidade econômica nos permite perceber o quanto a construção de uma nova ordem econômica global e local, se faz necessária para a melhoria da qualidade de vida da população.

Consoante a FAO (2014), com recursos limitados para investir em alimentação, as pessoas fazem escolhas racionais: aumentam o consumo de alimentos de baixo custo, porém, com alta densidade calórica. Neste contexto, frutas, legumes e verduras são os primeiros itens a serem excluídos da alimentação devido ao seu alto custo, sendo esta realidade vivenciada e relatada pelos sujeitos da pesquisa.

Ainda de acordo com a referida organização, em linhas gerais, quanto menor a renda familiar de um domicílio, maior é a proporção da renda total gasta em alimentos, e conseqüentemente maior é o risco de (in)segurança alimentar e nutricional, tendo em vista a utilização deste indicador como elemento fundamental na discussão em torno da SAN. Neste sentido, o fato de os valores transferidos às famílias referenciadas do PBF serem considerados insuficientes para a manutenção de despesas básicas representa um dos fatores explicativos para o quantitativo elevado de pessoas em situações de vulnerabilidade alimentar e nutricional no Brasil.

Retomando o pensamento de Guimarães (2001), destaca-se para além da ênfase ao fator renda, a necessidade de inclusão no campo da dimensão econômica, do atendimento às demandas culturais, estéticas, políticas e até mesmo afetivas, porquanto estes e tantos outros critérios também fazem parte da proposta de sustentabilidade econômica.

Na leitura de Bellen (2006), o acesso aos bens e serviços públicos, combinado a este conjunto de fatores, está diretamente associado ao desenvolvimento integral da sociedade, sendo a riqueza do ponto de vista material reconhecida como importante, contudo o indicador renda se configura enquanto um dos elementos do quadro geral da sustentabilidade.

A partir da análise realizada em torno da perspectiva de sustentabilidade social e econômica do direito à SAN no universo da política pública de assistência social em Manaus/AM, é importante compreender a prioridade na articulação entre os serviços públicos oferecidos à população para a concretização do modelo de desenvolvimento com sustentabilidade pautado no bem-estar social, o qual é apresentado e defendido neste estudo.

2.2. Estratégias Governamentais de Combate às Situações de (In)segurança Alimentar e Nutricional: Programa Bolsa Família (PBF) nos Centros Estaduais de Convivência da Família (CECFs) em Manaus/AM

De acordo com Nagaoka (2012), o cenário sócio histórico brasileiro a partir dos anos 1990, contempla profundas mudanças estruturais na intervenção estatal, particularmente em

função da conquista de aprovação da Carta Magna (1988). Apesar de a referida legislação ter introduzido no país uma nova era no âmbito dos direitos sociais, se constata de forma paralela a forte influência do neoliberalismo global nas decisões econômicas e sociais.

Na leitura de Silva (2008), o objetivo central do ideário neoliberal consistia em inserir o Brasil na competitividade do mercado econômico mundial, mesmo de modo seletivo e/ou subordinado, considerando o posicionamento subalterno dos países periféricos frente aos hegemônicos. Dentre as medidas integrantes deste novo ordenamento, são frisados: o rigor com os gastos públicos; o processo de aceleração das privatizações; a abertura ao mercado externo; a flexibilização das relações trabalhistas; e a própria reestruturação das políticas sociais.

Neste cenário, o Estado brasileiro assumiu e continua assumindo visivelmente uma postura fragmentada em relação às ações, políticas, programas, projetos e benefícios de cunho social, tornando as intervenções paliativas e focalizadas. Isto porque, para o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), a redução dos gastos na esfera social representa o melhor percurso a ser trilhado pelos países latino-americanos (LAURELL, 2008).

Partindo desse entendimento, a estratégia seria centralizar os recursos sociais públicos em programas e projetos com prioridade no atendimento da população mais empobrecida, e por outro lado, orientar os grupos e/ou instituições com maior poder aquisitivo para a competitividade do mercado. Este processo contraditório do sistema de produção capitalista constitui de acordo com Laurell (2008), o terreno de formação das expressões da questão social presentes em diversos formatos na realidade brasileira e mundial, com destaque ao fenômeno generalizado da pobreza e extrema pobreza. Observa-se que nas sociedades capitalistas, por intermédio do Estado, são realizadas intervenções mínimas nas problemáticas sociais por ela mesma gerada, não para combater as desigualdades e sim para manter a sua hegemonia e a perpetuação do poder.

Embora o conceito de questão social não seja supremo, a concepção adotada neste trabalho a denota enquanto “a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão” (IAMAMOTO E CARVALHO, 1998, p. 77). O box 03, organizado pela autora, concentra aspectos relevantes na discussão sobre a questão social, bem como de sua relação com o Serviço Social brasileiro.

Box 03 - Questão Social em Debate

Considerando o conjunto de produções do Serviço Social brasileiro, influenciado de forma expressiva pelo campo marxista, o entendimento acerca da questão social perpassa por 02 (duas) dimensões: de um lado, Santos (2012) aponta a exploração do trabalho pelo capital; e de outro, estão presentes as lutas travadas pela classe trabalhadora, da qual o assistente social faz parte, em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Partindo desta compreensão, a categoria em destaque configura-se enquanto premissa central à produção e reprodução do capitalismo, processo este que na leitura de Santos (2012), concentra particularidades singulares e ao mesmo tempo universais, sendo seu fundamento comum dado pela centralidade do trabalho na constituição da vida social.

Na ótica de Yamamoto (2006), as expressões da questão social estão presentes nas diversas ilustrações das desigualdades sociais provenientes da concentração de renda, da propriedade e do poder, e são traduzidas nas práticas de violência, nas inúmeras formas de discriminação, na pobreza, na evasão escolar, nos intensos fluxos migratórios, na exploração do trabalho infantil, no desemprego, na dificuldade de acesso aos bens e serviços públicos, nas situações de (in)segurança alimentar e nutricional, dentre tantas outras faces distantes dos princípios da liberdade, igualdade e equidade.

Na ótica de Yamamoto (2006), as expressões da questão social estão presentes nas diversas ilustrações das desigualdades sociais provenientes da concentração de renda, da propriedade e do poder, e são traduzidas nas práticas de violência, nas inúmeras formas de discriminação, na pobreza, na evasão escolar, nos intensos fluxos migratórios, na exploração do trabalho infantil, no desemprego, na dificuldade de acesso aos bens e serviços públicos, nas situações de (in)segurança alimentar e nutricional, dentre tantas outras faces distantes dos princípios da liberdade, igualdade e equidade.

A questão social representa, portanto, a matéria-prima do trabalho do assistente social, pois justifica a necessidade de formulação, execução e avaliação de políticas públicas no âmbito das relações entre as classes e o Estado. Sendo o objeto de estudo do Serviço Social, a questão social não deve segundo Yamamoto (2006), ser interpretada somente como a desigualdade entre ricos e pobres. Para além disso, as possibilidades de luta e resistência da classe trabalhadora frente ao mercado excludente precisam ser fortalecidas.

Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir do embasamento teórico de Santos (2012) e Yamamoto (2006).

É justamente neste processo contraditório de gênese das expressões da questão social que os programas de transferência de renda são concebidos como possíveis caminhos para o enfrentamento às situações de vulnerabilidades e riscos sociais, porquanto na sociedade caracterizada pelo mercado, a renda simboliza o meio pelo qual as necessidades básicas são supridas (NAGAOKA, 2012).

Nesta conjuntura econômica marcada pela acentuação da pobreza e extrema pobreza, a agenda pública em torno do combate à fome começa a ganhar a visibilidade no Brasil a partir da década de 1990, na Ação Nacional de Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, conhecido popularmente como Betinho.

Conforme Nagaoka (2012), a referida campanha foi incorporada ao governo brasileiro em 1993, na gestão de Itamar Franco, a qual subsidiou a organização do Plano de Combate à Fome e à Miséria, cuja principal intervenção estava direcionada à satisfação de necessidades básicas, com ênfase à alimentação.

Partindo da compreensão da existência de conexão entre a oferta de políticas públicas de cunho social e o combate à fome, segundo a autora em questão, uma das principais iniciativas adotadas pelo Brasil neste terreno se refere à criação em 1995, do Programa Bolsa Escola (PBE), pautado na concessão de 01 (um) salário mínimo mensal às famílias que comprovavam possuir: renda máxima de meio salário mínimo por mês; crianças de 07 (sete) a 14 (quatorze) anos na composição familiar; e, residência de no mínimo 05 (cinco) anos no Distrito Federal. Uma das prerrogativas para a manutenção das famílias no PBE era o cumprimento de 90% da frequência escolar.

Diante dos critérios de focalização apresentados, constata-se que a unidade familiar e a articulação entre transferência de renda e educação, constituem o formato dos programas sociais monetários implementados no território brasileiro a partir deste momento.

Ao final da década de 1990, um conjunto de programas de transferência de renda vinculados do PBE é lançado pelo governo, com o intuito de complementar as ações de enfrentamento à pobreza e extrema pobreza. No quadro 04, organizado pela pesquisadora, se destacam as principais ações executadas no Brasil neste período, as quais representam as bases de criação do PBF.

Quadro 04 - Principais Programas/Ações de Enfrentamento à Pobreza e Extrema Pobreza no Brasil

Programa/Ação	Ano de Criação	Principais Finalidades
Programa Bolsa Escola	1995	Garantir a permanência de crianças e adolescentes no sistema educacional, através da concessão de 01 (um) salário mínimo às famílias beneficiárias.
Programa Bolsa Alimentação	2001	Incentivar a atualização da carteira de vacinação de crianças com até 07 (sete) anos de idade, acompanhar o desenvolvimento nutricional dos mesmos e realizar as consultas de pré-natal das gestantes, tendo como contrapartida a transferência monetária de R\$ 15,00 por criança, totalizando o valor máximo de R\$ 45,00 por família.
Auxílio Gás	2002	Direcionar às famílias com renda mensal per capita de até ½ salário mínimo, integrantes do PBE ou do Programa Bolsa Alimentação, subsídios para a compra do gás de cozinha.
Programa Cartão Alimentação	2003	Transferir o valor de R\$ 50,00 às famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, para a aquisição de alimentos.

Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir do embasamento teórico de Nagaoka (2012).

Perante a exposição da trajetória dos programas de transferência de renda no Brasil, é possível situá-los enquanto eixos basilares da atual política pública de assistência social, particularmente ao retratar a transferência de renda, a qual garante a cobertura de atendimento em todo o território nacional.

Stein (2008) verbaliza que o fato de os programas de transferência de renda brasileiros executados desde a década de 1990, serem criados sob a ótica das necessidades básicas, revela o trabalho restrito desenvolvido junto à população destituída de direitos fundamentais, tais como, a alimentação.

A partir do resgate sobre os programas de transferência de renda antecessores do PBF, se identifica o processo de transição entre o governo FHC e governo Lula, período no qual se constatou a existência de um conjunto de problemáticas na implementação das referidas ações, as quais foram apontadas pela nova gestão como um empecilho para a efetivação do acesso da população de baixa renda às políticas públicas universais.

Dentre as principais lacunas constatadas ressalta-se de acordo com Silva (2008): a ausência de uma coordenação geral dos programas; a dificuldade de articulação entre os ministérios e secretarias responsáveis pelos programas; e a não previsão de estratégias amplas capazes de promover a autonomia das famílias beneficiárias após o desligamento. Diante das referidas problemáticas, o diagnóstico realizado pelo novo governo concluiu como necessária a unificação dos 04 (quatro) programas de transferência de renda até então executados, sendo o ano de 2003, o marco para esta política no Brasil.

A materialização deste processo ocorreu por meio da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, a qual prevê a criação do PBF a nível nacional e o destina às ações de transferência de renda mediante o estabelecimento de condicionalidades. Além disso, em razão de o Programa compor um dos eixos da Estratégia Fome Zero, determinou-se como suas finalidades prioritárias o enfrentamento à fome e à pobreza no país, constituindo, portanto, um elemento central do Sistema de Proteção Social Brasileiro.

Sustentado em 03 (três) eixos principais, quais sejam, complemento de renda, acesso a direitos e articulação com ações das demais políticas públicas pautadas no desenvolvimento familiar e na superação de vulnerabilidades, o PBF beneficia conforme a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania (MDS, 2019), famílias com renda mínima de R\$ 89,00 (oitenta e nove) até R\$ 170,00 (cento e setenta) mensais por pessoa/componente familiar. Na tabela 09, organizada pela pesquisadora, se apresenta a síntese das ações de cada eixo do PBF.

Tabela 09 - Síntese das Ações dos Eixos do PBF

Complemento de Renda	Acesso a Direitos	Articulação com as ações de outras Políticas Públicas
As famílias atendidas pelo PBF recebem o benefício em forma de dinheiro, o qual é transferido diretamente pelo governo federal. Neste sentido, a realização deste eixo garante de modo imediato o alívio da pobreza.	A partir do acesso à renda, as famílias beneficiárias assumem alguns compromissos (condicionalidades), com o objetivo de fortalecer o acesso à educação, saúde e assistência social. A materialização deste eixo prima, portanto, pelo rompimento do ciclo da pobreza.	Em função da amplitude de seus objetivos, o PBF atua de forma articulada a diversas políticas públicas que estimulam o desenvolvimento das famílias. Este eixo configura-se como a base intersetorial do Programa.

Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir dos dados do MDS (2019).

Considerando os dados do Relatório de Informações Sociais (RI) - Bolsa Família e Cadastro Único, no ano de 2020, a cobertura de atendimento do PBF compreende todos os 5.564 (cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro) municípios brasileiros e o Distrito Federal, sendo uma importante estratégia adotada pelo governo brasileiro para fortalecer a agenda da Estratégia Fome Zero, na medida em que busca a concretização do caráter intersetorial das políticas públicas para potencializar a autonomia das famílias beneficiárias.

Notavelmente, a transferência de renda constitui a parte mais visível do PBF, contudo, não abarca a sua totalidade. A ampliação do acesso das famílias mais vulneráveis à pobreza aos serviços de saúde, educação e assistência social, orientada pelo cumprimento de condicionalidades, exprime um componente fundamental no processo de enfrentamento às inúmeras situações de vulnerabilidades e riscos sociais presentes no cotidiano da sociedade brasileira.

A seleção das famílias com perfil para o PBF ocorre por meio das informações geradas pelo CadÚnico, caracterizado como um instrumento de gestão que reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda. Com base no conhecimento das reais condições de vida da população, o Governo Federal elege o público a ser atendido por diversos programas sociais, dentre estes, o PBF.

Em conformidade com dados do Relatório de Informações Sociais (RI) - Programas e Ações, até o mês de abril de 2020, foram registradas no CadÚnico a nível nacional, 28.605.430 (vinte e oito milhões, seiscentas e cinco mil, quatrocentas e trinta) famílias. Desse montante, 13.595.301 (treze milhões, quinhentas e noventa e cinco mil, trezentas e uma) famílias estão identificadas em situações de extrema pobreza e 2.771.605 (dois milhões, setecentos e sessenta e um mil, seiscentas e cinco) em situações de pobreza.

Os indicadores elevados em torno da pobreza e extrema pobreza no país, os quais totalizam mais de 16 (dezesseis) milhões de famílias inseridas neste contexto, ressaltam, portanto, a necessidade de intervenção qualificada, contínua e articulada das políticas públicas em vigor, enfatizando que a garantia de alimentação regular e saudável da população representa um elemento crucial no processo de emancipação social.

Ainda de acordo com informações do RI, até o mês de junho de 2020, existiam 14.283.507 (quatorze milhões, duzentas e oitenta e três mil, quinhentas e sete) famílias beneficiárias do PBF no Brasil, todas devidamente inscritas no CadÚnico. No quadro 05, organizado pela autora, se apresentam dados da cobertura de atendimento do CadÚnico e do PBF no Estado do Amazonas e na cidade de Manaus, lócus da pesquisa apresentada neste trabalho.

Quadro 05 - Cobertura de Atendimento do CadÚnico e PBF no Amazonas e em Manaus

Estado do Amazonas			
Total de Famílias Inseridas no CadÚnico até o Mês de Abril/2020	Total de Famílias Beneficiárias do PBF até o Mês de Junho/2020	Porcentagem do Total de Famílias Beneficiárias do PBF em Relação à População do Estado	Valor Total Transferido no Mês de Junho/2020
670.798	409.908	35%	R\$ 93.378.116,00
Município de Manaus			
Total de Famílias Inseridas no CadÚnico até o Mês de Abril/2020	Total de Famílias Beneficiárias do PBF até o Mês de Junho/2020	Porcentagem do Total de Famílias Beneficiárias do PBF em Relação à População do Município	Valor Total Transferido no Mês de Junho/2020
264.283	135.757	19,15%	R\$ 21.340.341,00

Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir dos dados do Relatório de Informações Sociais (RI) - Bolsa Família e Cadastro Único (2020). Disponível no Portal do Ministério da Cidadania.

Analisando os resultados alcançados pelo CadÚnico e PBF no Estado e capital amazonense, se enfatiza a relevância da política pública de assistência social no

enfrentamento às expressões da questão social presentes neste território. Além do elemento monetário intrínseco ao PBF, onde as famílias amazonenses recebem benefícios com valor médio de R\$ 230,84 (duzentos de trinta reais e oitenta e quatro centavos), cabe salientar ainda o esforço deste em associar medidas de caráter emergencial e de médio e longo prazo, integrando segundo o Ministério da Cidadania (2019), 03 (três) frentes de atuação:

- 1) Defesa do direito à renda;
- 2) Defesa do direito à SAN;
- 3) E defesa do direito à assistência social.

A prioridade na defesa destes importantes direitos sociais insere-se, portanto, em uma abordagem ampla do Sistema de Proteção Social Brasileiro, porquanto proteção e promoção da autonomia são conceitos que postos em prática, permitem enfrentar os riscos e as vulnerabilidades sociais (MDS, 2006).

Dada a proposta de proteção, promoção e intersetorialidade do PBF, características estas pautadas na elevação dos padrões objetivos e subjetivos de qualidade de vida das famílias beneficiárias, os grupos populações tradicionais e específicos⁷, constituem uma parcela significativa deste processo, haja vista a perspectiva coletiva e sustentável presente na PNAS (2004). O quadro 06, organizado pela pesquisadora, expõe o alcance do Programa em discussão junto à população residente na cidade de Manaus/AM.

Quadro 06 - Total de Famílias de Grupos Populações Tradicionais e Específicas (GPTE) Inseridas no CadÚnico e Beneficiárias do PBF em Manaus/AM

Grupos e Populações Tradicionais e Específicos	Total de Famílias inscritas no CadÚnico	Total de famílias Beneficiárias do PBF
Famílias Indígenas	651	439
Famílias Quilombolas	08	03
Famílias Ciganas	07	01
Famílias pertencentes a Comunidades de Terreiro	09	07
Famílias Extrativistas	84	58
Famílias de Pescadores Artesanais	376	263
Famílias Ribeirinhas	1.204	793
Famílias de Agricultores	1.159	768
Famílias Assentadas da Reforma Agrária	22	13
Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário	03	0
Famílias Acampadas	129	123
Famílias Atingidas por Empreendimentos de	18	11

⁷ Em conformidade com o Ministério da Cidadania (2020), os grupos populações tradicionais e específicos, são famílias agrupadas de acordo com a autoconsciência de pertencimento a determinado grupo social dotado de organização territorial, linguística, sociocultural e econômica próprias.

Infraestrutura		
Famílias com Pessoa Presa no Sistema Carcerário	232	180
Famílias em Situação de Rua	699	546
Famílias de Catadores de Material Reciclável	7.723	6.273
Total Geral	12.324	9.478

Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir dos dados do Relatório de Informações Sociais (RI) - Bolsa Família e Cadastro Único (Maio/2020). Disponível no Portal do Ministério da Cidadania.

Tendo como fundamento a exposição dos dados contidos no documento em questão, pode-se afirmar que ao longo dos últimos anos, as populações e comunidades tradicionais e específicas conquistaram de forma mais efetiva o acesso aos serviços sociais públicos, cenário este propiciado dentre outros fatores, pela construção e execução de uma agenda política comprometida com estes povos a partir de 2003.

Um importante momento que contribuiu para a valorização e atendimento destas lideranças no Brasil, diz respeito à realização do I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais em 2005, o qual resultou na composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), sendo esta uma das estruturas condutoras do processo de aprovação de políticas públicas⁸ para este público sob a perspectiva da sustentabilidade.

Os intensos debates de negociação para a oferta de políticas públicas específicas para o público supracitado refletem assim, a necessidade de valorização e cuidado com os próprios ecossistemas naturais, uma vez que grande parte destes povos habita territórios de conservação. Julga-se relevante o realce aos referidos grupos em função de tais populações enfrentarem um conjunto mais delicado de dificuldades na garantia da SAN, situação responsável não somente pelo aumento nos índices de (in)segurança alimentar e nutricional, como também de desnutrição (ABRANDH, 2013).

Logo, as populações em questão, mesmo sendo detentoras de conhecimentos tradicionais e específicos para o cultivo de alimentos, sofrem sérias limitações no processo de produção e acesso à alimentação, porquanto convivem em muitas ocasiões com a ausência de terras e de recursos financeiros e/ou naturais.

Nesta direção, a criação do PBF traduz um fator decisivo para a melhoria das condições de vida e de acesso a uma alimentação regular e de qualidade às famílias mais pobres e vulneráveis à fome. O fato de o Programa estar referenciado à política pública de

⁸ A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais foi instituída pelo Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Esta legislação direciona as ações governamentais para o atendimento das necessidades socioambientais de um conjunto de grupos e populações, estabelecendo prioridade nas questões de regularização fundiária, infraestrutura, inclusão social e produção sustentável.

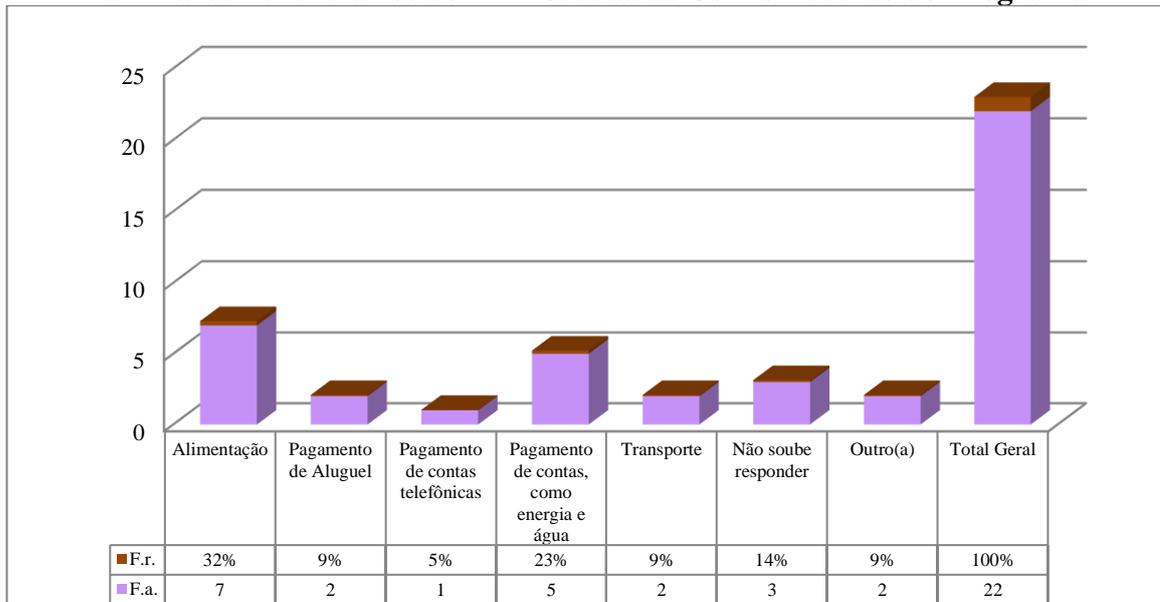
assistência social, direcionada a quem dela necessitar, estabelece a sua participação na realização do DHAA de todos, independentemente de gênero, sexo, idade, cor ou opção religiosa.

A partir dos resultados alcançados durante a etapa de campo, se percebeu o quanto os objetivos das perspectivas de sustentabilidade social e econômica ainda estão distantes de se fazerem presentes no processo de operacionalização das políticas públicas de assistência social e de SAN em Manaus/AM, particularmente ao se retratar as famílias beneficiárias do PBF.

A avaliação acerca de 03 (três) indicadores específicos do Programa, quais sejam, 1) principais formas de utilização do recurso, 2) suficiência do recurso com as despesas de alimentação e 3) necessidade de reajuste no valor do benefício, demonstra a importância deste debate para o aprimoramento não somente da execução do PBF, como também da gestão das políticas públicas em foco.

A primeira questão investigada no âmbito do PBF, diz respeito às principais despesas dos beneficiários do PBF e/ou de pessoas com membros familiares beneficiários do Programa custeadas com o recurso assistencial. Os dados do referido indicador estão expostos no gráfico 10.

Gráfico 10 - Principais Despesas dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF Custeadas Com o Recurso do Programa



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Mediante a sistematização dos dados coletados, se constataram as seguintes situações: 32% dos sujeitos da pesquisa afirma utilizar o recurso do PBF com a alimentação; 9% com o pagamento de aluguel; 5% com o pagamento de contas telefônicas; 23% com o pagamento de

contas, como energia e água; 9% com transporte; 14% não soube responder; e 9% declarou utilizar o valor do benefício com outras despesas.

À vista dos resultados apresentados é possível fazer um contraponto com as informações da CAISAN (2011), a qual situa a renda transferida pelo PBF e a alimentação oferecida nas escolas públicas na condição dos principais mecanismos de acesso das famílias brasileiras mais vulneráveis social e economicamente à alimentação. Neste contexto, se confirma a relevância do Programa na garantia do DHAA e de um conjunto de direitos a ele articulados.

Outro indicador disponibilizado pela CAISAN (2011) está relacionado aos gastos das famílias com o recurso do Programa. Na ocasião do estudo realizado pela referida Organização no ano de 2011, cerca de 56% do público participante informou utilizar a renda do benefício com a alimentação familiar. Deste modo, em relação à média nacional se constata que a população manauara tem aplicado um valor mais reduzido do PBF nas despesas pertinentes à alimentação.

Quando perguntados se consideram o valor do Programa suficiente para manter as despesas familiares com alimentação, 95% dos participantes da pesquisa responderam não e apenas 5% responderam sim, conforme demonstração na tabela 10.

Tabela 10 - Concepção dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF Sobre a Suficiência do Benefício com as Despesas Alimentares

Variável	F.a.	F.r.
Não	21	95%
Sim	1	5%
Total Geral	22	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

A constatação expressiva de dados em torno da concepção do valor do PBF como insuficiente para o custeio de despesas alimentares das famílias referenciadas, pode ser aprofundada por meio da fala do Informante 02.

“Não percebo como suficiente a renda do Programa, porque uma boa alimentação custa caro aqui em Manaus e as famílias são numerosas, o que dificulta o nosso acesso a uma alimentação saudável. Na minha casa, por exemplo, nem sempre conseguimos consumir frutas e verduras, primeiro porque é difícil encontrar produtos de qualidade, sempre vejo alimentos estragados, e segundo porque os preços não ajudam” (Informante 02).

O cenário dos altos preços dos alimentos na cidade de Manaus/AM exposto pelo Informante 02 exige uma discussão acerca dos fatores que desencadeiam esta realidade. De acordo com a ABRAND (2013), os elementos relacionados a esta questão incluem a

economia e o mercado internacional, as alterações climáticas, assim como os custos de produção e processamento. Dada a complexidade do processo, a análise realizada terá como exemplo, o preço de frutas e hortaliças, considerando o custo de produção, o transporte e a comercialização.

Segundo a ABRAND (2013), podem ser elencados como fatores influenciadores dos preços deste exemplo, as condições dos agricultores para a produção, as distâncias percorridas e a quantidade de “atravessadores” por qual os alimentos devem passar até chegarem às prateleiras dos mercados e feiras. Nesta direção, quanto maiores as despesas na produção e entrega dos alimentos aos consumidores, maior será o preço final do produto, como também o desperdício, a perda da qualidade e a poluição gerada neste processo.

Na perspectiva de sustentabilidade presente na PNSAN (2010), uma das estratégias de enfrentamento às referidas problemáticas, diz respeito à produção de frutas e hortaliças regionais em áreas urbanas, periurbanas ou em áreas rurais próximas às cidades. No entendimento da ABRAND (2013), as ações e políticas pautadas na produção de alimentos com sustentabilidade, podem melhorar o preço e a qualidade dos produtos, além de incentivar o maior consumo por parte da população local.

Dito isto, se reforça o quanto a manutenção da alimentação regular e de qualidade remete um grande desafio para as famílias beneficiárias do PBF residentes na cidade de Manaus/AM, especialmente em decorrência da dificuldade de acesso a produtos adequados ao consumo humano e com preço acessível, sendo a intersectorialidade entre a política de SAN e as demais políticas públicas atuantes na erradicação da fome, um fator determinante para a redução de empecilhos postos à garantia de alimentação saudável da população.

Quanto à percepção dos sujeitos da pesquisa sobre a necessidade ou não de reajuste no valor transferido às famílias, o público foi enfático: 100% respondeu sim. Diante deste resultado, se realizou uma pesquisa junto ao site do MDS (2020) para conhecer os valores recebidos pelas famílias beneficiárias do PBF.

Segundo informações contidas na plataforma digital em evidência, os recursos transferidos às famílias correspondem à somatória de vários tipos de benefícios previstos no Programa. Além disso, é importante frisar que os tipos e quantidades dos benefícios, dependem da composição e da renda declarada pelas famílias no CadÚnico. Os atuais tipos de benefícios e valores do PBF podem ser vistos no quadro 07.

Quadro 07 - Tipos de Benefícios e Valores do PBF

Tipo do Benefício	Valor	Descrição do Benefício
Benefício Básico	R\$ 89,00	Pago apenas às famílias em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa.
Benefício Variável Vinculado à Criança e ao Adolescente de 0 (zero) a 15 (quinze) anos	R\$ 41,00	Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes de 0 (zero) a 15 (quinze) anos de idade em sua composição.
Benefício Variável Vinculado à Gestante	R\$ 41,00	Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição.
Benefício Variável Vinculado à Nutriz	R\$ 41,00	Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham crianças entre 0 (zero) e 06 (seis) meses em sua composição.
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente	R\$ 48,00	Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) anos em sua composição.
Benefício para Superação da Extrema Pobreza	Valor calculado individualmente para cada família	Pago às famílias com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 89,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do PBF.

Fonte: MDS, 2020. Organizado pela pesquisadora.

O debate em torno dos atuais valores do PBF, suscitado expressivamente por 100% dos sujeitos da pesquisa como indicador que demanda reajuste, perpassa ainda pelo quantitativo de benefícios pagos por família. Embora a estrutura do PBF contemple 05 (cinco) tipos diferentes de benefícios, conforme sinalização no quadro 10, cada família pode receber até 05 (cinco) benefícios, diferentes ou não.

É importante destacar que mesmo nos casos de composições familiares acima de 05 (cinco) membros, os benefícios pagos compreendem até 05 (cinco) pessoas por família. Em função da base organizativa adotada pelo Governo Federal para o PBF, os valores pagos se apresentam como insuficientes para a manutenção de necessidades básicas, como a alimentação. O posicionamento favorável ao reajuste pode ser confirmado pela fala do Informante 17.

“Se um dos objetivos do Programa é diminuir a pobreza, é necessário que o valor seja suficiente para suprir as nossas necessidades, principalmente de alimentação. Para mim o aumento do recurso que a gente recebe é algo urgente, porque as dificuldades são muitas” (Informante 17).

O relato exposto por um dos informantes da pesquisa permite a problematização do quanto o Programa em análise assume relevância social e econômica no cotidiano das famílias beneficiárias e ao mesmo tempo apresenta fragilidades, no sentido da impossibilidade de cobertura de atendimento a todas as demandas do público referenciado. Por esta razão, a dinâmica da intersetorialidade se configura como o ponto central para a realização dos amplos objetivos contidos nas políticas públicas afetas à SAN.

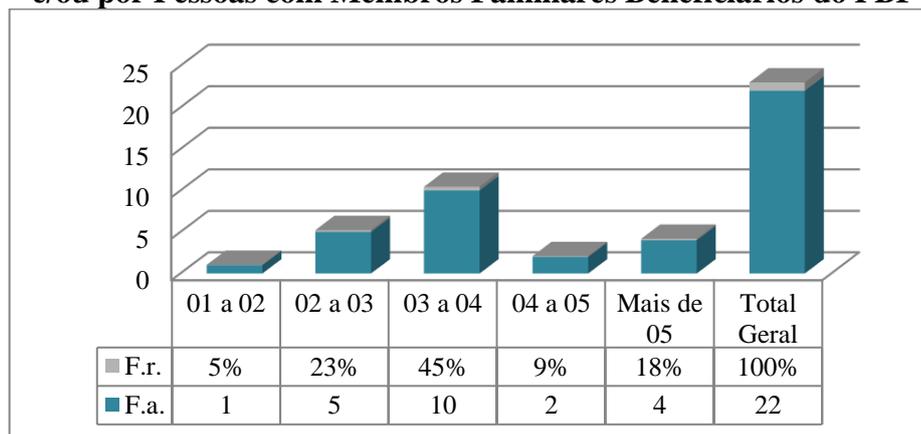
2.3. Mapa de Segurança Alimentar e Nutricional dos Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) Atendidos nos Centros Estaduais de Convivência da Família (CECFs) em Manaus/AM

Como forma de aprofundar a discussão sobre a garantia de SAN no contexto da política pública de assistência social em Manaus/AM, esta seção concentra os indicadores específicos da dimensão alimentar dos sujeitos da pesquisa. A partir das análises realizadas em torno da perspectiva de sustentabilidade social e econômica do direito à SAN, fez-se a organização de indicadores relacionados à alimentação⁹, sendo estes:

- + Quantidade de refeições diárias realizadas pelas famílias referenciadas ao PBF;
- + Tipos de alimentos mais consumidos pelas famílias referenciadas ao PBF;
- + Prática de aproveitamento doméstico de sementes, cascas e demais partes dos alimentos;
- + E, principais doenças/problemas de saúde das famílias referenciadas ao PBF.

A primeira análise do mapa de SAN presente nesta dissertação, corresponde à quantidade de refeições diárias realizadas pelas famílias beneficiárias do PBF, conforme ilustração presente no Gráfico 11.

Gráfico 11 - Quantidade de Refeições Diárias Realizadas pelos Beneficiários e/ou por Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

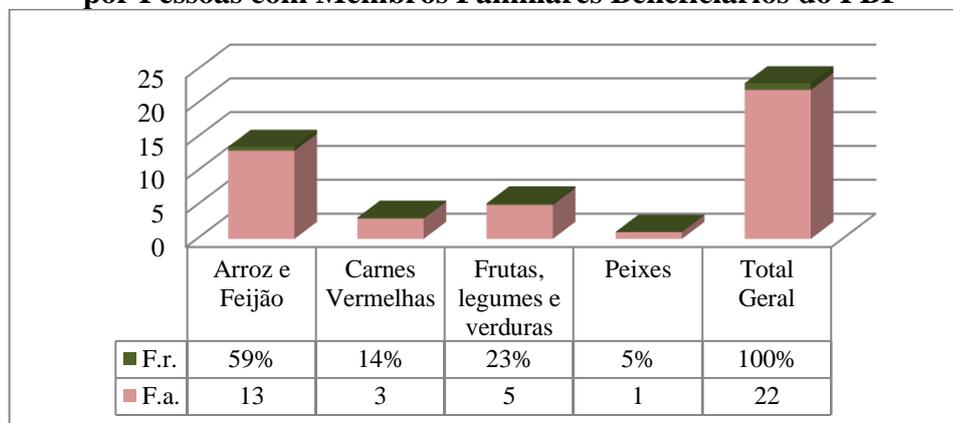
Os resultados da pesquisa demonstram dentre outras questões, que 45% dos informantes afirmam realizar de 03 (três) a 04 (quatro) refeições diárias, enfatizando este indicador enquanto positivo para a população estudada.

Cabe destacar no debate deste indicador, o posicionamento do CONSEA (2011), em relação ao acesso efetivo das famílias brasileiras mais expostas a situações de vulnerabilidades e riscos sociais atrelado à variável renda. Na ótica do Conselho em questão,

⁹ A definição dos indicadores utilizados na construção do mapa de SAN apresentado nesta dissertação tem como parâmetro as disposições da LOSAN (2006) e da PNSAN (2010).

o fato de a população ter conquistado o acesso à renda e ao poder de compra não representa necessariamente a opção pela ingestão de alimentos mais saudáveis. A dinâmica alimentar do público participante da pesquisa pode ser vista no Gráfico 12.

Gráfico 12 - Tipos de Alimentos mais Consumidos pelos Beneficiários e/ou por Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Os resultados alcançados em torno da identificação dos alimentos mais consumidos pelas famílias beneficiárias e/ou pessoas com membros beneficiários do PBF, revelam a prevalência no consumo de arroz e feijão de 59% dos sujeitos. No tocante à ingestão de carnes vermelhas, 14% do público afirma ser o alimento mais consumido pela família e no âmbito das frutas, verduras e legumes, o indicador aponta 23%. Um dado relevante apontado pela pesquisa está relacionado ao consumo de peixes, pois somente 01 (um) informante o sinalizou como o alimento mais consumido pelo grupo familiar.

O primeiro componente a ser problematizado neste universo diz respeito à soberania alimentar, cujo conceito foi abordado no Capítulo I. Em conformidade com a ABRAND (2013), os dados acerca do consumo alimentar permitem concluir a não existência de soberania alimentar no Brasil, visto que as regras de produção e destino de alimentos são ditadas pelo mercado internacional, sendo estes impactos vivenciados claramente pela população manauara. Esta lógica atinge, portanto, toda a cadeia produtiva de alimentos, culminando dentre outros aspectos, na alta dos preços e na elevação de situações de (in)segurança alimentar e nutricional.

A ausência de soberania alimentar resulta ainda, na massificação dos hábitos alimentares, afastando cada vez mais as populações de sua cultura alimentar. No caso da população local, percebeu-se a partir da pesquisa o consumo mínimo de peixes, os quais simbolizam a identidade e história dos povos aqui residentes, entretanto, este importante alimento se encontra minimamente presente nas mesas das famílias.

As mudanças introduzidas na alimentação demonstram ainda, a perda de importância na compra de alimentos básicos e tradicionais por parte das famílias referenciadas ao PBF, as quais preferem e/ou são induzidas ao consumo de produtos prontos, como pães, enlatados, embutidos e refrigerantes (ABRAND, 2013).

Outro componente a ser debatido está voltado ao uso de agrotóxicos. Conforme a ABRAND (2013), o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, o que culmina diretamente em intoxicações crônicas relacionadas ao consumo frequente de alimentos contaminados com resíduos químicos. Ainda de acordo com a referida Associação, estudos comprovam a contaminação com agrotóxicos do próprio leite materno. Neste sentido, se afirmam as consequências danosas dos resíduos de agrotóxicos presentes nos diferentes tipos de alimentos, tanto ao meio ambiente quanto à saúde e à vida humana.

O terceiro componente a ser verbalizado no contexto do consumo de alimentos, se refere às consequências cognitivas e psicossociais. Para a FAO (2014), os efeitos potenciais do estado de (in)segurança alimentar e nutricional, causados dentre outros fatores pela deficiência no consumo de alimentos saudáveis, podem refletir tanto em carências nutricionais (desnutrição) como no excesso de peso. Os resultados da pesquisa permitem concluir que o custo de frutas, verduras e legumes é mais elevado se comparado ao preço do arroz e do feijão, situação responsável pela limitação no acesso ao conjunto de alimentos necessários a uma dieta saudável.

No entendimento da FAO (2017), entre os determinantes da boa ou má nutrição, sendo esta última compreendida como desnutrição, sobrepeso, obesidade e deficiência de micronutrientes, as características dos sistemas alimentares representam elementos de extrema importância nesta discussão. A quantidade e a qualidade de alimentos consumidos são a chave para a redução conjunta da fome e da desnutrição, além de ser a área onde as transformações dos sistemas alimentares podem ter efeitos relevantes no campo da nutrição.

Nesta ótica, para o sucesso do objetivo 2 dos ODS, que visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável é importante que os países orientem seus esforços no desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis e sensíveis à nutrição. O box 04, organizado pela pesquisadora, aponta aspectos intrínsecos à concepção de dos referidos sistemas alimentares.

Box 04 - Sistemas Alimentares Sustentáveis e Sensíveis à Nutrição

De acordo com a FAO (2017), o aprimoramento das características e do funcionamento dos sistemas alimentares são fundamentais para a garantia de uma boa nutrição, a qual por sua vez, é a base para o desenvolvimento físico, cognitivo, o bem-estar, a boa saúde e a produtividade econômica, e principalmente o caminho para o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza.

Nesta direção, um sistema alimentar sustentável pode ser definido como aquele que fornece alimentos nutritivos e acessíveis para todos e no qual a gestão de recursos naturais preserve os ecossistemas com vistas ao atendimento não somente de necessidades humanas e sociais, mas também a entrega de produtos e serviços alimentares, econômicos, ambientais e nutricionais (FAO, 2017).

Por sua vez, os sistemas alimentares sensíveis são caracterizados em consonância com a FAO (2017), como aqueles que reconhecem e valorizam o papel da agricultura e da alimentação na nutrição e inserem a redução da desnutrição no interior de seus objetivos, buscando o aumento da disponibilidade de alimentos não apenas em termos de volume, como também de acessibilidade, diversidade, sustentabilidade e nutrição.

Diante das contribuições de ambos os sistemas alimentares na nutrição e particularmente na instituição de padrões alimentares, é possível afirmá-los enquanto a chave para o enfrentamento efetivo da fome e da desnutrição a nível mundial através da oferta variada e acessível de alimentos.

Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir do embasamento teórico da FAO (2017).

Diante do cenário de consumo e sistemas alimentares delineado, é possível indicar que a população participante desta etapa do estudo se encontra em situação de (in)segurança alimentar e nutricional, tendo em vista a dificuldade de acesso a alimentos vinculados a uma dieta saudável, como também a determinados serviços que compõem a cadeia da SAN, destacando a política pública de saúde.

Outro indicador analisado na construção do mapa de SAN concerne à prática de aproveitamento doméstico de sementes, cascas e demais partes dos alimentos no preparo de receitas, destacando a exposição dos resultados na tabela 11.

Tabela 11 - Prática de Aproveitamento dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF de Sementes, Cascas e Demais Partes dos Alimentos

Variável	F.a.	F.r.
Não	14	64%
Sim	8	36%
Total Geral	22	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

A partir da pesquisa, foi constatado o aproveitamento dos elementos supracitados de apenas 36% dos informantes, destacando a ausência desta prática em 64% dos grupos familiares referenciados ao estudo. No entendimento do MDS (2013), as ações educativas de SAN são necessárias para favorecer a reflexão das pessoas acerca da importância e do valor social da culinária, como recursos para contribuir com a alimentação saudável, incluindo neste contexto o conhecimento sobre o conjunto de possibilidades atreladas ao preparo e uso dos alimentos. O relato do informante 06 aborda uma das estratégias que podem ser adotadas pelas famílias na dinâmica de aproveitamento das sementes de alimentos.

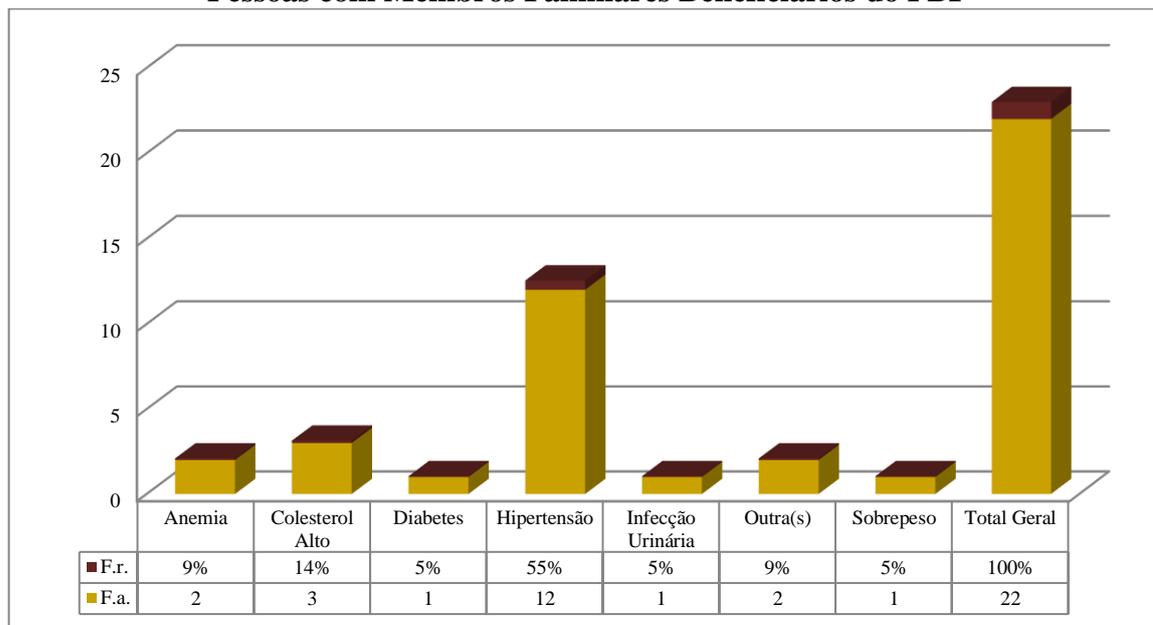
“Lá em casa eu uso a semente do jerimum para fazer farofa, meus filhos gostam e sempre pedem. Eu aprendi a fazer essa receita assistindo vídeos no youtube, minha vizinha que me deu a dica” (Informante 06).

Além dos recursos tecnológicos, as práticas de cultivo de alimentos no ambiente doméstico se apresentam como grandes aliadas no estabelecimento de conexões entre alimento e indivíduo. O plantio de temperos naturais e ervas aromáticas, por exemplo, atrai a atenção das famílias para o preparo de refeições mais saborosas, resultando positivamente na reunião e aproximação dos membros familiares para a organização da própria refeição e no ganho de vitaminas e minerais, tendo em vista a qualidade dos alimentos.

Outro ponto a ser elucidado, se relaciona à culinária enquanto prática emancipadora. O resgate do exercício de cozinhar em casa e com a família é salientado pelo MDS (2013) como um mecanismo de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, porquanto o momento da partilha de refeições à mesa proporciona o ouvir e o falar, e conseqüentemente favorece as relações familiares e comunitárias. A alimentação envolve, portanto, diferentes aspectos e valores culturais, sociais, econômicos, ambientais, afetivos e sensoriais.

As principais doenças/problemas de saúde presentes nas famílias vinculadas ao PBF também foram definidas como indicador de análise neste mapa de SAN, cujos resultados estão em destaque no gráfico 13.

Gráfico 13 - Principais Doenças/Problemas de Saúde dos Beneficiários e/ou de Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Dentre as doenças/problemas de saúde mais comuns nos grupos familiares em questão, se enfatizam a hipertensão com 55% e o colesterol alto com 14%. Segundo a ABRAND (2013), os alimentos ricos em açúcar, gordura e sal são mais baratos e acessíveis, e por esta razão o seu consumo é mais elevado. Como consequência desta realidade, se verifica o aumento de peso das pessoas e das doenças associadas a este processo.

Acrescentando o fator da dificuldade de acesso financeiro aos alimentos ao sedentarismo de parcela expressiva da população brasileira, a elevação nos casos de doenças crônicas em nosso país, como é o caso da hipertensão, é considerada uma das consequências da (in)segurança alimentar e nutricional (ABRAND, 2013).

Em conformidade com a FAO (2014), quando o organismo sofre faltas repetidas de energia alimentar, ocorrem adaptações metabólicas para suprir essa ausência, aumentando desta forma o risco de excesso de peso e de transtornos, tais como, a diabetes e a hipertensão. Nesta ótica, é relevante pontuar que a fome e o excesso de peso não são opostos. O não acesso ao alimento pode resultar tanto em deficiências nutricionais, como também pode culminar na condição nutricional demasiada, sendo fundamental o exercício da cautela na condução dos hábitos alimentares.

O último indicador incorporado à construção deste mapa de SAN está representado na percepção das famílias em foco a respeito de sua alimentação. Quando perguntados se consideram sua alimentação saudável, 82% dos informantes da pesquisa respondeu sim e 18% não. Diante do debate suscitado ao longo desta seção, compreende-se o sistema alimentar

como um processo abrangente, o qual envolve dentre outras variáveis, o acesso à água e à terra, os meios de produção, as formas de comercialização e distribuição de alimentos, a escolha e o consumo e até mesmo a destinação de resíduos sólidos.

Estes exemplos demonstram o quanto a alimentação é multideterminada, sendo de fundamental importância a articulação entre ações e políticas públicas capazes de promover o acesso de todos à alimentação regular e de qualidade. É necessário conceber as ações de SAN como amplas e dependentes da participação e do trabalho de diversos setores e atores sociais, com ênfase à assistência social. Por esta razão, a alimentação saudável não deve ser reduzida ao acesso diário às refeições, porquanto a concepção de saudável está além desse ato.

Frente ao mapa de SAN exposto, caracterizado pela realidade de famílias manauaras beneficiárias do PBF e atendidas no CECF Padre Pedro Vignola, é essencial ampliar a discussão para o campo da gestão e dos profissionais atuantes das políticas públicas em análise.

CAPÍTULO III

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MANAUS/AM: INTERSETORIALIDADE NA EFETIVAÇÃO DO DHAA

Em conformidade com Couto (2014), a ação articulada e integrada entre a política pública de assistência social e outras políticas intersetoriais, dentre estas, a PNSAN (2010), por meio da associação entre benefícios e serviços socioassistenciais, são princípios norteadores das ações do SUAS, no sentido da proteção, promoção da autonomia e protagonismo social de seus usuários.

Neste contexto, a integração entre o SUAS e o SISAN, instituído por meio da LOSAN (2006), se viabiliza através das relações no território, onde se agregam esforços e estratégias para o enfrentamento das situações de fome e (in)segurança alimentar e nutricional, com vistas à garantia do DHAA.

Um importante aspecto a ser evidenciado na esteira do debate entre as políticas públicas de assistência social e de SAN, diz respeito à transversalidade e à proposta de sustentabilidade nelas presente, no entanto, em função do fortalecimento da proposta do desenvolvimento sustentável, compreendido sob o viés da conciliação do capitalismo com o discurso de defesa do meio ambiente, muitas vezes em detrimento da sustentabilidade, pautada no ecodesenvolvimento, se verificam muitas lacunas, especialmente nos pilares social e econômico.

Neste contexto, o último capítulo desta dissertação foi dedicado à discussão do trabalho social da SAN no CECF Padre Pedro Vignola junto aos beneficiários do PBF, à intersectorialidade entre ambas as políticas públicas na garantia do DHAA, assim como à demonstração dos limites e possibilidades na efetivação do DHAA na lógica da assistência social em Manaus/AM.

3.1. Trabalho Social da Segurança Alimentar e Nutricional nos Centros Estaduais de Convivência da Família (CECFs) de Manaus/AM junto aos Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF)

As reflexões fomentadas pelo mapa de SAN, construído mediante pesquisa junto a 22 (vinte e dois) beneficiários e/ou pessoas com membros familiares referenciados ao PBF atendidos no CECF Padre Pedro Vignola, propiciaram para além do conhecimento sobre as condições alimentares do referido público, a identificação de indicadores sociais e econômicos articulados ao debate.

Nesta direção, como forma de compreender a articulação entre as políticas públicas de SAN e de assistência social na efetivação do DHAA, demonstrar-se-ão as principais ações desenvolvidas neste campo no equipamento socioassistencial supracitado. Ressalta-se que a coleta de dados para esta etapa da pesquisa, foi executada junto aos profissionais atuantes na gestão e execução estadual da política pública de assistência social, administrada pela SEAS, os quais representam o grupo 02 do estudo. A organização deste processo consta na tabela 12.

Tabela 12 - Organização da Etapa de Campo Junto ao Grupo 02 da Pesquisa

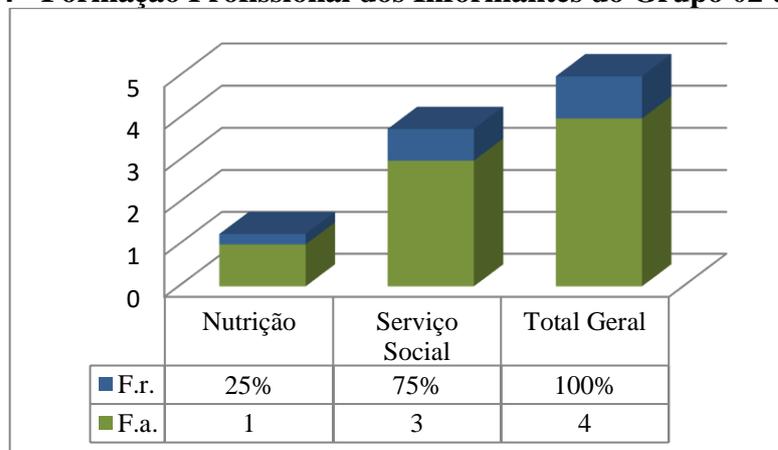
Objetivo	Instrumental	Público-Alvo	Total de Informantes
Identificar os indicadores de trabalho social e intersectorialidade vinculados à garantia do DHAA em Manaus/AM	Roteiro de Entrevista Semiestruturada	Gerência Estadual de SAN (GSAN), Gerência Estadual do CadÚnico e PBF e Equipe Técnica do CECF Padre Pedro Vignola	04 (quatro)

Fonte: Projeto de Pesquisa apresentado na qualificação, 2019. Organizado pela pesquisadora.

A partir da aplicação do roteiro de entrevista semiestruturada, devidamente aprovado pelo CEP/UFAM, foi possível analisar além dos indicadores do trabalho social e intersectorialidade entre a SAN e assistência social, algumas variáveis relevantes sobre o perfil dos profissionais em destaque, as quais inicialmente serão evidenciadas no intuito de qualificar o estudo.

A primeira seção do referido instrumental de pesquisa foi destinada à identificação dos profissionais por meio dos seguintes itens: formação profissional, função na instituição, tempo que ocupa a função e vínculo institucional. As informações acerca da formação profissional estão contempladas no gráfico 14.

Gráfico 14 - Formação Profissional dos Informantes do Grupo 02 da Pesquisa



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

De acordo com os resultados expostos no gráfico acima, 75% do público analisado possui formação em Serviço Social e 25% em Nutrição, indicadores que revelam o quanto os

assistentes sociais têm sido incorporados às políticas públicas pautadas na garantia de direitos básicos da população, como é o caso do DHAA.

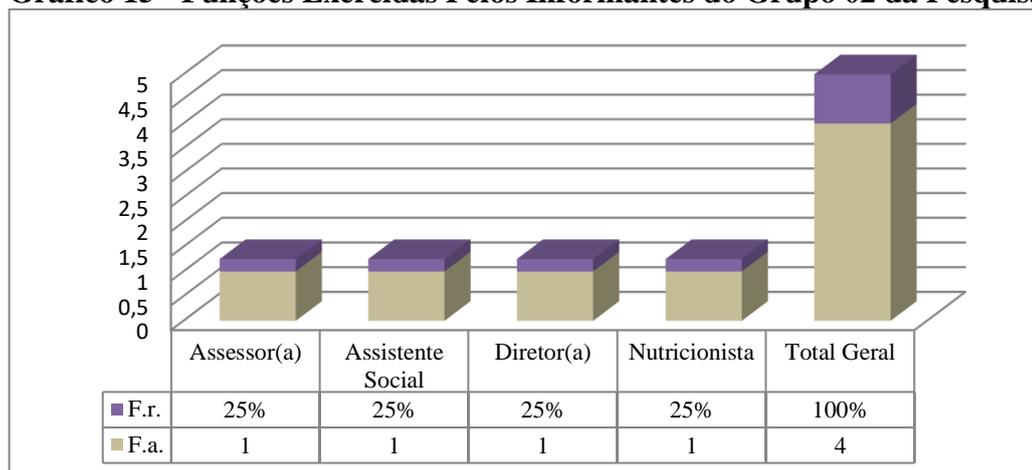
Segundo Bellini (2014), o conjunto de práticas e estudos sobre a intersetorialidade, caracteriza dentre outras questões, campos de intervenção de diferentes áreas do conhecimento e categorias profissionais, entre elas, o Serviço Social. Nesta perspectiva, as políticas sociais representam espaços de trabalho e de fomento propícios ao aprofundamento de conhecimentos da realidade social.

Para Raichelis (2010), embora a política pública de assistência social seja reconhecida como um campo de trabalho multiprofissional e interdisciplinar, historicamente esta tem se constituído como um dos principais espaços de atuação e mediação do exercício profissional dos assistentes sociais, os quais são identificados enquanto profissionais de referência desta política.

No entendimento da referida autora, a implantação do SUAS além de ampliar as possibilidades de trabalho dos novos espaços ocupacionais, como os CRAS, CREAS e Centros de Convivência, demanda o desenvolvimento de novas habilidades e competências para a gestão pública nos âmbitos da assessoria, planejamento, avaliação, monitoramento e principalmente da intersetorialidade entre as políticas públicas, enfatizando as vinculadas ao Sistema de Proteção Social. Em termos objetivos, as demandas profissionais emergentes, desafiam os assistentes sociais a formular mediações teóricas, técnicas, éticas, políticas e críticas diante do caráter burocrático, focalizado e administrativo intrínseco às políticas sociais brasileiras.

O segundo indicador introduzido à discussão do perfil dos profissionais em questão, corresponde às funções exercidas por estes na instituição na qual estão vinculados. Os resultados desta variável se encontram no gráfico 15.

Gráfico 15 - Funções Exercidas Pelos Informantes do Grupo 02 da Pesquisa



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Os resultados obtidos nesta questão demonstram que 25% dos informantes do grupo 02 da pesquisa exerce a função de assessor(a), 25% de assistente social, 25% de diretor(a) e 25% de nutricionista. Embora as informações do gráfico 15 apontem para a presença de apenas 01 (um) profissional exercendo efetivamente a função de assistente social, é importante ressaltar a identificação de 03 (três) profissionais no âmbito do Serviço Social, os quais exercem outras funções, estando estas interligadas à gestão, assessoria e diretoria.

A dinâmica de trabalho adotada pela política pública de assistência social a nível estadual atende dentre outros instrumentos legais, as previsões da Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, a qual dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. O art.4º da legislação em pauta situa como uma das competências deste profissional, a prestação de assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.

Nesta ótica, cabe enfatizar as competências profissionais do assistente social, as quais para além da oferta de orientações, elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas sociais, compreendem o segmento da assessoria, haja vista a capacidade, conhecimento e habilidade técnica deste profissional.

Quanto ao tempo em que os profissionais exercem as funções apresentadas no gráfico 15, é possível evidenciar até o período de realização das entrevistas, o período máximo de 01 (um) ano, conforme ilustrado na tabela 13.

Tabela 13 - Tempo que os Profissionais do Grupo 02 da Pesquisa Exercem suas Funções

Variável	F.a.	F.r.
0 a 06 meses	1	25%
06 meses a 01 ano	3	75%
Total Geral	4	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Os resultados demonstrados na tabela 12 elucidam dentre outros fatores, a recente vinculação dos profissionais participantes da pesquisa, às funções identificadas, situação possivelmente ocasionada em decorrência da mudança de gestão no governo estadual em 2019. Por outro lado, não se pode escamotear o cenário de rotatividade de profissionais no âmbito da política pública de assistência social.

Esta realidade pode ser problematizada no contexto da cidade de Manaus/AM, a partir dos resultados alcançados pela pesquisa em relação ao vínculo institucional dos profissionais em destaque. Quando perguntados sobre o seu vínculo de trabalho junto à SEAS, 100% dos sujeitos informou ser comissionado(a).

Tendo como alicerce desta discussão a NOB-RH/SUAS (2006), se ressalta em primeiro lugar a constituição das equipes de referência do SUAS por profissionais responsáveis pela gestão territorial, organização dos serviços de acordo com os níveis de proteção e atendimento prioritário das famílias, considerando a matricialidade sociofamiliar prevista na PNAS (2004).

Em segundo lugar, dentre as determinações da legislação supracitada, consta que as equipes de referência do SUAS devem ser compostas por servidores públicos efetivos. A baixa rotatividade de profissionais é fundamental no campo da política pública de assistência social e políticas afins, como é o caso da SAN, pois garante a continuidade, qualidade e efetividade das ações, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

No entendimento da NOB-RH/SUAS (2006), os trabalhadores simbolizam a principal tecnologia da política pública de assistência social, sendo fundamental a intervenção de profissionais qualificados, comprometidos, valorizados e adequadamente remunerados para o fortalecimento da rede de proteção social.

Os resultados identificados durante a etapa de campo representam, portanto, um alerta para o governo estadual, no sentido de repensar o atual sistema de ingresso no serviço público, postura que perpassa dentre tantas questões, a problematização das seguintes situações: Como garantir o caráter continuado do trabalho da assistência social a nível estadual? As atuais condições de trabalho favorecem o exercício da matricialidade sociofamiliar? A intersetorialidade tem sido incorporada ao trabalho da política pública estadual de assistência social?

A resposta a essas e tantas outras inquietações pode estar inicialmente, na realização de concursos públicos não somente na esfera estadual, mas em todos os níveis de governo, tendo em vista a perspectiva de compartilhamento de responsabilidades entre os entes federados.

A partir das reflexões em torno do perfil dos profissionais vinculados à política pública de assistência social em Manaus/AM, far-se-á a análise do trabalho social da SAN desenvolvido no CECF Padre Pedro Vignola, tendo como base as informações transmitidas pelos trabalhadores participantes da pesquisa.

Como forma de favorecer o entendimento acerca das ações desenvolvidas, é essencial esclarecer o conceito de trabalho social no âmbito do SUAS, o qual em linhas gerais, depende de um investimento e uma predisposição de profissionais de diferentes áreas, os quais através do trabalho coletivo e articulado, contribuem para a superação das situações de vulnerabilidades e riscos sociais, com destaque à (in)segurança alimentar e nutricional, e para

o fortalecimento das potencialidades das famílias atendidas nos serviços socioassistenciais (MDS, 2009).

Diante da ampla concepção a respeito do trabalho social, os entrevistados relataram as principais atividades desenvolvidas de modo articulado no campo da SAN e da assistência social, considerando a perspectiva de intersetorialidade prevista em ambas as políticas. Quando perguntados sobre o trabalho social executado, os 02 (dois) profissionais atuantes na GSAN e na Gerência Estadual do CadÚnico e PBF respectivamente, sinalizaram as seguintes atividades:

- ✚ Atendimentos e orientações;
- ✚ Elaboração de relatórios e/ou prontuários;
- ✚ Palestras socioeducativas;
- ✚ E acompanhamento e apoio técnico às gestões, equipes técnicas e conselheiros da assistência social dos 62 (sessenta e dois) municípios do Estado do Amazonas.

Tendo em vista o destaque dos informantes em questão ao trabalho de acompanhamento e apoio técnico aos municípios, pontua-se que a referida atividade está ancorada no disposto na NOB/SUAS (2012), a qual estabelece o cumprimento de responsabilidades dos entes federados, dentre estas, se encontra a oferta de assessoria e apoio técnico. Conforme relato do informante 23, a SEAS possui um cronograma de visitas técnicas aos municípios, incluindo a capital, o qual contempla momentos de orientações técnicas e o compartilhamento de conhecimentos.

“O processo de apoio técnico permite além do alinhamento de informações e procedimentos, o conhecimento da realidade dos usuários da política. A realização da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nos CECFs de Manaus, por exemplo, demonstra o quanto a população e também os profissionais de ponta carecem de informações e isso se dá pelo apoio técnico” (Informante 23).

A constatação da utilização da modalidade do acompanhamento e apoio técnico como estratégia de disseminação de informações sobre a EAN para usuários e profissionais da assistência social, reforça a importância da atuação conjunta entre as políticas públicas em análise, no sentido de fortalecer o DHAA, bem como o entendimento acerca das dimensões intrínsecas ao trabalho social com famílias.

Segundo o MDS (2020), a EAN se configura como um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, considerando a realização do DHAA e da SAN.

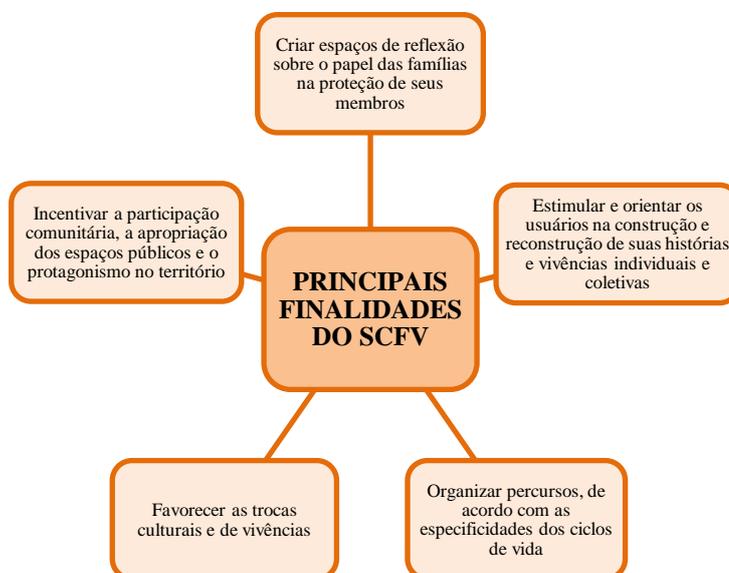
Nesta direção, o principal objetivo da GSAN/SEAS consoante os resultados da pesquisa, é desenvolver ações de SAN no intuito de garantir o DHAA da população amazonense, por meio da intersectorialidade entre as políticas públicas afetas aos princípios desta pasta, com ênfase à assistência social.

Dada a amplitude do trabalho da GSAN/SEAS no contexto da política pública de assistência social, os profissionais entrevistados foram perguntados sobre os principais mecanismos utilizados na multiplicação de orientações de SAN no CECF Padre Pedro Vignola, destacando que 100% dos informantes da pesquisa indicaram os grupos de convivência como a principal modalidade de alcance ao público.

“As principais demandas atendidas aqui no Centro são situações de vínculos fragilizados ou rompidos, e os casos de depressão. Pensando em qualificar o acompanhamento desses casos, a equipe multiprofissional organizou grupos de convivência, que visam contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (Informante 26).

De acordo com as informações apresentadas, uma das alternativas desenvolvidas pela equipe multiprofissional do equipamento socioassistencial em pauta diz respeito à oferta de grupos de convivência para diferentes faixas etárias, os quais em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), representam o alicerce do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). As principais finalidades do SCFV do SCFV estão ilustradas no smart 06.

Smart 06 - Principais Finalidades do SCFV



Fonte: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009). Elaborado pela pesquisadora.

Nesta ótica, o trabalho executado no CECF Padre Pedro Vignola no âmbito dos grupos de convivência está alinhado às recomendações legais da política pública de assistência social, além de apresentar características intersetoriais, haja vista a utilização destes espaços para a disseminação e fortalecimento das ações de EAN.

No momento da entrevista, o informante 26 destacou ainda que o CECF analisado possui 02 (dois) grupos de convivência, denominados “Convivência com Alegria”, ofertado para pessoas na faixa etária de 17 (dezessete) a 30 (trinta) anos e “Exercitando a Memória”, ofertado para pessoas a partir de 60 (sessenta) anos. Uma das questões apontadas no ato da pesquisa com relação aos grupos de convivência está relacionada à intensa participação de idosos nos encontros dos grupos evidenciados, motivo pelo qual foi criado um grupo específico para atender este público de forma contínua.

Este indicador vai de encontro aos resultados alcançados na dimensão idade dos beneficiários e/ou pessoas com membros familiares beneficiários do PBF referenciados ao CECF Padre Pedro Vignola, os quais demonstraram no capítulo anterior que 36% deste público se encontra na faixa etária a partir de 60 (sessenta) anos. Constatou-se, portanto, uma justificativa coerente para a presença constante de pessoas idosas na instituição pesquisada, pois além deste CECF concentrar um conjunto de serviços socioassistenciais, a população desta faixa etária se sente acolhida e valorizada pelo grupo de convivência.

À vista da importância dos referidos grupos no processo de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e da instituição do trabalho social da SAN no CECF em questão a partir destes, a oferta de atividades centralizadas nas famílias também é compreendida como um direito social articulado à efetivação do DHAA, considerando um dos artigos da Carta Magna (1988).

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à **alimentação**, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à **convivência familiar e comunitária**, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, grifo nosso).

Diante da articulação entre a SAN e a convivência familiar e comunitária no contexto da garantia de direitos sociais essenciais para a qualidade de vida da população, os profissionais entrevistados foram perguntados sobre as principais atividades de EAN executadas nos grupos de convivência do CECF Padre Pedro Vignola. Dentre as ações citadas merecem destaque:

- ✚ Palestras socioeducativas sobre os cuidados com a alimentação nas diferentes faixas etárias;
- ✚ Oficinas práticas de manipulação e aproveitamento de alimentos, as quais contam dentre outras com a parceria do Mesa Brasil;
- ✚ E rodas de conversas que abordam o processo de higiene com os alimentos, a influência da mídia em torno da escolha alimentar, os malefícios no consumo de alimentos industrializados, dentre outras temáticas.

No entendimento do informante 23, a realização das ações de EAN no espaço dos grupos de convivência tem contribuído de modo relevante para o esclarecimento de questões pertinentes ao DHAA, assim como para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários do público referenciado aos CECFs de Manaus/AM, situação que exige o constante aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido, tendo em vista a confiança depositada pelas famílias nos profissionais de referência.

“Quando cheguei na SEAS percebi o quanto a GSAN estava afastada do trabalho da assistência social, prova disso é que muitos profissionais da própria sede não sabiam da existência dessa gerência e muito menos da nossa missão enquanto política intersetorial. Hoje, depois de muitas reuniões, orientações e articulações técnicas, a GSAN enfim foi incorporada ao apoio técnico por meio do cronograma de visitas aos equipamentos socioassistenciais da capital e do interior do Estado, e aos poucos estamos fortalecendo a proposta de parceria trazida pela política de SAN” (Informante 23).

Face ao relato do informante 23, são identificadas algumas dificuldades enfrentadas pela GSAN/SEAS no processo de instituição e articulação do trabalho da SAN no contexto da política pública de assistência social. Além do desafio de visibilizar a pasta na qual atuam, os profissionais assumiram o compromisso de executar a perspectiva intersetorial presente na política e hoje estão inclusos nas ações de acompanhamento e apoio técnico.

Mesmo diante das conquistas da GSAN a nível estadual deve-se ressaltar que a proposta de desenvolvimento da EAN se configura num caminho repleto de transformações inerentes às práticas profissionais e à organização do trabalho. Para Albino e Santos (2016), uma das ferramentas utilizadas para garantir o exercício da EAN nos serviços socioassistenciais está concentrada na capacitação contínua dos profissionais atuantes no SUAS, enfatizando os responsáveis pela execução do trabalho social com famílias.

Esta medida deve ser adotada porque segundo as autoras, a PNSAN (2010) não se caracteriza como um campo exclusivo dos profissionais de nutrição, ao contrário, pela sua particularidade intersetorial e multiprofissional, deve envolver os conhecimentos e

habilidades técnicas de diversas áreas, no sentido de complementar e qualificar as ações de EAN.

Partindo do entendimento da SAN na condição de direito humano e social, bem como dos resultados alcançados com a pesquisa, se pontua a necessidade de descentralização no trabalho realizado pela GSAN/SEAS, considerando o fato de as ações de SAN nos CECFs e demais unidades referenciadas à política pública estadual de assistência social ocorrerem somente mediante o planejamento e participação da referida Gerência.

É primordial compreender as políticas públicas em análise de forma dinâmica, o que exige o esforço conjunto de trabalhadores e gestores na implementação dos objetivos nelas propostos. A discussão direcionada e qualificada da SAN, demonstra o quanto os profissionais de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Nutrição e demais categorias vinculadas ao SUAS, podem e devem colaborar com a disseminação do trabalho conjunto das referidas políticas.

O atendimento simultâneo aos princípios da intersetorialidade, descentralização e multiprofissionalização configura um grande desafio para o Brasil e o Amazonas, porém, se alcançado, representa um passo primordial no processo de consolidação do DHAA.

3.2. Política Pública de Assistência Social no Campo da Segurança Alimentar e Nutricional em Manaus/AM: Intersetorialidade na Garantia do DHAA

As reflexões promovidas ao longo deste estudo caracterizam a SAN enquanto política, temática e objetivo essencialmente intersetorial. Esta afirmação remete ao entendimento da participação social e profissional, por meio do desenvolvimento de ações para a sua promoção, de todos os grupos a ela articulados.

Dada a amplitude desta proposta, importa pontuar que este princípio não se desenha como uma simples execução. A intersetorialidade deve ser concebida como um conjunto articulado de diversos setores, incluindo governo e sociedade civil, bem como na condição de elemento fundamental para o êxito da política pública de SAN (ABRAND, 2013).

Com base na perspectiva de Sorrentino (2005) acerca do conceito de política, compreendida enquanto o movimento definidor de limites na sociedade, ou seja, do bem comum, far-se-á nesta seção o debate em torno da política pública de assistência social no campo da SAN em Manaus/AM, tendo como finalidade a identificação do processo de intersetorialidade na garantia do DHAA.

Para a execução desta análise, foram elencados com base na perspectiva de sustentabilidade, 04 (quatro) indicadores a partir do roteiro de entrevista semiestruturada, quais sejam:

- ✚ Quantitativo de profissionais atuantes nas políticas públicas em questão;
- ✚ Entendimento dos profissionais sobre a SAN;
- ✚ Participação dos profissionais em atividades voltadas a SAN;
- ✚ E compreensão dos profissionais acerca da articulação entre as políticas públicas de assistência social e de SAN.

Ao serem perguntados se o quantitativo atual de profissionais é suficiente para suprir todas as demandas relacionadas à assistência social e à SAN, 100% dos entrevistados, o equivalente a 04 (quatro) informantes, responderam não.

Para o informante 23, faz-se necessária a contratação de mais assistentes sociais e nutricionistas com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais. O posicionamento deste informante chama a atenção para um fator a ser discutido, representado na carga horária do profissional de Serviço Social. Desde a atualização da Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social em 2010, a jornada de trabalho deste profissional foi definida em 30 (trinta) horas semanais.

Neste sentido, vale salientar o quanto a categoria profissional precisa ser fortalecida, especialmente no setor público, o qual de acordo com Iamamoto (2009) simboliza o maior campo de empregabilidade do assistente social no Brasil, sendo imprescindível a garantia de condições dignas de trabalho a este profissional. Entende-se, portanto, que a elevação da carga horária de trabalho do assistente social além de violar um direito, não garante o atendimento de todas as demandas das políticas públicas investigadas, ao contrário, fragiliza dentre outros, o aspecto intersetorial.

Para o informante 24, a realização de concurso público na política de assistência social é algo emergencial para o aprimoramento do trabalho intersetorial realizado. Ainda na concepção do referido informante, o fato de a assistência social concentrar um quantitativo elevado de profissionais ocupantes de cargos comissionados, reflete um empecilho à evolução da política, pois o caráter continuado das ações é comprometido.

A leitura do informante 24 vai de encontro aos resultados acerca dos vínculos institucionais anteriormente apresentados. A pesquisa revelou que 100% dos profissionais entrevistados ocupam cargos comissionados e por este motivo, se reforçou a essencialidade de mobilização estatal para a execução de concurso público. O relato em evidência aponta a preocupação profissional sobre esta questão, haja vista a indicação do convívio com situações

de retrocessos na política, sendo relevante a análise comprometida da gestão em torno deste indicador.

Segundo o informante 25, em função do conjunto de atividades executadas pela SEAS, hoje o quantitativo é insuficiente. Salienta-se novamente a característica dinâmica, intersetorial, descentralizada e multiprofissional de ambas as políticas públicas estudadas na ótica da sustentabilidade. Tal configuração exige uma base de profissionais sólida para o cumprimento dos objetivos propostos, destacando a importância de profissionais de diversas áreas e em quantidade suficiente para o desenvolvimento das ações propostas.

Na leitura do informante 26, em decorrência do quantitativo reduzido de profissionais, ocorre o acúmulo de funções. Este cenário é desenhado conforme Iamamoto (2012), como consequência da reestruturação tecnológica e organizacional das empresas e dos organismos estatais, os quais impulsionam o redimensionamento do trabalho e das funções desempenhadas, interferindo inclusive nas rotinas profissionais.

Ainda em conformidade com a autora supracitada, os assistentes sociais sofrem diretamente os efeitos da intensificação do trabalho, da focalização das políticas públicas, das exigências de requalificação da força de trabalho e da polivalência. O retrato do acúmulo de funções verbalizado pelo informante 26, pode ser explicado ainda em decorrência da ausência de profissionais de Psicologia na unidade socioassistencial em questão, pois sem este importante profissional, os assistentes sociais atuam sozinhos na execução do trabalho social com famílias, especialmente nas dimensões do atendimento e acompanhamento.

É relevante salientar que a efetivação da perspectiva intersetorial presente na PNSAN (2010) e na PNAS (2004), pautada nos princípios da sustentabilidade, demanda dentre outros fatores, a presença efetiva de diversas categorias profissionais em quantitativo adequado, como também condições de trabalho favoráveis ao desenvolvimento de ações, serviços, programas e projetos pautados na garantia de direitos, com destaque ao DHAA. Neste contexto, a pesquisa demonstra o quanto é necessário avançar.

O segundo indicador articulado à análise da intersetorialidade entre as políticas públicas pesquisadas, corresponde ao entendimento dos profissionais participantes do estudo a respeito da SAN, haja vista a instituição de uma gerência específica para trabalhar as demandas desta pasta na SEAS. O quadro 08, organizado pela pesquisadora por meio da técnica de análise de conteúdo discutida por Bardin (2006), apresenta as sínteses das falas dos sujeitos sobre esta questão.

Quadro 08 - Entendimento dos Profissionais sobre a SAN

Categoria	Subcategoria	Fala dos Entrevistados
Entendimento dos Profissionais sobre a SAN	Intersetorialidade e Participação	A SAN é uma estratégia que compõe um conjunto de ações intersetoriais e participativas, que vai desde o plantio até a oferta de alimentos às famílias. Eu compreendo essa pasta como uma política pública intersetorial que atua no âmbito da alimentação e nutrição, auxiliando nas estratégias de políticas complementares. De forma geral ela representa a garantia de um direito básico.
	Alimentação como Elemento Primordial	A alimentação é um elemento primordial para o ser humano, o qual interfere no desenvolvimento físico, mental, social e intelectual.
	Garantia da Qualidade de Vida	Na minha concepção, esta política pública é extremamente relevante e está articulada à garantia da qualidade de vida, ao bem-estar e aos direitos sociais.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Os fragmentos das entrevistas expostos no quadro 08, indicam percepções diferentes e complementares em torno da SAN, deste modo, como forma de qualificar a reflexão proposta nesta seção, serão tecidas considerações a partir das respostas dos 04 (quatro) informantes.

Conforme ilustrado no quadro 08, as falas dos informantes 23 e 24, atribuíram destaque à intersetorialidade. É válido enfatizar inicialmente a própria determinação da PNSAN (2010), quanto às responsabilidades dos órgãos e entidades da União integrantes do SISAN, incluindo a assistência social, a qual reconhecidamente atua na elaboração, execução, monitoramento e avaliação de ações, serviços, programas, projetos e benefícios intersetoriais ancorados na efetivação do DHAA.

Frente a esta disposição legal, é possível verificar avanços no desenvolvimento da política estadual de SAN, considerando o conhecimento dos profissionais acerca do caráter intersetorial desta. Por outro lado, não se pode descartar a exigência de ampliação e aprimoramento desta visão, tanto no campo profissional como em nível de gestão. Tal afirmação está articulada a uma das previsões contidas na própria PESAN (2010), que aponta como um dos princípios base para a execução do SESAN, o estímulo ao desenvolvimento da pesquisa e à capacitação de recursos humanos.

Na visão de Bellini e Faler (2014), a intersetorialidade remete a urgência em adensar o conhecimento, criar estratégias para a motivação e comprometimento de gestores e trabalhadores de diversas políticas e propor novas possibilidades de intervenção junto às famílias usuárias dos sistemas públicos. O sentido amplo da intersetorialidade evidenciado pelas autoras envolve, portanto, as mais variadas etapas e processos de trabalho das políticas públicas. Para Mioto e Nogueira (2006), p. 276-277, a intersetorialidade é compreendida como

um processo de desenvolvimento de uma postura profissional que viabiliza um olhar ampliado das especificidades, que se conjugam no âmbito das profissões através de equipes multiprofissionais, visando integrar saberes e práticas voltadas à construção de novas possibilidades de pensar e agir.

O resgate das legislações nacional e estadual, bem como das contribuições teóricas a respeito da intersetorialidade, reforçam o papel de destaque assumido por trabalhadores e gestores de políticas públicas vinculadas a este princípio. Diante dos resultados da pesquisa se realça a existência de compreensão de parte dos profissionais entrevistados sobre a dimensão da intersetorialidade, todavia, é fundamental avançar ainda mais, no sentido de expandir e qualificar o seu entendimento e a efetividade na implementação das políticas públicas.

No tocante à fala do entrevistado 25, o destaque diz respeito à compreensão da alimentação na figura de um elemento primordial para o ser humano, perspectiva que vai de encontro à teoria das necessidades, de Abraham Maslow. De acordo com o referido teórico, o fator fisiológico ocupa a base da pirâmide das necessidades, incluindo neste contexto o acesso do ser humano à água e à alimentação como pressuposto à garantia das demais dimensões do seu desenvolvimento. Dito isto, se pontua a alimentação além de participante do processo de manutenção da vida humana, como mecanismo de efetivação dos demais direitos sociais fundamentais, tais como, saúde, educação, segurança, lazer, trabalho e assistência social.

Com relação à fala do entrevistado 26, verifica-se o entendimento da política pública de SAN enquanto promotora de bem-estar, qualidade de vida e direitos sociais. É relevante destacar o papel da SAN no combate a todas as situações vinculadas à fome e à (in)segurança alimentar e nutricional. Esta característica determina a sua face intersetorial, fazendo-a compartilhar dos mesmos objetivos de um conjunto de políticas públicas, como é o caso da PNAS (2004).

Mesmo diante de todos os avanços trazidos pela política pública de SAN e demais pastas afetas ao seu perfil, é necessário pontuar o quanto o alcance dos objetivos por ela propostos representa um desafio no território nacional e local. Dentre tantos empecilhos, a operacionalização da referida política pública na perspectiva da sustentabilidade, de acordo com o previsto nos instrumentos legais configura-se ao lado da intersetorialidade como um dos mais complexos. Por esta razão, é essencial discutir o processo de oferta da política, pois a dinâmica da realidade demonstra os verdadeiros anseios da população demandatária.

Outro importante indicador utilizado no debate da intersetorialidade entre as políticas públicas em evidência se refere à participação dos profissionais na instituição na qual atuam em atividades voltadas à promoção da SAN. Os resultados revelam que 100% dos

entrevistados afirmam ter participado de eventos e/ou ações de SAN no local de trabalho. Em contrapartida, quando perguntados sobre as modalidades e temáticas das atividades das quais fizeram parte, somente 01 (um) informante realizou a descrição deste processo.

“Eu já participei de várias ações da segurança alimentar, dentre estas posso destacar a oficina sabor e cor, realizada nas nossas unidades, e as atividades celebradas na semana mundial da alimentação” (Informante 26).

O indicador de participação dos profissionais em atividades afetas à SAN, foi incluído na análise em função da viabilidade de identificação de fatores relacionados à intersectorialidade e ao atendimento dos objetivos previstos na Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP-SUAS/2013).

Tendo como objetivo geral institucionalizar no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica e a cultura da educação permanente, a referida legislação tem sido atendida no contexto de trabalho articulado entre assistência social e SAN em Manaus/AM, considerando a execução de atividades neste sentido.

É importante frisar a ampliação deste processo como tarefa imprescindível de gestores e trabalhadores de ambas as políticas públicas, enfatizando o significado da participação em eventos e/ou ações de SAN, entretanto, esta não deve ser centralizada em determinadas categorias profissionais e/ou cargos, nem reduzida a ações de caráter não continuado.

É preciso compreender e incluir a PNEP/SUAS (2013), na ótica da intersectorialidade das políticas públicas que comungam dos mesmos objetivos da SAN, tais como, a assistência social. Este mecanismo, embora tido como complexo, pode representar uma das principais alternativas de superação da fragmentação das políticas, partindo do princípio do diálogo entre os seus executores e gestores. Em termos objetivos, a prática intersectorial impõe vontade e decisão política dos agentes públicos (BREDOW E DRAVANZ, 2010).

De modo a identificar o nível de vontade e decisão política dos atores envolvidos no processo de intersectorialidade entre assistência social e SAN na cidade de Manaus/AM, os profissionais participantes da pesquisa foram perguntados sobre a forma como concebem esta articulação. As falas dos informantes foram analisadas por intermédio da técnica de análise de conteúdo e estão organizadas no quadro 09.

Quadro 09 - Compreensão dos Profissionais acerca da Intersetorialidade entre a Assistência Social e a SAN

Categoria	Subcategoria	Falas dos Informantes
Compreensão dos Profissionais acerca da Intersetorialidade entre a Assistência Social e a SAN	Políticas Públicas Articuladas	<p>As duas políticas públicas em articulação com a saúde, educação, segurança e outras, representam instrumentos de superação de vulnerabilidades sociais.</p> <p>No meu ponto de vista a articulação está no fato das políticas primarem pelo desenvolvimento humano e social.</p> <p>A articulação entre essas políticas públicas é fundamental para o alcance dos objetivos propostos, pois a erradicação da pobreza, que também envolve a fome exige um conjunto de ações do Estado. Além disso, eu entendo que a assistência social sozinha não é capaz de enfrentar essa problemática.</p>
	Erradicação da Pobreza	Compreendo aqui duas políticas públicas em ascendência, tanto a assistência social, como a segurança alimentar, que de forma conjunta atuam no alcance da erradicação da pobreza e consequentemente da fome, ainda marcante em nosso Estado.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Em linhas gerais, o entendimento dos profissionais participantes da pesquisa está concentrado no papel assumido pelas políticas públicas em análise no processo de garantia de direitos sociais e erradicação da pobreza, os quais perpassam pela dinâmica da intersetorialidade.

Na visão de Bellini e Faler (2014), é de suma importância o reconhecimento da necessidade de interconexão entre as políticas sociais, pois tal concepção atribui centralidade ao Sistema de Proteção Social em seu sentido mais amplo. Constatou-se a partir das falas dos informantes 23, 24 e 25, a atenção quanto ao elemento intersetorial, o qual além de orientar posturas profissionais integradas, tende a reforçar a construção de novas governanças na gestão de políticas públicas.

O mérito da intersetorialidade entre a assistência social e a SAN se justifica ainda pelo fato de caracterizar um aspecto fundamental para o atendimento, respeito e efetivação dos direitos de cidadania de cada brasileiro. Incorporando esta perspectiva às dimensões da sustentabilidade e ao cenário amazonense, se pontua que a realização e o sucesso deste princípio também englobam o reconhecimento sobre os diferentes modos econômicos, culturas, crenças, condições de trabalho, dentre tantas outras especificidades, haja vista o caráter dinâmico deste processo.

Isto porque, no entendimento de Guimarães (2001), a articulação das dimensões da sustentabilidade ao contexto de decisões políticas e econômicas, reflete na contemporaneidade um fator crucial, destacando a partir do atendimento a esta proposta de desenvolvimento, a possibilidade de construção de uma sociedade culturalmente sustentável quanto à manutenção

de valores, práticas e símbolos identitários, os quais podem e devem incorporar a prática intersetorial das políticas públicas, favorecendo diálogo.

Outra questão a ser verbalizada, vai de encontro ao relato do informante 25, o qual chama a atenção para o apoio das demais políticas públicas no enfrentamento da pobreza e da fome. Segundo Bellini e Faler (2014), a intersetorialidade entre as políticas se faz necessária em razão de uma só pasta não dispor de mecanismos suficientes para responder a todas as demandas da população mais vulnerável, demandante de modo particular do aporte e proteção do Estado.

Nesta perspectiva, Cavalcanti (2002) salienta como um dos grandes desafios da gestão pública brasileira, a erradicação da pobreza aliada à utilização qualitativa dos recursos naturais, o qual impreterivelmente deve compor as discussões do processo de elaboração e execução das políticas pautadas na promoção do desenvolvimento humano e social, no qual a SAN, na figura do DHAA, está inclusa.

A intersetorialidade, vinculada por Bellini e Faler (2014) à interdisciplinaridade, tem na sua base os elementos de um projeto societário justo e igualitário, característica que permite a vinculação com o paradigma da sustentabilidade. Diante da pesquisa, se verificou nos relatos dos informantes, a compreensão e execução do trabalho da assistência social e da SAN na ótica intersetorial, no entanto, é necessário entender e fortalecer tal dinâmica no âmbito da gestão, pois de forma isolada, os profissionais se deparam com uma série de empecilhos postos à efetivação deste processo.

O movimento em torno da garantia do DHAA na cidade de Manaus/AM por meio da intersetorialidade e sustentabilidade das políticas públicas em pauta deve priorizar as pessoas, as comunidades e as suas necessidades, as quais na maioria das vezes não são as mesmas do mercado. A humanização associada ao princípio intersetorial, configuram estratégias de garantia do DHAA neste território, no Brasil e no globo, enfatizando o compromisso e sensibilidade dos representantes de Estado como elemento chave.

3.3. Limites e Possibilidades na Garantia do Direito à Segurança Alimentar e Nutricional na Lógica da Política Pública de Assistência Social em Manaus/AM

O debate realizado ao longo desta dissertação caracteriza a última década do século XX, enquanto um marco para o reconhecimento da responsabilidade do Estado no atendimento às necessidades básicas da população brasileira, evidenciando no âmbito dos direitos sociais, a aprovação da Carta Magna (1988) e da LOAS (1993).

Posterior à aprovação da LOAS (1993), se observa no Brasil a regularização de um conjunto de legislações vinculadas ao Sistema de Proteção Social, com destaque à PNAS (2004), LOSAN (2006) e PNSAN (2010), as quais em termos objetivos, primam pela transformação das determinações previstas nos instrumentos legais, em ações práticas de combate às múltiplas expressões da questão social.

Considerando a amplitude posta à materialidade dos objetivos, princípios e diretrizes das políticas públicas em discussão, a última seção deste capítulo versará sobre os limites e possibilidades na garantia do direito à SAN, na lógica da assistência social em Manaus/AM. O delineamento das reflexões aqui expostas foi subsidiado pelas contribuições dos profissionais entrevistados durante o estudo, que por sua vez, relataram suas percepções acerca deste processo. As sínteses das respostas podem ser visualizadas no quadro 10.

Quadro 10 - Principais Limites e Possibilidades na Garantia do Direito à SAN no Âmbito da Política Pública de Assistência Social em Manaus/AM

Principais Limites Expostos Pelos Profissionais	Principais Possibilidades Expostas Pelos Profissionais
Utilização qualitativa do recurso do PBF por parte das famílias beneficiárias	Contribuição da política pública de assistência social na garantia de SAN e do DHAA
Insuficiência do valor do PBF para a manutenção da alimentação regular e adequada das famílias beneficiárias	Articulação do PBF à garantia do estado de SAN
Recursos humanos insuficientes para a operacionalização das políticas públicas	Implantação do Sistema de SAN nos municípios do Estado do Amazonas
Fortalecimento das instâncias de controle social	Destinação de recursos do Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGD-E), para a execução de ações de SAN em 2020
Compreensão inadequada dos usuários da política pública de assistência social quanto ao exercício profissional do assistente social	Previsão de acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF na perspectiva de articulação entre as políticas públicas
Entendimento sobre a perspectiva de sustentabilidade presente nas políticas públicas de assistência social e de SAN	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Diante da exposição de importantes elementos no quadro 10, a análise partirá dos limites expostos pelos profissionais participantes da pesquisa. Quando perguntados diante da experiência profissional, a respeito da percepção do uso qualitativo do recurso do PBF por parte das famílias beneficiárias, 100% dos informantes declarou não identificar esta prática.

“A utilização dos recursos do Bolsa Família nos municípios do nosso Estado precisa ser qualificada e isso perpassa pelo fortalecimento das políticas públicas, especialmente junto aos Grupos Populações Tradicionais e Específicos (GTPE), pois dentre tantas problemáticas incluídas neste processo está o alcoolismo, principalmente nas culturas indígenas” (Informante 24).

O relato do informante 24, chama a atenção para as dificuldades enfrentadas pela população residente nos municípios amazonenses, especialmente na figura dos GTPE. Além

da identificação do consumo irregular de alimentos saudáveis, conforme relatos das entrevistas, a problemática do alcoolismo nas comunidades foi evidenciada.

Na leitura de Souza (2013), o uso do álcool é uma questão complexa, especialmente com relação aos povos indígenas. Para o autor, o consumo do álcool entre esses grupos não deve ser limitado aos aspectos patológicos, sendo necessário considerar as relações sociais, econômicas, culturais e psicológicas articuladas a este processo.

Neste sentido, é válido pontuar a necessidade de tratamento desta questão não somente enquanto demanda da assistência social em função da utilização da renda do PBF na compra de bebidas alcoólicas, mas também como desafio a ser compartilhado entre diversas políticas públicas, dentre estas a SAN e a saúde.

Outro limite evidenciado pelos informantes da pesquisa está relacionado à insuficiência do recurso do PBF para o suprimento das demandas alimentares das famílias beneficiárias. Um dos fatores que justificam essa afirmação foi apontado no Capítulo II, com base na percepção dos próprios beneficiários do Programa, os quais esboçaram a dificuldade de acesso a alimentos mais saudáveis em decorrência dos altos preços encontrados na cidade de Manaus/AM.

No entendimento da FAO (2014), as famílias mais expostas a situações de vulnerabilidades e riscos sociais são as mais afetadas com a dinâmica de aumento dos preços de alimentos, pois são obrigadas a investir parcelas cada vez maiores do orçamento familiar na alimentação.

Dentre os impactos causados por este processo, cabe ressaltar além da elevação nos índices de (in)segurança alimentar e nutricional, o comprometimento na manutenção de outras despesas básicas, tais como, o pagamento de contas. Nesta direção, a discussão em torno da possibilidade de aumento nos valores transferidos às famílias referenciadas ao PBF se configura como pauta relevante para os gestores públicos.

A insuficiência de recursos humanos na operacionalização das políticas públicas debatidas neste estudo também foi enfatizada pelos informantes da pesquisa como um limite posto à garantia da SAN. Para o informante 24, a dificuldade de realização dos acompanhamentos familiares enfrentada pelos trabalhadores do SUAS e do SISAN, se dá por 02 (duas) razões principais: primeiro em função do quantitativo reduzido de profissionais e segundo pelo conhecimento departamentalizado acerca das políticas públicas.

Segundo Raichelis (2010), as condições atuais do capitalismo promovem intensas mudanças nos processos de organização, gestão e vínculos dos trabalhadores, as redefinem no Sistema de Proteção Social e estabelecem novos formatos de trabalho. Este cenário de

precarização culmina dentre outras situações, na insegurança do trabalho, nas precárias formas de contratação, na intensificação das jornadas, nos baixos salários e na pressão por resultados imediatos.

Desta forma, os resultados da pesquisa permitem ratificar a insuficiência de recursos humanos como limite para a qualificação e valorização dos profissionais, bem como para o desenvolvimento das ações previstas e o alcance dos objetivos vinculados às políticas públicas em pauta, refletindo um grande desafio a ser alcançado.

A necessidade de fortalecimento das instâncias de controle social, destacando a figura dos conselhos de políticas públicas, também foi apontada pelos informantes da pesquisa como um limite a ser superado. Na visão de Raichelis (2006), os conselhos se caracterizam como espaços públicos com forças legais para atuar nas políticas públicas, na definição de prioridades, conteúdos e recursos orçamentários, tendo como prioridade o beneficiamento de diversos segmentos sociais a partir das tomadas de decisões.

Ressalta-se a partir dos resultados alcançados com a pesquisa, que o controle social na cidade de Manaus/AM deve primar pelo atendimento de interesses coletivos, incorporando a este movimento, a prática do acompanhamento, fiscalização e monitoramento de ações, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados à população por órgãos públicos e entidades sem fins lucrativos.

O entendimento acerca do conjunto de atribuições do controle social esclarece, portanto, que o desenvolvimento qualitativo de políticas sociais também perpassa por este segmento, o qual dentre outras situações, pode contribuir para a redução do mau uso de recursos públicos.

Outro limite evidenciado pelos profissionais no ato da entrevista se refere a compreensão adequada dos usuários da política pública de assistência social quanto ao exercício profissional do assistente social. Em linhas gerais, os relatos chamam a atenção para a dificuldade de entendimento de uma parcela significativa da população sobre as competências e atribuições do Serviço Social, as quais estão ancoradas na perspectiva do direito e não do assistencialismo.

Consoante Iamamoto (2012), o Serviço Social brasileiro nas últimas décadas, têm se redimensionado no âmbito das dimensões ética-política, técnica-operativa e teórica-metodológica, no intuito de combater o tradicionalismo profissional, situando criticamente a profissão às exigências impostas pelas políticas públicas demandantes da força de trabalho deste profissional.

O próprio texto da PNAS (2004) situa o anseio da sociedade brasileira na efetivação da assistência social como política pública, tendo como finalidade a superação do clientelismo, da caridade e das ações pontuais, as quais não expressam o real compromisso do Estado com a população e das categorias profissionais atuantes no SUAS.

Dito isto, a clareza a respeito do papel dos assistentes sociais e demais profissionais lotados nos equipamentos socioassistenciais e de SAN, configura um desafio a ser superado pela população manauara com o auxílio da gestão pública e da própria categoria profissional.

Concernente às possibilidades da garantia do direito à SAN na lógica da política pública de assistência social em Manaus/AM, o primeiro elemento pontuado pelos informantes da pesquisa, está relacionado à contribuição da referida política na efetivação do DHAA. Este reconhecimento pode ser explicado por meio da CAISAN (2011), a qual acentua a escolha feita pelo Brasil em gerir políticas públicas através de sistemas integrados e participativos, enfatizando como exemplos mais conhecidos, o SUS, o SUAS e o SISAN.

Esta abordagem sistemática possibilita a coordenação e interação entre os diversos setores e esferas de governo, como também confere racionalidade, coerência, objetividade e economicidade a ações conjuntas, capazes de aprimorar o alcance das múltiplas finalidades das políticas públicas em questão, com destaque à erradicação da pobreza e da fome, cujas faces ainda são marcantes na sociedade brasileira e amazonense.

Dada a relevância da atuação integrada entre as políticas públicas brasileiras no alcance de objetivos comuns e específicos, o MDS (2020), afirma que a realização da SAN depende consideravelmente da assistência social, pois grande parte dos trabalhos realizados por estados e municípios neste campo, são de responsabilidade das secretarias e dos trabalhadores do SUAS.

Nesta perspectiva, se pontua com base nas percepções de instâncias governamentais e dos profissionais atuantes na linha de frente dos serviços, o importante papel da política pública de assistência social em Manaus/AM, na execução conjunta de ações e estratégias direcionadas à garantia da SAN e do DHAA, as quais promovem para além do enfrentamento à fome e à desnutrição, o respeito à dignidade da pessoa humana através da promoção do acesso à alimentação.

Articulado ao reconhecimento acerca das contribuições da política pública de assistência social no processo de garantia da SAN no território em pauta, a colaboração do PBF também foi ilustrada como possibilidade de alcance mais efetivo de DHAA. Segundo o CONSEA (2011), o referido Programa representa um dos componentes responsáveis pela redução dos índices de desigualdade social e econômica no Brasil nos últimos anos.

Na leitura do Conselho, este ponto positivo está associado ao aumento expressivo de sua cobertura de atendimento desde a sua implantação em 2004, assim como do seu grau de focalização nas famílias mais afetadas pela distribuição desigual de renda, aspectos que o constituem enquanto mecanismo de transferência de renda à população mais empobrecida e residente nas regiões mais vulneráveis do país, com ênfase ao norte e ao nordeste.

Dados do IBASE (2008) pontuam, por exemplo, a contribuição do PBF na elevação do acesso a alimentos com alto teor nutritivo, como frutas, verduras e legumes, por parte das famílias beneficiárias na região nordeste do país. Além disso, conforme demonstrado no mapa de SAN, o Programa tem possibilitado às famílias desprovidas de condições financeiras, o poder de compra e consumo de itens alimentícios básicos, como o arroz e o feijão.

Os resultados obtidos durante a pesquisa somados aos estudos desenvolvidos por organismos articulados à assistência social e à SAN, reforçam a figura do PBF aliada a um conjunto de estratégias, enquanto uma possibilidade consistente para a realização plena do DHAA e ao mesmo tempo como um limite posto a este processo, haja vista os reconhecidos entraves vinculados à sua execução, principalmente ao se discutir os valores atualmente repassados aos grupos referenciados. É relevante situá-lo na dinâmica estratégica adotada no país para atingir este direito tão desafiador e não responsabilizar os indivíduos pelo sucesso ou fracasso desta jornada.

A implantação do SISAN nos 62 (sessenta e dois) municípios do Estado do Amazonas também foi evidenciada pelos informantes da pesquisa como uma possibilidade de ampliação e fortalecimento da política de SAN no território analisado. De acordo com o MDS (2014), todos os Estados e o Distrito Federal já aderiram ao Sistema, entretanto, um dos desafios postos à sua implementação está relacionado à capacidade de gestão dos programas públicos, principalmente nos municípios brasileiros.

Para o MDS (2014), a adesão ao SISAN implica dentre outros fatores: a reorganização da governança das ações de SAN e o desenvolvimento de políticas intersetoriais capazes de responder a diferentes realidades, às especificidades dos povos e comunidades tradicionais, ao fortalecimento dos circuitos locais de produção, ao abastecimento e ao consumo.

Nesta ótica, o cenário de implementação do SISAN no território amazonense deve ser potencializado por gestores, trabalhadores e instâncias de controle social vinculados às políticas públicas de assistência social e de SAN, no sentido de transformá-lo num instrumento de referência ao combate das situações de (in)segurança alimentar e nutricional nesta localidade.

Um dos pontos sinalizados pelos informantes da pesquisa enquanto empecilho à plena execução do SISAN nos níveis estadual e municipal, diz respeito à destinação mínima de recursos ao campo da SAN.

“Quando eu iniciei os trabalhos na gerência, percebi que a segurança alimentar pouco participava das discussões sobre as ações e serviços desenvolvidos na SEAS e principalmente nos municípios, e isso impactava diretamente na não destinação de recursos para o nosso trabalho. Depois de muita articulação, começamos a participar das reuniões do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), e com muita luta fomos inseridos na agenda financeira do IGDSUAS estadual. Os conselheiros votaram e definiram que a partir de 2020, um percentual do índice será destinado para o fomento das ações de SAN no Amazonas, com ênfase no apoio técnico” (Informante 24).

Como forma de explicitar a importante conquista da SAN no Estado do Amazonas ao ser inserida na agenda financeira do SUAS, conforme evidenciado pelo informante 24, se demonstra no box 05, a caracterização e relevância do índice supracitado para a política pública de assistência social e demais pastas articuladas.

Box 05 - O Papel do IGDSUAS no Aprimoramento da Gestão de Políticas Públicas

O Índice de Gestão Descentralizada do SUAS (IGDSUAS), foi instituído pela Lei nº 12.435/2011 e regulamentado pelo Decreto nº 7.636/2011, tendo como objetivo avaliar a qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito dos municípios, estados e do Distrito Federal, bem como o nível de articulação intersetorial.

Segundo o MDS (2012), o IGDSUAS varia de 0 (zero) a 01 (um), e quanto mais próximo de 01 (um) estiver o índice, melhor é o desempenho da gestão e maior é o valor do apoio financeiro repassado aos entes federados como forma de incentivar o aprimoramento das gestões, as quais introduzem os recursos em ações prioritárias, como é o caso da SAN, política pública intersetorial dependente do apoio técnico e financeiro de um conjunto de outras políticas para a consolidação do DHAA da população mais vulnerável.

O referido índice possui 02 (duas) modalidades: IGDSUAS-M, aplicado aos municípios e ao Distrito Federal e o IGDSUAS-E, destinado aos Estados. Os recursos do IGDSUAS só podem ser utilizados quando estão devidamente incorporados aos orçamentos das gestões locais de assistência social, como também aprovados, mediante avaliação do planejamento, pelos Conselhos de Assistência Social (MDS, 2012). Nesta ótica, a parceria entre gestores, trabalhadores, conselheiros e a sociedade civil se configura como elemento essencial para a execução qualitativa dos recursos públicos.

Considerando a importância e seriedade presentes no processo de concessão do IGDSUAS, se destaca o comprometimento e articulação dos trabalhadores locais atuantes nas políticas públicas analisadas neste estudo, ao conquistarem de modo responsável e democrático, o repasse de recursos para as ações de SAN, que reconhecidamente integram e complementam o SUAS.

A inserção da SAN nas agendas técnicas e financeiras da assistência social no Amazonas representa, portanto, um grande avanço e um passo determinante para a ascensão de ambas as políticas e principalmente para a efetivação do DHAA da população em situação de desproteção social.

Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir do embasamento teórico do MDS (2012).

Outra possibilidade vinculada à garantia do direito à SAN verbalizada pelos informantes da pesquisa, diz respeito à previsão de acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF de forma alinhada entre as políticas públicas.

Em consonância com o MDS (2014), o Sistema de Condicionalidades do PBF (SICON), é uma ferramenta digital criada para apoiar as gestões intersetoriais do Programa, no processo de cumprimento de condicionalidades e de atendimento/acompanhamento familiar, atos que atribuem à gestão do PBF um nível de gestão mais eficiente no cumprimento de seus eixos.

Nesta perspectiva, a dimensão do acompanhamento familiar junto aos beneficiários do PBF e demais grupos inscritos no CadÚnico, têm sido oferecida de forma continuada e planejada com a finalidade de possibilitar às famílias, o acesso a espaços de reflexão sobre suas realidades, vulnerabilidades e potencialidades.

No entendimento do MDS (2012), o sucesso na dinâmica dos acompanhamentos familiares articulados, depende expressivamente do estabelecimento de compromissos entre as famílias e os profissionais, pois este cenário favorece o alcance de maiores graus de autonomia por meio da efetivação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais, ambientais e alimentares.

Frente ao mérito atribuído ao acompanhamento familiar no contexto da garantia de direitos, se pontua a necessidade de fortalecimento desta dimensão na capital e no estado amazonense, perpassando pela oferta de condições materiais, profissionais e tecnológicas adequadas e em quantidade suficiente para o atendimento das demandas.

Dentre todos os limites e possibilidades expostos pelos profissionais participantes da pesquisa, o entendimento acerca da perspectiva de sustentabilidade presente nas políticas públicas de assistência social e de SAN simboliza de modo mais marcante, a dimensão de avanço e desafio. O quadro 11, organizado pela pesquisadora, sintetiza as concepções dos

trabalhadores em torno da articulação entre a sustentabilidade e as políticas públicas em destaque.

Quadro 11 - Entendimento dos Profissionais sobre a Perspectiva de Sustentabilidade Presente nas Políticas Públicas Assistência Social e de SAN

Categoria	Subcategoria	Sínteses das Respostas
Entendimento dos profissionais sobre a perspectiva de sustentabilidade presente na PNAS e PNSAN	Sustentabilidade alimentar	Eu compreendo o envolvimento deste modelo nas políticas públicas, pois a sustentabilidade alimentar, por exemplo, engloba a produção sustentável de alimentos, sendo a agricultura muito útil para nossa região.
	Sustentabilidade cultural	Para mim a sustentabilidade é um mecanismo de fortalecimento de costumes e identidades dos povos. Com a integralidade das políticas, o caráter transversal precisa avançar e reconhecer a realidade amazônica, principalmente no contexto dos programas e ações de transferência de renda, que demanda melhorias e ampliação.
	Acesso a informações	A ideia da sustentabilidade está presente na perspectiva do acesso a informações e direitos das duas políticas.
	Gestão compartilhada e participativa	A sustentabilidade veio para fortalecer a gestão compartilhada e participativa do SUAS e articular a política com as comunidades.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

As concepções apresentadas pelos profissionais retratam o reconhecimento dos princípios desta proposta de desenvolvimento, os quais estão introduzidos nas políticas públicas em questão, cenário este tido como um grande salto para a gestão estadual do SUAS. Por outro lado, é preciso debater o caminho a ser percorrido para a efetivação deste paradigma no contexto das referidas políticas neste território.

Considerando a fala do informante 23, a sustentabilidade alimentar foi evidenciada como método para a produção sustentável de alimentos, a qual é vista como uma das ferramentas de efetivação do previsto na própria PNAN (2010) com relação à garantia de acesso de toda a população a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. Nesta ótica, a potencialização da agricultura familiar e a valorização da cultura alimentar local deve ser incluída nos debates e instrumentos legais relacionados à SAN.

De acordo com a fala do informante 24 aliada ao entendimento de Sachs (2002), pode-se destacar que o desenvolvimento em seu sentido amplo, depende do acesso populacional aos bens e serviços públicos, e por esta razão, a política pública de assistência social não pretende assumir uma postura tutelada, pois objetiva visibilizar os atores sociais tidos como invisíveis. Essa face inovadora e materializada da política objetiva contemplar todos os grupos e populações historicamente postos à margem da sociedade e da atenção do poder público, como é o caso das populações tradicionais e específicas da Amazônia.

Considerando a fala do informante 25, segundo Vieira (2010), mesmo diante do conjunto de direitos sociais presentes na Constituição Cidadã (1988), e nas legislações

complementares, as dimensões articuladas ao desenvolvimento humano e social, tais como, educação, saúde, segurança pública, alimentação, trabalho, esporte e lazer, pouco têm sido garantidas efetivamente pelo Estado brasileiro, porquanto estão expostas ao desmonte de direitos sociais.

No entendimento de Cavalcanti (2002), o principal argumento utilizado como justificativa para a redução e focalização extrema das políticas públicas de cunho social no Brasil, se resume ao fato de o Estado conceber como mínima, a contribuição destas na elevação da economia.

Diante das inúmeras expressões da questão social vivenciadas e perpetuadas em determinadas regiões do país, é fundamental compreender as contribuições do conjunto de políticas no processo de desenvolvimento e emancipação de tantas famílias e grupos brasileiros desprovidos até mesmo de sua identidade.

Mais do que o alcance do progresso material, as gestões públicas brasileiras, apoiadas pelos profissionais de ponta, precisam nos dizeres de Leff (2009), conceber a sustentabilidade enquanto um processo civilizatório da humanidade, o qual prima pelo bem-estar global. Nesta ótica, o acesso de todos à alimentação regular e de qualidade reflete um requisito essencial para a garantia dos demais direitos humanos.

Ressalta-se então, que a perspectiva de sustentabilidade nas bases das políticas públicas analisadas nesta pesquisa, para se caracterizar como possibilidade real de alcance do DHAA da população manauara e também amazonense, exige consoante Jacobi (2002), uma sociedade motivada, organizada e mobilizada para a consolidação do binômio sustentabilidade e desenvolvimento. A abertura a novos pensamentos e posturas, depende, portanto, da vontade política, social e principalmente humana de cada cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, na condição de procedimento científico que articula teoria, método e prática, representa uma instigante, desafiadora e longa missão. Nos dizeres de Goldenberg (2004), este processo insere o pesquisador num estado de constante tensão, considerando o fato de nenhuma pesquisa ser totalmente controlável, com início, meio e fim previsíveis.

Ao longo de 02 (dois) anos árduos de pesquisa, foi possível vivenciar na prática o quanto é crucial o exercício constante da disciplina, organização e modéstia, compreendendo o vínculo entre o possível e o impossível, especialmente em função de a temática definida relacionar uma proposta tão importante e ao mesmo tempo pouco visibilizada no âmbito do Serviço Social brasileiro: a sustentabilidade.

Aceitar o desafio de pesquisar a SAN na perspectiva da sustentabilidade com base na política pública de assistência social em Manaus/AM foi uma verdadeira revolução, particularmente pela disposição em demonstrar a realidade local, repleta de particularidades populacionais, culturais, sociais, geográficas, políticas, ambientais, ecológicas, religiosas, dentre tantas outras. Dado o caráter amplo e complexo intrínseco ao estudo, é possível afirmar o compromisso assumido em transitar pelo universo das incertezas.

O caminho percorrido até a chegada dos resultados ilustrados engloba desde a construção e qualificação do Projeto de Pesquisa até a necessidade de alteração do universo e amostra, tendo em vista o aspecto dinâmico presente neste processo. Apesar de não ter sido possível realizar a pesquisa nos CRAS de Manaus/AM, considerando o fato de a gestão municipal na figura da SEMMASC não ter disponibilizado a autorização necessária para a realização da coleta de dados, a etapa de campo implementada no CECF Padre Pedro Vignola e na sede da pasta responsável pela sua gestão além de proporcionar a edificação de indicadores, favoreceu o exercício constante da crítica e autocrítica.

Nesta direção, a partir do novo delineamento metodológico proposto, assim como do diálogo entre orientanda e orientadora e principalmente junto aos sujeitos da pesquisa, a organização dos dados alcançados por este estudo se torna pública e acessível a pesquisadores, profissionais, gestores de políticas públicas e a sociedade interessada e incluída nesta temática. A seguir, seguem as considerações referentes aos elementos identificados no decorrer da pesquisa, enquanto participantes do processo de operacionalização das políticas públicas em questão na perspectiva da sustentabilidade.

✚ A perspectiva de sustentabilidade presente na PNAS (2004) e na PNSAN (2010)

Diante da análise teórica e prática executada em torno das referidas políticas públicas, se constatou a articulação das dimensões da sustentabilidade às propostas legais em questão, com destaque aos pilares social e econômico. Por outro lado, mesmo com o reconhecimento legal e técnico, considerando o entendimento verbalizado pelos profissionais entrevistados, a operacionalização das pastas sob a perspectiva da sustentabilidade ainda não alcançou plenitude, sendo o atendimento ao princípio da intersetorialidade um aspecto fundamental neste processo.

Como já mencionado, as políticas públicas constituem meios pelos quais o Estado se organiza para atender as necessidades da população e promover o bem-estar coletivo, por este motivo a construção de um país justo, solidário, democrático e sustentável, com a realização de todos os direitos humanos perpassa pelo bom planejamento e gestão, enfatizando a intersetorialidade entre as políticas públicas como algo essencial.

✚ Intersetorialidade entre a PNAS (2004) e a PNSAN (2010) na garantia do DHAA em Manaus/AM

A pesquisa demonstrou por meio das literaturas, instrumentos legais e dados coletados na etapa de campo que a intersetorialidade entre as políticas públicas em debate se configura enquanto tarefa primordial para a efetivação de objetivos comuns, com ênfase à erradicação da fome e à garantia do estado de SAN da população.

Deste modo, o elemento em evidência deve incorporar as mais variadas etapas e processos de trabalho destas, característica a ser modelada pelos gestores de forma intensa, porquanto o estudo revelou a mobilização dos profissionais neste sentido, entretanto, a vontade política também se faz necessária neste segmento.

A instituição do PBF no Brasil em 2004, simboliza um importante passo para a oferta das referidas políticas públicas sob a perspectiva da articulação em rede, no entanto, é necessário um conjunto de intervenções estatais para o alcance da SAN, partindo da compreensão do Programa na condição de partícipe na frente de atuação do Estado no combate à fome e não como o responsável individual pelo extermínio desta profunda expressão da questão social.

✚ O PBF na SAN dos beneficiários em Manaus/AM

A relevância do PBF na promoção de melhorias nas condições de acesso à alimentação da população manauara foi evidenciada, sobretudo a partir do poder de compra assegurado aos beneficiários. Conforme apresentado, o CONSEA (2011) reconhece o PBF como mecanismo de redistribuição de renda às populações mais vulneráveis social e

economicamente, todavia, os resultados da pesquisa comprovaram que o aumento da renda nem sempre está acompanhado de escolhas alimentares mais saudáveis, prova disso são os indicadores elevados de doenças/problemas de saúde presentes nas famílias, as quais são consequências dentre outros fatores, da perpetuação de hábitos alimentares não saudáveis.

À vista destes resultados, foi possível identificar um conjunto de desafios postos ao PBF, os quais englobam: a sua consolidação na perspectiva do direito e não do favor, especialmente no âmbito dos municípios do Estado do Amazonas; a urgência de reajuste nos valores dos benefícios; o constante aperfeiçoamento dos instrumentos de identificação das famílias de fato mais vulnerabilizadas; e o trabalho dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento deste público no campo da informação acerca de formas qualitativas de uso dos recursos, exercício este que envolve para além do assistente social, as demais categorias pertencentes ao quadro de trabalhadores do SUAS.

✚ Valorização e Capacitação dos profissionais atuantes na PNAS (2004) e na PNSAN (2010)

Os dados coletados no decorrer da pesquisa permitiram a constatação da insuficiência de profissionais para o suprimento das inúmeras e complexas demandas relacionadas à assistência social e à SAN, situação expressa na fala de 100% dos entrevistados. O cenário de precarização do trabalho visualizado na cidade de Manaus/AM, impacta não apenas os assistentes sociais, como também as demais categorias profissionais integrantes dos sistemas públicos referenciados, sendo necessária a elaboração e implementação de estratégias pautadas na qualidade dos serviços ofertados e na garantia de condições dignas de trabalho.

Uma das alternativas sintetizadas pelos profissionais entrevistados diz respeito à realização de concurso público, o qual além de proporcionar a valorização dos profissionais, representa um mecanismo de continuidade aos trabalhos desenvolvidos nos equipamentos socioassistenciais, principalmente no universo dos atendimentos e acompanhamentos.

Outro aspecto identificado durante a pesquisa diz respeito à dificuldade de acesso dos gestores e profissionais atuantes na linha de frente das políticas públicas estudadas, a informações qualificadas acerca do processo de operacionalização destas no viés da sustentabilidade e intersetorialidade, considerando a presença dos referidos elementos no corpo das legislações, fato que demanda o fortalecimento e investimento em capacitações continuadas destes trabalhadores, conforme preconizado pela NOB-SUAS (2012) e instrumentos legais complementares.

Dito isto, se reforça junto à gestão local a relevância dos resultados da pesquisa, os quais foram construídos com base nos relatos dos trabalhadores, sendo este um momento

propício para repensar o atual modelo de incorporação de técnicos às secretarias estaduais, bem como de capacitações oferecidas aos profissionais.

✚ Limites e Possibilidades na efetivação do DHAA em Manaus/AM

Concernente aos principais avanços e/ou possibilidades, a pesquisa destacou dentre outras variáveis, a implantação do sistema de SAN nos municípios amazonenses e a destinação de recursos do IGD-E para a execução de ações específicas de SAN, fato que confirma o esforço de profissionais, gestores e conselheiros em potencializar a SAN como política pública intersetorial e estratégica na garantia de um leque de direitos sociais.

No tocante aos desafios e/ou limites expostos, a insuficiência do valor do PBF para a manutenção das despesas alimentares das famílias e a compreensão inadequada dos usuários do SUAS quanto às atribuições do assistente social merecem destaque, tendo em vista os resultados alcançados. Os dados do estudo apontaram, por exemplo, a afirmação da insuficiência do valor do benefício para o custeio da alimentação por parte de 100% dos beneficiários e/ou de pessoas com membros familiares beneficiários do PBF.

Além disso, é válido ressaltar o quanto as famílias brasileiras e amazonenses mais vulneráveis social e economicamente têm enfrentado dificuldades para garantir a alimentação diária de crianças e adolescentes no atual estado de pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), pois de acordo com a CAISAN (2011), a alimentação oferecida nas escolas públicas configura uma das principais estratégias da SAN e na conjuntura global em vigor o sistema educacional se encontra com as portas fechadas por medidas de saúde e segurança.

A temática discutida nesta pesquisa chama a atenção dentre outros fatores, para a previsão de intersetorialidade entre as políticas públicas brasileiras, as quais em sua maioria, como é caso da assistência social e da SAN se propõem a ser sustentáveis, no entanto, em função do fortalecimento das propostas do desenvolvimento sustentável e da própria conjuntura política, muitas vezes em detrimento da sustentabilidade, verificam-se muitas lacunas, especialmente na realização das dimensões social e econômica.

Por esta razão, a consolidação do direito à SAN e de tantos outros direitos humanos e sociais básicos, representa um grande desafio a ser alcançado pelas gestões em todos os níveis. A partir do conteúdo apresentado neste estudo, constata-se que a leitura crítica acerca do paradigma da sustentabilidade no âmbito das políticas públicas apresenta subsídios para o debate no âmbito do Serviço Social e das demais áreas do conhecimento, assim como instiga pesquisadores para a realização de novas pesquisas, tendo em vista o universo amplo a ser explorado.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Aydee Valério de Souza; SANTOS, Débora Maria de Sena. **SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: Desafios e Perspectivas em uma Metrópole.** Artigo apresentado no II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2016.

ALENCAR, Edna Ferreira. Política Pública e (In)sustentabilidade social: o caso de comunidades da várzea do Alto Solimões, Amazonas. In: LIMA, Deborah (org). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade.** Manaus: Ibama, Pró-Várzea, 2005. p. 59-99.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS (ABRANDH). **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Organizadora: Marília Leão. Brasília: 2013. 263 p.

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de sustentabilidade: Uma análise comparativa.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. (Capítulos 1, 2 e 3).

BELLINI, Maria Isabel Barros; FALER, Camília Susana. **Intersetorialidade e Políticas Sociais: Interfaces e Diálogos.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.**

_____. Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.**

_____. Decreto nº 3.817, de 24 de julho de 2001. **Institui o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.**

_____. Lei nº 10.836, de 09 de Janeiro de 2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.**

_____. Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004. **Política Nacional de Assistência Social.**

_____. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.**

_____. Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.**

_____. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.**

_____. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.**

_____. Lei nº 3.476, de 04 de fevereiro de 2010. **Dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, cria o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) e dá outras providências.**

_____. Decreto nº 7.272 de 25 de agosto de 2010. **Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.**

_____. Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social.** Altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. 10 p.

_____. Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012. **Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS.**

_____. **Cadernos de Educação Alimentar e Nutricional:** O direito humano à alimentação adequada e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2014.

_____. Decreto nº 3.956, de 30 de janeiro de 2018. **Designa os membros da Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), e dá outras providências.**

BREDOW, S. G.; DRAVANZ, G. M. **Atuação do Serviço Social na saúde mental:** entre os desafios e perspectivas para efetivação de uma política intersetorial, integral e resolutiva. Textos e Contextos, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 229-243, ago/dez. 2010.

CAVALCANTI, Clóvis. Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. In: CAVANCANTI, Clóvis (Org.). **Política de governo para o desenvolvimento sustentável:** Uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. 4ª Ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Proposições do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para sua Elaboração.** Documento Aprovado na Plenária do CONSEA de 12 de agosto de 2009.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; SANTIAGO, Jozane Lima. **Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia.** Manaus: FUA, 2014.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva; RAICHELIS, Raquel. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil:** Uma realidade em movimento. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2014. (Capítulos 2 e 4).

DAHL, Arthur L. The big Picture: comprehensive approaches. In: MOLDAN, B; BILHARZ, S. (Eds). **Sustainability indicators: report of the project on indicators of sustainable development**. Chichester: 1997.

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito do paraíso desabitado. In: **Revista do Patrimônio**. 2001.

GIANSANTI, Roberto. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atual, 1998. (Capítulos 1 e 2).

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 57 p.

GOMES, Elizabeth Cristina Castro. **Segurança Alimentar e Nutricional na Perspectiva da Sustentabilidade: Estudo dos Beneficiários do Programa Bolsa Família Atendidos nos CECFs de Manaus/AM**. Projeto de Pesquisa apresentado no Exame de Qualificação. Programa de Manaus: Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM), 2019.

GUIMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. **O desafio da sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 12ª Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: 2009.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em questão**. 1ª Edição Ampliada. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). **Betinho, símbolo de cidadania**. Disponível em: <<https://ibase.br/pt/betinho/>>. Acesso em: 05/03/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cor/Raça da População Brasileira**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-11/populacao-brasileira-e-formada-basicamente-de-pardos-e-brancos-mostra-ibge>. Acesso em 20/02/2020.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: Alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Política de governo para o desenvolvimento sustentável: Uma introdução ao tema e a esta obra coletiva**. São Paulo: Cortez, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002. 257 p. (Capítulos 1 e 2).

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009. (Capítulos 6, 7 e 8).

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Conheça o Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 21/08/2019.

_____. **Educação Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/alimentacao-saudavel/educacao-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 18/03/2020.

_____. Relatório de Informações Sociais - **RI Bolsa Família e Cadastro Único Nacional**. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/mds/index.php>>. Acesso em: 12/07/2020.

_____. Relatório de Informações Sociais - **RI Bolsa Família e Cadastro Único do Estado do Amazonas**. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/mds/index.php>>. Acesso em: 12/07/2020.

_____. Relatório de Informações Sociais - **RI Bolsa Família e Cadastro Único de Manaus**. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#>>. Acesso em: 12/07/2020.

_____. **Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/julho/201ca-seguranca-alimentar-e-nutricional-no-brasil-depende-muito-da-assistencia-social201d>>. Acesso em: 25/03/2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema de Regulação**. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/gestao-do-sus/programacao-regulacao-controle-e-financiamento-da-mac/regulacao>>. Acesso em: 29/04/2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Fome zero: A experiência brasileira**. SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro Eduardo Del; FRANÇA, Caio Galvão de (Orgs.). Brasília: MDA, 2010. 360 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. UNESCO, 2009. 424 p.

_____. **Orientações Técnicas Centros de Referência de Assistência Social**. 1ª Ed. Brasília, 2009. 72 p.

_____. **Cadernos de Educação Alimentar e Nutricional: O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários**. Brasília: 2013. 40 p.

_____. **Caderno de Orientações Sobre o Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS**. MDS: Brasília, 2012. 48 p.

MIOTO, R. C.; NOGUEIRA, V. M. R. Sistematização, planejamento e avaliação das ações dos assistentes sociais no campo da saúde. In: MOTA, A. E. (Org.) **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, 2006, p.273-303.

NAGAOKA, Jane de Souza. **O impacto do Programa Bolsa Família nas condições de vida das famílias beneficiárias no município de Manaus/AM**. Manaus: UFAM, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **O Estado de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional**. Relatório 2014.

_____. **América Latina e o Caribe: Panorama de Segurança Alimentar e Nutricional**. FAO/OPAS: Santiago, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 06/02/2019.

PEDROSA, Evelyn Barroso. **Conhecimentos tradicionais e práticas de sustentabilidade nas formas de uso e manejo de ervas e plantas medicinais: Um estudo na comunidade de Santa Luzia em Caapiranga-AM**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM): 2017.

PENA-VEGA, Alfredo. Os componentes de um novo paradigma complexo do pensamento. In: PENA-VEGA, Alfredo. **O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa**. Tradução: Renato Carvalheira do Nascimento e Elimar Pinheiro do Nascimento. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PEREIRA, Potyara. **Política Social: Temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008. (Capítulo 3).

PORTAL DO EDUCADOR. **Pirâmide de Maslow: A pedagogia socioemocional por trás das necessidades humanas**. Disponível em: <<https://educador360.com/gestao/piramide-de-maslow/>>. Acesso em: 01/03/2019.

PREFEITURA DE MANAUS. Lei Nº 2.275, de 14 de Dezembro de 2017. **Cria os componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), do município de Manaus, Estado do Amazonas, e define os parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências**.

RAICHELIS, Raquel. **Articulação entre os conselhos de políticas públicas**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, nº. 85, 2006.

_____. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS**. Aprovado em Agosto/2010. PUC-São Paulo.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001. (Capítulos 3, 4 e 5).

RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. **Conhecimentos tradicionais e mecanismos de proteção:** Estudo de caso nas comunidades de Ebenézer e Mucajá em Maués-AM. Manaus: EDUA, 2015. 212 p. (Capítulos 1 e 3).

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986. (Capítulos 6, 7 e 8).

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **A terceira margem:** em busca do ecodesenvolvimento. Tradução de Rosa Freire d'guiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANTOS, Josiane Soares. Elementos para entender a concepção e gênese da questão social. In: SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social:** particularidade no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliação de Políticas e Programas Sociais:** uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.). Pesquisa Avaliativa: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veraz Editora; São Luís, MA: GAEP (Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e Políticas Direcionadas à Pobreza), 2008.

SILVA, Maria das Graças. As incomodas evidências da questão ambiental e as principais alternativas adotadas pelo Estado e pelas classes sociais. In: SILVA, Maria das Graças. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável:** desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010. (Capítulo 2).

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS). **Painel de Indicadores 2018.** Disponível em: <<http://snis.gov.br/painel-informacoes-saneamento-brasil/web/>>. Acesso em: 10/07/2020.

SORRENTINO, Marcos. **Educação ambiental como política pública.** Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n.º 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

SOUZA, Maximiliano Loiola Ponte de. **Processos de Alcoolização Indígena no Brasil:** perspectivas plurais. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. 252 p.

STEIN, Rosa Helena. Configuração Recente dos Programas de Transferência de Renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (orgs). **Política Social no Capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

TUZZO, Simone Antoniacci; BRAGA, Claudomilson Fernandes. **O processo de triangulação da pesquisa qualitativa:** metafenômeno como gênese. Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v. 4, n.5, p. 140-158, Ago. 2016.

VIEIRA, Evaldo. Estado de direito e sociedade democrática. In: VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social.** São Paulo: Cortez, 2009. (Capítulo 4).

APÊNDICE I

FORMULÁRIO COM PERGUNTAS ABERTAS E FECHADAS

Título da Pesquisa: Segurança Alimentar e Nutricional na Perspectiva da Sustentabilidade: Estudo a Partir do Programa Bolsa Família nos CECFs em Manaus/AM.

Sujeitos da Pesquisa: Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e/ou Pessoas com Membros Familiares Beneficiários do PBF atendidos nos CECFs de Manaus/AM.

CECF: _____ **Instrumental n°:** _____ **Data:** ____/____/____

I. IDENTIFICAÇÃO			
01. Estado Civil: <input type="checkbox"/> Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Casado(a) <input type="checkbox"/> Amigado(a) <input type="checkbox"/> União Estável <input type="checkbox"/> Separado(a) <input type="checkbox"/> Viúvo(a)	02. Raça/Etnia: <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Amarelo <input type="checkbox"/> Negra <input type="checkbox"/> Pardo <input type="checkbox"/> Outro	03. Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	04. Naturalidade: <input type="checkbox"/> Amazonas <input type="checkbox"/> Pará <input type="checkbox"/> Roraima <input type="checkbox"/> Acre Outro: _____ _____
05. Idade: <input type="checkbox"/> 15-20 <input type="checkbox"/> 21-25 <input type="checkbox"/> 26-30 <input type="checkbox"/> 31-35 <input type="checkbox"/> 36-40 <input type="checkbox"/> 41-45 <input type="checkbox"/> 46-50 <input type="checkbox"/> 51-55 <input type="checkbox"/> 56-60 <input type="checkbox"/> Acima de 60 anos			06. Você reside em qual bairro? _____ _____
II. ESCOLARIDADE			
07. Você sabe ler? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se não, qual o motivo? _____ _____		10. Nível de Escolaridade <input type="checkbox"/> Não alfabetizado(a) <input type="checkbox"/> Alfabetizado(a) <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo <input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo Caso tenha Ensino Superior Completo, inserir área de formação: _____	
08. Você sabe escrever? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se não, qual o motivo? _____ _____			
09. No momento você está estudando? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim, inserir o nível ou curso: _____			
III. RENDA E CONDIÇÕES DE VIDA			
11. Você tem uma profissão? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim, qual profissão? _____		15. Como você considera o acesso de sua família aos serviços públicos de saúde em Manaus/AM? <input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim	
12. Qual é a sua atual situação no mercado de trabalho? <input type="checkbox"/> Empregado(a) <input type="checkbox"/> Desempregado(a) <input type="checkbox"/> Autônomo(a) <input type="checkbox"/> Avulso(a) <input type="checkbox"/> Aposentado(a)/Pensionista(a)		16. No local em que você reside, os serviços de saneamento básico, tais como, tratamento de esgoto e limpeza pública são ofertados? <input type="checkbox"/> Sim	

V. INDICADORES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	
<p>22. Quantas refeições você e sua família fazem por dia?</p> <p>() 01 a 02 () 02 a 03 () 03 a 04 () 05 ou mais</p>	<p>27. Qual é a principal dificuldade de acesso da sua família à alimentação regular e adequada?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____.</p>
<p>23. Com relação à alimentação de sua família, quais alimentos são mais consumidos?</p> <p>() Arroz e feijão () Alimentos industrializados, tais como, enlatados () Verduras, legumes e frutas () Carnes vermelhas () Frituras e massas () Cereais () Fast foods (comidas rápidas) () Lanches, tais como, pizza, sanduiches e pastéis () Outros: _____</p> <p>_____.</p>	<p>28. Você considera a alimentação de sua família saudável?</p> <p>() Sim () Não Porque?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____.</p>
<p>24. As sementes, cascas e demais partes dos alimentos são aproveitados na sua casa?</p> <p>() Sim () Não Porque? _____</p> <p>_____</p> <p>_____.</p>	<p>29. Você já participou de alguma atividade com o tema alimentação no CECF e/ou CRAS?</p> <p>() Sim () Não Qual(is)? _____</p> <p>_____</p> <p>_____.</p>
<p>25. Considerando a renda total de sua família, quanto é investido em alimentação numa escala de 0 (zero) a 10 (dez)?</p> <p>_____</p> <p>_____.</p>	<p>30. Os profissionais que atuam no CECF, em algum momento já disponibilizaram a você informações sobre segurança alimentar e nutricional?</p> <p>() Sim () Não Se sim, qual profissional? _____.</p>
<p>26. Informe se você e/ou alguém na sua família apresenta ou já apresentou uma das doenças/problemas abaixo:</p> <p>() Hipertensão () Diabetes () Sobrepeso () Anemia () Infecção urinária () Colesterol alto () Obesidade () Problemas digestivos () Pneumonia () Tuberculose () Outra(s): _____.</p>	

APÊNDICE II

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Título da Pesquisa: Segurança Alimentar e Nutricional na Perspectiva da Sustentabilidade: Estudo a Partir do Programa Bolsa Família nos CECFs em Manaus/AM.

Sujeitos da Pesquisa: Profissionais de Nível Superior que compõem a GSAN, a Coordenação Estadual do Cadastro Único de PBF e as Equipes Técnicas dos CECFs.

Instrumental n°: _____ **Data:** ____/____/____.

IDENTIFICAÇÃO			
1. Formação Profissional	2. Função na Instituição	3. Tempo na Função	4. Vínculo Institucional
<input type="checkbox"/> Nutrição	<input type="checkbox"/> Nutricionista	<input type="checkbox"/> 0 a 06 meses	<input type="checkbox"/> Estatutário
<input type="checkbox"/> Serviço Social	<input type="checkbox"/> Assistente Social	<input type="checkbox"/> 06 meses a 01 ano	<input type="checkbox"/> Comissionado
<input type="checkbox"/> Psicologia	<input type="checkbox"/> Psicólogo(a)	<input type="checkbox"/> 01 a 02 anos	<input type="checkbox"/> Contratado
<input type="checkbox"/> Pedagogia	<input type="checkbox"/> Assessor(a)	<input type="checkbox"/> 02 a 03 anos	<input type="checkbox"/> Voluntário
<input type="checkbox"/> Sociologia	<input type="checkbox"/> Gerente	<input type="checkbox"/> 03 a 05 anos	<input type="checkbox"/> Outro: _____
<input type="checkbox"/> Outra: _____	<input type="checkbox"/> Outro: _____	<input type="checkbox"/> Mais de 05 anos	_____

BLOCO I
Trabalho social desenvolvido pelos Profissionais da GSAN, Coordenação Estadual do CadÚnico e PBF e das Equipes Técnicas dos Centros Estaduais de Convivência da Família de Manaus/AM

5. Quais as principais atividades do trabalho social desenvolvidas na instituição?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> atendimentos e orientações | <input type="checkbox"/> Busca ativa |
| <input type="checkbox"/> Elaboração de relatórios e/ou prontuários | <input type="checkbox"/> Visitas domiciliares |
| <input type="checkbox"/> Atividades comunitárias | <input type="checkbox"/> Cadastramento socioeconômico |
| <input type="checkbox"/> Mobilização e fortalecimento das redes de apoio | <input type="checkbox"/> Grupos de famílias |
| <input type="checkbox"/> Acompanhamentos familiares | <input type="checkbox"/> Palestras socioeducativas |
| <input type="checkbox"/> Encaminhamentos à rede socioassistencial | <input type="checkbox"/> Grupos de convivência |
- Outras: _____

6. Quantos atendimentos em média são realizados mensalmente na instituição e quais são as principais demandas?

7. São realizados acompanhamentos de famílias no âmbito do PAIF neste Centro de Convivência? Se sim, quais são as principais demandas apresentadas?

8. Quantos grupos de famílias e/ou de convivência estão em atividade neste Centro de Convivência?

9. Quais são as principais faixas etárias atendidas pelos grupos de convivência neste CRAS?

- | | |
|---------------------------------------|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 0 a 03 anos | <input type="checkbox"/> 12 a 15 anos |
| <input type="checkbox"/> 03 a 06 anos | <input type="checkbox"/> 15 a 17 anos |
| <input type="checkbox"/> 06 a 10 anos | <input type="checkbox"/> 17 a 30 anos |
| <input type="checkbox"/> 10 a 12 anos | <input type="checkbox"/> Idosos |

BLOCO II

Planejamento e Avaliação das Atividades
--

10. A equipe técnica da GSAN ou Centro de Convivência realiza o planejamento de atividades?

() Sim () Não Justifique. _____

11. Em que medida esse planejamento é inserido no Plano Estadual de Assistência Social?

12. Os profissionais que compõem a equipe técnica de nível superior da GSAN ou Centro de Convivência são suficientes para atender todas as demandas apresentadas? Sim () Não ()

Justifique: _____

13. Como ocorre o processo de monitoramento e avaliação das atividades realizadas?

14. Qual é a sua análise sobre o cenário de vulnerabilidade e risco social posto à operacionalização da política de assistência social em Manaus, especialmente no contexto da Proteção Social Básica?

BLOCO III

Entendimento dos profissionais sobre a Segurança Alimentar e Nutricional

15. O que você entende por Segurança Alimentar e Nutricional?

16. Como você compreende a articulação entre as políticas públicas de assistência social e de segurança alimentar e nutricional?

17. Considerando a perspectiva de educação permanente presente no SUAS, você já participou de alguma atividade voltada à segurança alimentar e nutricional na instituição em que atua?

Sim () Não () Se sim, qual atividade? _____

*As questões 18 e 19 são direcionadas somente aos profissionais dos CECFs.

18. Você conhece o trabalho da Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional da SEAS?

Sim () Não ()

19. Já houve algum tipo de articulação da Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional (GSAN) da SEAS junto à equipe técnica do Centro de Convivência para a realização de atividades sobre segurança alimentar e nutricional?

Sim () Não () Se sim, qual atividade? _____

BLOCO IV
Articulação das políticas públicas de assistência social e de segurança alimentar e nutricional na perspectiva da sustentabilidade

20. O que você entende por sustentabilidade?

21. Você reconhece a perspectiva de sustentabilidade na operacionalização da política pública de segurança alimentar e nutricional articulada à assistência social?

Sim () Não () Se sim, como? _____

22. Na sua leitura, de que forma a política pública de assistência social contribui para a garantia da segurança alimentar e nutricional das famílias em situações de riscos vulnerabilidades sociais?

23. O Programa Bolsa Família (PBF), enquanto programa socioassistencial de transferência de renda está vinculado à garantia do estado de segurança alimentar e nutricional?

Sim () Não () Se sim, de que forma? _____

24. Diante da sua experiência profissional, você consegue perceber a utilização do recurso qualitativo do PBF por parte das famílias beneficiárias?

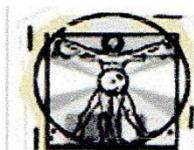
Sim () Não () Justifique. _____

25. A partir do contato com os beneficiários do PBF, você considera o valor repassado por meio da transferência de renda suficiente para a manutenção da alimentação regular e adequada das famílias?

Sim () Não () Justifique. _____

26. Na sua concepção, quais são os avanços e desafios postos à garantia do direito à segurança alimentar e nutricional no âmbito da política pública de assistência social em Manaus/AM?

ANEXO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Segurança Alimentar e Nutricional na Perspectiva da Sustentabilidade: Estudo a Partir do Programa Bolsa Família nos CECFS em Manaus/AM.

Pesquisador: ELIZABETH CRISTINA CASTRO GOMES

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 23305019.9.0000.5020

Instituição Proponente: Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.806.092

Apresentação do Projeto:

A compreensão acerca da necessidade de preservação e conservação dos recursos naturais, assim como da adoção de hábitos que respeitem a capacidade de produção e renovação do planeta, representam condições primordiais para garantir melhorias na qualidade de vida da sociedade, bem como assegurar a consolidação dos seus direitos e o acesso saudável aos recursos disponíveis no globo. Neste contexto, enfatiza-se que a preservação e conservação ambiental, enquanto esferas vinculadas ao paradigma da sustentabilidade, a qual de acordo com Sachs (1986) contempla um conjunto de dimensões para além da questão ecológica, considerando os pilares social, cultural, econômico, geográfico, ambiental e político, só terão sentido se oferecerem condições básicas de vida para todos os habitantes da terra indiscriminadamente. A discussão em torno da sustentabilidade e consequentemente da questão ecológica não se limita, na leitura de Pena-Vega (2005), às problemáticas dos ecossistemas, mas implica toda a biosfera e a sociedade. Constata-se, portanto, a abordagem complexa do pensamento acerca da ecologia, o qual se configura como multidimensional. Diante disso, ao se analisar as áreas de possível aplicabilidade do ecodesenvolvimento, evidencia-se os campos de nutrição, sendo a perspectiva da alimentação regular e saudável como direito humano e social, o objeto em destaque nesta pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVOS

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

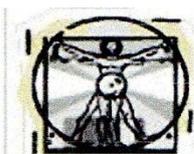
UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

Município: MANAUS

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 3.806.092

Analisar o direito à segurança alimentar e nutricional sob a perspectiva da sustentabilidade social e econômica, a partir do atendimento dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) nos Centros Estaduais de Convivência da Família (CECFS) em Manaus/AM. Objetivo Secundário: Discutir o paradigma da sustentabilidade na contemporaneidade, considerando a dimensão social e econômica intrínseca ao direito à segurança alimentar e nutricional; Caracterizar o estado de segurança alimentar e nutricional dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) atendidos nos CECFS em Manaus/AM; Identificar intersectorialidade entre as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e de assistência social, no processo de garantia de alimentação regular e saudável dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) atendidos nos CECFS em Manaus/AM.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Ressalta-se que todos os projetos de pesquisa possuem riscos e benefícios, bem como o compromisso de não ferir a ética no decorrer de sua elaboração e execução especialmente no que se refere aos participantes da pesquisa.

De acordo com a Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, toda pesquisa com seres humanos envolve riscos em tipos e gradações variados, os quais podem causar danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano. A pesquisa em questão apresenta riscos, sendo estes possíveis desconfortos na exposição de dados profissionais, pessoais/familiares e/ou constrangimento em responder as perguntas propostas, contudo, como se trata de uma abordagem social, os riscos podem ser minimizados. Neste sentido, a pesquisadora assume a total responsabilidade de evitar constrangimentos e/ou danos aos participantes da pesquisa e seus respectivos acompanhantes, garantindo de modo a minimizá-los: assistência integral aos participantes da pesquisa e seus acompanhantes no que se refere às complicações e danos decorrentes da pesquisa; ressarcimento das despesas dos participantes da pesquisa e seus respectivos acompanhantes, ainda que não previstas inicialmente; responsabilidade com as despesas de deslocamento e alimentação dos participantes da pesquisa e seus respectivos acompanhantes; respeito ao seu direito de não responder todas as perguntas; identificação dos formulários por número de modo a garantir o sigilo e a privacidade dos participantes da pesquisa; e a não interferência de terceiros.

Caso a pesquisa resulte em riscos e/ou danos mais concretos aos participantes da pesquisa e seus respectivos acompanhantes, a pesquisadora se responsabiliza a encaminhá-los e acompanhá-los aos serviços da rede pública de saúde mais próximos, na cidade de Manaus/AM, e garante as devidas reparações indenizatórias e o ressarcimento de todas as despesas aos sujeitos da

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

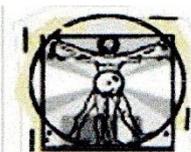
UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 3.806.092

pesquisa e seus acompanhantes, caso se façam necessárias, conforme estabelecido na Resolução CNS nº 446, de 12 de dezembro de 2012.

Benefícios:

Com relação aos benefícios no âmbito das pesquisas com seres humanos, são caracterizados segundo a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, como contribuições atuais ou potenciais da pesquisa para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Nesta pesquisa, os benefícios esperados são a produção e ampliação de conhecimento sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); a demonstração de indicadores sociais qualificados para subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas no contexto amazônico, especialmente no âmbito da proteção social; e a ampliação do acesso à informação sobre o Programa Bolsa Família (PBF).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta relevância social e científica no campo das Ciências Humanas e Sociais. Os itens solicitados para reconfiguração/correção foram efetuados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto – apresentada e adequada;
Instrumentais de pesquisa – apresentados e adequados.
TCLE – apresentado e adequado.
Termo de anuência - apresentado e adequado.
Instrumentais de pesquisa - apresentados e adequados.
Projeto de pesquisa - apresentado e adequado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A proposta de pesquisa apresenta todas as exigências em conformidade com as resoluções 466/2012 e 510/2016.

Todos os documentos foram apresentados corretamente.

Considera-se parecer favorável a sua aprovação.

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

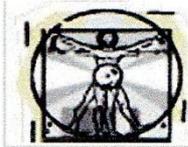
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 3.806.092

SMJ

É o parecer.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1437670.pdf	07/01/2020 19:30:47		Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_3777842.pdf	07/01/2020 19:29:00	ELIZABETH CRISTINA CASTRO GOMES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	07/01/2020 19:28:14	ELIZABETH CRISTINA CASTRO GOMES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	07/01/2020 19:27:09	ELIZABETH CRISTINA CASTRO GOMES	Aceito
Outros	Carta_resposta.pdf	07/01/2020 19:26:19	ELIZABETH CRISTINA CASTRO GOMES	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	07/01/2020 19:24:59	ELIZABETH CRISTINA CASTRO GOMES	Aceito
Outros	Termo.jpg	18/09/2019 17:03:40	ELIZABETH CRISTINA CASTRO GOMES	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	18/09/2019 16:59:55	ELIZABETH CRISTINA CASTRO GOMES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Teresina, 495

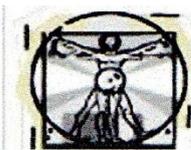
Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 3.806.092

MANAUS, 22 de Janeiro de 2020

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com